

Revista /

MÚTIPLA

NÚMERO 8 – ANO V – 2000

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Arthur Meskell

Arlei José Machado de Freitas

João Alfredo Leite Miranda

José Flávio Sombra Saraiva

Alcides Costa Vaz

Manoel Moacir C. Macêdo



Faculdades Integradas

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Relações Públicas

Diretor das Faculdades Integradas

Vicente Nogueira Filho

Ruy Montenegro

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ivonel Krebs Montenegro

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano V - vol. 6 – nº 8, Julho de 2000.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

164 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão de Originais

Antônio Carlos Simões

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda

SUMÁRIO

- 5** Apresentação
- ENSAIOS*
- 9** Considerações sobre o pensamento trinitário de Joaquim de Fiore
Vicente Dobroruka
- 28** D. Pedro Duque de Coimbra (1436-1448): a frustrada emancipação dos concelhos urbanos
Celso Silva Fonseca
- 46** Alegorias da colonização: as antinomias de Gilberto Freyre
Pedro Paulo Gomes Pereira
- OPINIÃO*
- 55** A administração do caos
Luiz Carlos A. Iasbeck
- 64** Curva de Phillips na economia brasileira: 1994 a 1999
Haroldo Feitosa Tajra
- 77** O fenômeno gerencial - uma análise da teoria
Josenílto Carlos de Mendonça
- 89** O silêncio da comunicação totalitária
José Marcelo Assunção
- 100** O impacto da Internet sobre a comunicação científica entre professores de Administração
Edmilson José Amarante Botelho
- INFORMAÇÃO*
- 119** Reflexões sobre a relação entre o ‘sujeito’ e o ‘objeto do conhecimento’ nas ciências sociais
Ludmila Maria Moreira Lima
- 138** Homenagem a Gilberto Freyre
Eliane Veras
- 144** A opinião pública brasileira e a questão da posse da Ilha da Trindade (1895-96)
Virgílio C. Arraes
- 156** Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000 (resenha)
Albene Miriam F. Menezes
- 161** Normas para Colaboradores

SUMMARY

- 5** **Foreword**
- ESSAYS*
- 9** **Reflections on the trinitarian thought of Joaquim de Fiore**
Vicente Dobroruka
- 28** **D. Pedro, Duke of Coimbre (1436-1448): the frustrated emancipation of the urban councils**
Celso Silva Fonseca
- 46** **Colonization allegories: contradictions in Gilberto Freyre**
Pedro Paulo Gomes Pereira
- OPINION*
- 55** **The administration of chaos**
Luiz Carlos A. Iasbeck
- 64** **The Phillip's Curve in the brazilian economy: 1994 to 1999**
Haroldo Feitosa Tajra
- 77** **The managerial phenomenon - a theoretical analysis**
Josenilto Carlos de Mendonça
- 89** **The silence of totalitarian communication**
José Marcelo Assunção
- 100** **The Internet impact on scientific communication among business management teachers**
Edmilson José Amarante Botelho
- INFORMATION*
- 119** **Reflections on the relation between 'subject' and 'object of knowledge' in social sciences**
Ludmila Maria Moreira Lima
- 138** **Tribute to Gilberto Freyre**
Eliane Veras
- 144** **The brazilian public opinion and the question of the Trinity island possession (1895-96)**
Virgílio C. Arraes
- 156** **After the caravels: relations between Portugal and Brazil, 1808-2000 (book review)**
Albene Miriam F. Menezes
- 161** **Norms for Contributors**

APRESENTAÇÃO

Estamos completando cinco anos de existência da **Revista Múltipla**. Com orgulho constatamos que o corpo docente da UPIS continua empenhado em publicar resultados de suas pesquisas, o que corrobora o êxito da política adotada pela Instituição de investir na qualificação e na contratação de profissionais capazes de atender não apenas à demanda por um ensino de elevado padrão, como também ao compromisso com a produção e o aprimoramento do conhecimento científico em suas respectivas áreas de atuação. Paralelamente, continuamos a receber artigos de pesquisadores de outras Instituições, o que constitui motivo de satisfação.

No número que ora entregamos, na seção Ensaio, Vicente Dobroruka discorre sobre as relações entre filosofia especulativa da história e o pensamento de Joaquim de Fiore. Celso Fonseca trata das disputas entre as grandes linhagens aristocráticas portuguesas no período regencial de D. Pedro, Duque de Coimbra. Considerações sobre a obra de Gilberto Freyre e sua análise sobre a identidade brasileira são apresentadas por Pedro Paulo Gomes Pereira.

Na seção Opinião, Luiz Carlos A. Iasbeck reflete sobre o desafio de administrar a complexidade, em contraponto à pretensa objetividade em que o Marketing e as estatísticas tanto se apoiam. A relação entre emprego e inflação na economia brasileira após o Plano Real é discutida no artigo de Haroldo Feitosa Tajra. As principais características do trabalho do gerente, identificadas a partir de observações empíricas e com ênfase nos papéis assumidos no dia-a-dia, são o objeto do artigo de Josenildo Carlos de Mendonça. José Marcelo Assunção analisa conceitos de comunicação encontrados em livros dirigidos à Comunicação Administrativa. O impacto da Internet sobre a comunicação científica entre professores de Administração é o tema do artigo de Edmilson José Amarante Botelho.

Na seção Informação, Ludmila Maria Moreira Lima analisa as preocupações presentes na interpretação de diversos fenômenos sociais, com destaque à produção do conhecimento científico sobre a experiência social. Eliane Veras resgata, em sua contribuição, aspectos polêmicos e inovadores do sociólogo Gilberto Freyre, situando a obra desse autor no contexto do pensamento social brasileiro no século XX. A opinião pública brasileira e a questão da posse da Ilha de Trindade, entre 1895 e 1896 é retratada por Virgílio C. Arraes. Albene Miriam F. Menezes resenha a obra *Depois das caravelas, as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000* de Dário Moreira de Castro Alves (Org.) Amado Luis Cervo e José Calvet e Magalhães.

Esperamos que, com a presente edição, a **Revista Múltipla**, continue prestando bom serviço à comunidade científica e à sociedade em geral.

A Editora.

ENSAIOS

Ainda que se possa estender a genealogia das concepções ocidentais, acerca do sentido da história, até muito longe, no antigo Oriente Próximo, em termos mais imediatos nossa concepção da história, como processo, tem origem medieval: na obra de um abade calabrês que se tornaria famoso pela agudeza de suas reflexões sobre o sentido da história.

É surpreendente a permanência da idéia joaquimita na longa duração; um exemplo nos é fornecido pela citação seiscentista do nobre decadente português D. João de Castro, que relaciona o retorno de D. Sebastião às profecias de Joaquim de Fiore:

- O venerável Abade Joaquim que há mais de quatrocentos anos que floresceu [...] profetizou infinitas coisas de todas as nações do mundo [...] tendo-se cumpridas muitas e mui admiráveis coisas por ele ditas [...].¹

Como sistema profético, o joaquimismo tem revelado uma durabilidade recorde; até o momento, nenhuma filosofia da história secularizada se lhe compara em longevidade. Esse artigo procura mapear, ainda que sucintamente, as origens do pensamento joaquimita, suas idéias básicas e apontar para algumas possíveis derivações secularizadas.

As origens mais remotas para qualquer reflexão estrutural, sobre o sentido da história, podem ser remontadas até o profetismo bíblico e à literatura apocalíptica intertestamental.

Com implicações mais imediatas para a cristandade, falaremos a partir das questões postas pelo mais importante texto profético do Novo Testamento, o Apocalipse de São João. Desde os tempos da Igreja primitiva, esse livro colocou uma questão interpretativa básica: os eventos descritos no texto, em toda a sua fabulosa variedade, terão existência concreta no mundo físico, ou são metáfora que pode representar a aceitação do Cristo no interior de cada fiel? Em outras palavras, os personagens e eventos descritos no Apocalipse terão existência efetiva algum dia?

Para compreender o furor do debate em torno das interpretações do

Apocalipse, convém lembrar de Ap. 20 - no qual é revelada a duração de mil anos entre a primeira e o segunda derrota das forças do mal. Nesse intervalo de tempo, reinarão os justos e os mártires; se esses mil anos são uma realidade cronológica ou apenas em valor simbólico, é o que motivará grande parte da discussão subsequente sobre o Apocalipse.

A Igreja primitiva vivia em permanente expectativa apocalíptica; a não ocorrência da *parusia* colocou, para a coletividade cristã, problemas diferentes dos eventos previstos no Apocalipse de São João. Além disso, ao longo dos séculos II e III, a Igreja vinha se institucionalizando e aumentando o volume de fiéis com rapidez espantosa.

O Novo Testamento traz uma novidade teológica interessante e significativa, a harmonia entre as expectativas escatológicas do judaísmo tardio e do cristianismo nascente, pela idéia de “Reino de Deus”. Mas permanece a questão: esse “Reino” é iminente, após a *parusia*, ou ele já estava presente na pessoa de Cristo, conduzindo, assim, à “escatologia realizada”? Para a questão, Rudolf Bultmann dá a instigante resposta de que isso dependeria, em última análise, do que Jesus pensava de sua própria pessoa.²

Os teólogos antigos não poderiam ter dado uma resposta tão ousada; temos, na Antigüidade tardia, duas tradições teológicas distintas de leitura do Apocalipse de São João. A primeira é iniciada por S. Jerônimo.³ Para ele, a interpretação a ser dada é francamente quiliástica e não existem dúvidas quanto à literalidade das promessas expostas no Apocalipse; a leitura de Jerônimo afina-se, portanto, com a expectativa escatológica da Igreja primitiva.⁴

Ao longo de toda a Idade Média, a tendência exegética sintetizada por Jerônimo incendiaria a imaginação de muitos crentes, por vezes redundando em movimentos de massa socialmente explosivos. Entre os pobres do medievo desenraizados de seu modo tradicional de vida, as promessas fantásticas do quiliastro, proposto pela interpretação de Jerônimo, foram inspiração para muitos movimentos de expectativa messiânica ou milenarista.⁵ Mas a Igreja, como organização, sempre desconfiou de tais interpretações, tanto mais que a sua institucionalização impunha uma série de compromissos objetivos e concretos com os fiéis e com o poder temporal, tornando incômodo o clima “militante” da espera apocalíptica. Ainda que no seio da Igreja Católica existissem muitos religiosos que acreditassem piamente na literalidade do *eschaton*, e mesmo assim fossem patrocinados pela hierarquia eclesiástica (como Joaquim), a posição oficial da Igreja Católica sempre foi abertamente anti-quiliástica.

Paralelamente ao radicalismo da interpretação de Jerônimo, temos uma pro-

posta alternativa feita pelo donatista Tychonius.⁶ Para ele, as imagens concretas do Apocalipse deveriam ser dissipadas; o comentário de Tychonius é, portanto, claramente antiqüilástico.⁷ Para ele, o milênio prometido no Apocalipse começou com a história da Igreja, e não deverá ser um evento concreto desencadeado por uma catástrofe cósmica qualquer.

Convém lembrar que mesmo para autores modernos, a solução de Tychonius é apenas *uma* entre outras soluções possíveis e igualmente válidas.⁸ Pelas conveniências às quais já me referi, tornou-se a doutrina oficial da Igreja, no que se refere ao assunto, preparando o terreno para uma interpretação “espiritual” do Apocalipse. Mas nesse processo teve papel fundamental o pensamento de Santo Agostinho.⁹

Santo Agostinho teve o mérito de aliar uma periodização da história com uma interpretação que associa a escatologia à fundação da Igreja de Roma (variante da interpretação “espiritualizada” de Tychonius). Dividiu a história humana em três períodos ou idades: “antes da lei”, “sob a lei” e “sob a graça”.

O deslocamento da perspectiva literal eliminava a expectativa acerca da realidade concreta de um *eschaton* futuro, para reconhecer as promessas do Apocalipse como etapas de evolução espiritual. Muitos teólogos recentes insistem na “grosseira” da crença na realidade efetiva do quiliassmo.¹⁰

Mas serão essas duas leituras do evento escatológico mutuamente exclusivas? A pergunta é fundamental para se compreender a obra de Joaquim de Fiore e sua possível influência sobre a posteridade das especulações sobre o sentido da história.

Falando do Apocalipse de João como um todo, parece mais correto avaliar as promessas apocalípticas como tentativa de libertar o homem da tirania da história¹¹ do que considerá-las apenas como um conjunto de quimeras e alucinações.¹² Alguns autores propõem a harmonização das leituras espiritual e literal do Apocalipse de São João;¹³ tal compreensão do *eschaton*, como a própria história da Igreja, pode levar a outro desenvolvimento fundamental para as filosofias especulativas da história, a percepção da história como concretização do plano divino para a educação do gênero humano. Tal idéia é muito antiga e se encontra já em Eusébio e Anselmo,¹⁴ tendo sido aperfeiçoada por vários autores, entre os quais está Joaquim de Fiore.

Joaquim nasceu na Calábria, por volta de 1135, em Celico. Em 1177 foi nomeado abade no monastério cisterciense de Corazzo, que abandonaria para levar uma vida de eremita entregue à meditação, que acabaria lhe proporcionando a iluminação e que seria a chave para o entendimento da história humana. Em 1186 viajou para Verona, onde teria tido uma audiência com o Papa Urbano II. Em

função do apoio de três papas, com relação a suas idéias, em 1190 fundou a “Congregação Fiorense” no local que leva, até hoje, o nome de San Giovanni de Fiore, também na Calábria. Joaquim veio a falecer em 1202.

As origens de Joaquim de Fiore são obscuras e incerta também é a data de seu nascimento. Segundo Geoffroy d’ Auxerre, Joaquim seria de origem israelita e teria conservado “...em seu nome judeu, qualquer coisa da mentalidade judaica”.¹⁵ Devemos tomar com reserva tais suposições, de vez que não podem ser comprovadas, mas o gosto dos escritores apocalípticos do judaísmo tardio pela periodização e pelas cifras associadas a processos divinos de punição e redenção dos homens foi preservado, sem dúvida, em Joaquim.¹⁶

Com certeza, sabe-se que sua conversão do “século” para a vida monástica deu-se entre 1158-59, após uma visita a Constantinopla.¹⁷

Ao longo de sua vida, Joaquim não pretendeu jamais se excluir da Igreja ou criar qualquer tipo de heresia; citemos Norman Cohn:

- Joaquim não tinha a consciência de ser heterodoxo, nem qualquer desejo de subverter a Igreja. Foi encorajado por nada menos do que três papas aos quais ele escreveu as revelações com que havia sido favorecido. E, todavia, o seu pensamento tinha implicações que eram potencialmente perigosas à estrutura da teologia medieval ortodoxa... Por mais respeito que Joaquim tivesse às doutrinas, exigências e interesses da Igreja, o que ele propusera era, na verdade, um novo tipo de milenarismo - e aliás um tipo que as gerações futuras haveriam de elaborar, primeiro, num sentido antieclesiástico e, depois, num sentido abertamente secular.¹⁸

Portanto, Joaquim foi fonte de inspiração para muitos movimentos quiliásticos e, talvez, para muitas filosofias da história desaprovadas pela Igreja, entre as quais se inclui a de Lessing.

Mas a biografia de Joaquim, embora possa esclarecer alguns pontos de sua obra, não é suficientemente clara para explicar por si mesma a natureza de suas idéias.

O sistema de pensamento joaquimita se apóia sobre a idéia-chave de que haveria uma concordância entre os eventos narrados no Antigo Testamento e os do Novo. Tal concordância permitiria o entendimento da época presente e a previsão do desenrolar futuro da história. Mais do que isso, a chave para a descoberta de tais concordâncias seria o Apocalipse de São João.

Joaquim obteve a chave para o entendimento do sentido da história após uma visão noturna:

...quando acordei de madrugada, peguei na Revelação de São João... Ali, subitamente, os olhos do meu espírito ficaram deslumbrados com a lucidez dos conhecimentos e foi-me revelada a missão deste livro e a concordância com os Antigo e Novo Testamentos.¹⁹

A respeito da natureza dessa experiência, cabe lembrar as observações de dois autores, um antigo e outro moderno, acerca do profetismo, em geral, e, especificamente, do joaquimita: para Raul de Coggeshall (m.1228), o dom de Joaquim seria o “espírito de inteligência”, dado diretamente por Deus e diferente da profecia, da conjectura ou da revelação.²⁰ E a profecia medieval, que é uma forma usual de se classificar o pensamento de Joaquim, apoiava-se em grande medida sobre a exegese, diferenciando-se nisto do profetismo antigo.²¹ Devemos ter isso em mente para entendermos que a iluminação de Joaquim só se tornou possível após um longo estudo das Escrituras e da tradição exegética da Igreja, sem o que ele jamais teria sabido que relações traçar entre os Testamentos e as figuras e eventos neles representadas. Henri de Lubac insiste no caráter “alegórico” que teria a narrativa da iluminação de Joaquim, lembrando aos leitores sua aceitação total da Igreja, enquanto instituição, e seus elogios a homens de ortodoxia inquestionável como São Bernardo.²²

A concordância entre o Antigo e o Novo Testamentos só seria possível, para Joaquim, graças à presença de *verba mystica* na Bíblia: essas palavras conduziriam os crentes ao entendimento tal como as estrelas haviam conduzido os três Reis Magos.²³ Em outras palavras, a Escritura possuiria um significado *oculto* que poderia e deveria ser revelado aos homens.

Definidas anteriormente as duas principais tradições interpretativas do Apocalipse de São João,²⁴ passemos às suas relações com as idéias de Joaquim de Fiore.

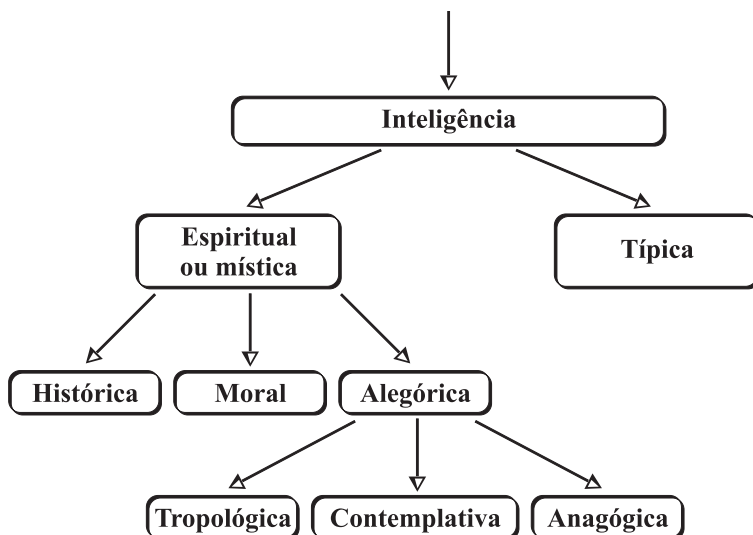
Até o séc. XII, a tradição exegética mais influente na interpretação do Apocalipse era aquela iniciada por Tychonius e desenvolvida por Santo Agostinho. Isso não significa que as tendências quiliásticas não tivessem profunda ressonância em outros extratos da sociedade, nomeadamente entre os camponeses desenraizados. Mas um programa de ação definido em termos apocalípticos não foi jamais a postura oficial da Igreja Católica ou de qualquer de seus membros em posição influente.²⁵

Convém ressaltar a relatividade da inovação representada pelo método joaquinita de interpretação da história, pois autores anteriores ao monge calabrés, como Bruno da Segni, já haviam traçado paralelos entre as idades do mundo e os selos do Apocalipse;²⁶ outros seguiram correntes de interpretação mais originais (como Rupert de Deutz), que se encerram também dentro da tradição ticoniana de interpretação apocalíptica. Joaquim de Fiore representa, até certo ponto, uma ruptura com essa tradição não-institucional. No entanto, em momento algum Joaquim colocou-se fora da Igreja ou cogitou de romper com ela em função da natureza de suas próprias idéias.

A concordância entre o Antigo e o Novo Testamentos só seria possível graças à presença de *verba mystica* na Bíblia: essas palavras conduziram os fiéis ao entendimento tal como as estrelas haviam conduzido os três Reis Magos.²⁷ Em outras palavras, a Escritura possui um meta-significado que poderia e deveria ser revelado aos homens.

Para entender como poderiam os homens alcançar a plena compreensão das *verba mystica* e, logo, do significado oculto da Bíblia, Joaquim esboçou o seguinte esquema básico para a classificação da inteligência humana:

A fonte da inteligência: a letra sagrada
(Antigo Testamento, Novo Testamento e os escritos dos padres da Igreja)



Tem-se então cinco tipos básicos de inteligência espiritual (histórica, moral, alegórica tropológica, alegórica contemplativa e alegórica anagógica). Esses cinco tipos representariam, para Joaquim, os cinco apóstolos encarregados de anunciar o Evangelho aos gregos (Pedro, André, Paulo, Barnabé e João).

A inteligência espiritual histórica coloca analogias entre situações individuais e coletivas, que servem de consolo e exemplo ao cristão.

A espiritual moral trata das virtudes e dos vícios.

A inteligência espiritual alegórica, em geral, tem relação com a doutrina e a vida mística, e como vimos, ela se subdivide em outros tipos. É importante observar que, para Joaquim, essas inteligências não se sucedem evolutivamente, mas têm todas a origem comum na *fons litterae*.

A espiritual alegórica tropológica é a especialidade dos doutores da Igreja, e corresponde à fé; a alegórica contemplativa é própria da pregação e do canto dos salmos e é por meio dela que se começa a observar a *invisibilia Dei*; por fim, a inteligência espiritual alegórica anagógica é a mais elevada de todas, própria de quem já se desprende do fardo da carne e se encontra na Jerusalém celeste: corresponde às coisas de Deus e à castidade.²⁸

As etapas da evolução humana acompanhariam o desenvolvimento desses tipos de inteligência. A divisão tradicional da história em três eras, feita por Santo Agostinho, vem imediatamente à cabeça; mas Joaquim ordenou as idades de outro modo, sendo a última delas a ser passada “na visão manifesta de Deus”.²⁹ A importância da sucessão dessas idades é que, de uma era à outra, a visão da Trindade ia se esclarecendo.

Daí a imagem famosa de suas três idades do mundo representadas analogamente às horas do dia: a primeira, identificada com o Antigo Testamento e a lei mosaica, sob a luz das estrelas; a segunda, análoga ao Novo Testamento e encarnada pela Igreja de Roma, como a aurora; e a vindoura, que seria definida por uma nova “Igreja espiritual”, como sendo o dia claro. As três idades do mundo estão ainda identificadas com as três pessoas da Trindade, sendo a primeira do Pai, a segunda do Filho e a terceira do Espírito Santo. Temos ainda uma subdivisão da segunda idade em duas séries paralelas, uma relativa à trajetória da Igreja do Oriente e representada por João Evangelista e pela Virgem Maria, e outra assimilada à Igreja Católica Romana identificada com São Pedro e São João Batista.³⁰ As três eras estariam ainda representadas por um símbolo de procedência significativa, segundo Henri de Lubac: três anéis entrelaçados uns dentro dos outros. Essa imagem teria sido emprestada “...do judeu Moisés Sefardi, convertido sob o nome de Pedro Alfonso...”.³¹

Henri de Lubac define da seguinte maneira a transição entre as eras do mundo para Joaquim:

- [...] *cada uma dessas eras tem como uma dupla origem: aquela de sua imaginação antecipada, ou, como diz Joaquim, de sua “iniciação”, de sua “germinação” e aquela de sua fundação completa, de sua confirmação, “clarificação” ou “frutificação”, esperando a data de seu “termo” ou de sua “defecção”.*³²

Como exemplo, poderíamos citar que a primeira era, inaugurada por Adão, foi “confirmada” pelos patriarcas e por Moisés; a segunda, iniciada pelo rei Ozias (733-724 a.C.), frutificou a partir de Jesus Cristo e a terceira teve por fundador São Bento, com a comunidade monástica que seria o protótipo de organização social por vir após 1260 - data fixada por Joaquim para a inauguração da terceira idade. Dentro do ideário joaquimita, uma idade pode “germinar” dentro de sua antecessora, criando dessa forma uma dialética bastante coerente que explica, dentro das premissas sobre as quais se funda, tanto a necessidade da periodização da história humana quanto a transição entre as diferentes eras do processo histórico. As pessoas da Trindade passam a ser, portanto, realidades teológicas e históricas. Teológicas, pela sua própria natureza; históricas por estarem associadas a períodos cronológicos e estruturais da história humana.

O método pelo qual Joaquim imaginava que o fim dos tempos e a nova idade estariam próximos (1260) baseava-se num cálculo do número de gerações aproximado em cada idade: cada uma teria a duração aproximada de quarenta gerações, e cada geração duraria mais ou menos trinta anos. Com base nessas premissas, Joaquim chegou à conclusão de que o *eschaton* se daria por volta de 1260.³³ Assim, podemos dizer que Joaquim procurava preparar a Cristandade para uma transformação radical que se daria para muito breve, a eclosão do Espírito Santo na Terra.

Frank Manuel nos fala da semelhança entre a previsão apocalíptica “espiritual” de Joaquim, relativamente moderada, e a tradição da Igreja Ortodoxa de um Imperador dos Últimos Dias benigno.³⁴ Após a sua morte, fez-se largo uso político das profecias de Joaquim, em especial no que se refere às disputas entre o Papa e o Imperador do Sacro Império Romano Germânico; esses indicadores não se encontram em texto algum do abade calabrês.

Dessa forma, o preparo que Joaquim objetivava para a humanidade era, no fim das contas, bem menos aterrorizante do que a transição radical entre vida e

morte proposta pela tradição agostiniana. Por mais radicais que possam ter sido as idéias de Joaquim em seu tempo, nelas não se encontra nenhum traço de escatologia “militante” como a que levaria os camponeses das Cruzadas aos massacres de judeus.

Em termos metodológicos, os dois grandes pilares sobre os quais se apóia o pensamento joaquimista (a alegoria e a equivalência de eventos presentes, passados e futuros em relação à Escritura) não eram novidades em seu tempo. Joaquim foi, porém, o primeiro a utilizar o método alegórico sem ser para fins morais ou teológicos, mas como interpretação da história. A idéia do Antigo Testamento como antecipação do Novo também já era bem conhecida no séc. XIII: mas ele “[...] aumenta o [seu] campo, vendo em todo o lado um constante retorno de figuras, eventos e cifras [...]”.³⁵ Novamente a preferência apocalíptica pela numeração de figuras e eventos, estranha permanência da apocalíptica intertestamentária em Joaquim, e que, no entanto, não se limita à sua obra. A tendência a encontrar adivinhações ocultas nos livros sagrados é uma característica da tradição judaico-cristã que faz sentir seus ecos mesmo no nosso século: durante a Primeira Guerra Mundial, os “barcos de *kittim*” (nome genérico pelo qual os hebreus designavam os estrangeiros, fossem eles gregos, romanos ou quaisquer outros) do livro de Daniel foram identificados com os vasos de guerra ingleses enviados de Chipre para atacar a Palestina, atualizando dessa forma o sonho do herói hebreu.³⁶

A importância de Joaquim para as filosofias seculares da história se dá, entre outros motivos, pelo fato de algumas delas também verem a história como pedagogia divina para os homens.³⁷ De modo surpreendentemente ousado Joaquim relativizava as verdades da Igreja, não em função da fragilidade humana, mas pela realidade histórica de que a verdade final ainda não havia chegado. Joaquim jamais falou mal dos Evangelhos pois eles foram bons, em seu tempo, como as leis dos judeus em outro.³⁸

Por fim, uma breve exposição dos problemas políticos ocasionados pelo rápido sucesso e difusão da doutrina joaquimista parece válida. Embora não se apercebesse disso, ao relativizar a validade dos Evangelhos e da Igreja, Joaquim potencialmente estava dando margem a críticas contundentes demais para serem absorvidas no interior da estrutura eclesiástica. Exemplo disso foi o escândalo que envolveu a condenação do texto sobre o “Evangelho Eterno”³⁹, de Gerardo da Borgo San Donino (professor de teologia em Paris, na ocasião) e a condenação do autor à prisão perpétua, em 1254 (lembramos que a data fatídica para a vinda do Espírito Santo sobre a Terra e a substituição da Igreja por uma irmandade de monges, segundo Joaquim, seria 1260) com a queda do então geral dos franciscanos,

São João de Parma e sua substituição por São Boaventura. Alguns escritos de Joaquim chegaram a ser condenados oficialmente pela Igreja, após a sua morte.

Em síntese, podemos dizer que a doutrina joaquimita condensa em seu interior muitos aspectos básicos da reflexão escatológica judaico-cristã, em especial no que se refere aos períodos e cifras nos quais se pode dividir a história. A relatividade absoluta, em que Joaquim colocava tanto a autoridade da Bíblia quanto o papel da Igreja, não fora percebida em toda a sua potencialidade explosiva no séc. XII, mas inspirara muitos movimentos de contestação ao poder eclesiástico. Há autores que chegam a identificar Joaquim como um antecessor da Reforma, surpreendendo-se que ela não tenha ocorrido quando da propagação de sua doutrina.⁴⁰

O joaquimismo pode ser entendido como “[...] uma filosofia da história baseada num tipo particular de exegese bíblica interpretada à luz da doutrina da Trindade”.⁴¹ A longo prazo a teologia joaquimita pode ter iniciado o desatrelamento das filosofias da história da teologia: o plano de Deus deixa de ser inescrutável e torna-se passível de ser interpretado - o que constituiu em seu tempo uma alteração significativa com relação à tradição de leitura espiritual e individualizada do Apocalipse, iniciada por Tychonius.

No entanto, convém não exagerar o caráter de ruptura do joaquimismo com essa tradição. Em última análise, a terceira idade de Joaquim também é uma realização espiritual, tal como para os seguidores da interpretação ticoniana.

Espiritualizada ou não, a modernidade quis enxergar, nem sempre pelas lentes mais adequadas, a influência posterior de Joaquim em toda a reflexão ocidental sobre o sentido da história. Desse modo, temos os seguintes autores a defenderem de modo inquestionável a filiação joaquimita das filosofias especulativas da história seculares. Norman Cohn afirma que o joaquimismo foi “o mais influente [sistema profético] conhecido na Europa até o advento do marxismo”; Roger Garaudy, que “os primeiros grandes movimentos revolucionários da Europa [estavam] de todo modo mais ou menos imbuídos das idéias de Joaquim de Fiore”; Karl Löwith afirma que “a Terceira Idade dos joaquimitas reaparece como uma Terceira Internacional e um Terceiro Reich”; Eric Voegelin sustenta que “Joaquim criou o agregado de símbolos que governam a auto-interpretação da moderna sociedade política até hoje”; e Ernst Bloch escreve que “Joaquim foi o primeiro a marcar uma data para o Reino de Deus, para o reino comunista...”. John Passmore diz que as três idades de Lessing, Schelling e Comte, e o Terceiro Reich de Hitler todos evocam a tripartição da história em três idades por Joaquim.⁴²

A questão que se coloca para o problema da “influência” joaquimita sobre

outros autores se inscreve num tipo bem conhecido dos historiadores das idéias - como mapear apropriações que não estejam indicadas explicitamente por notas de rodapé, referências bibliográficas ou, pelo menos, pela posse de alguma obra do suposto influenciador pelo autor influenciado? De modo irônico, J.G.A.Pocock ridicularizou essa linha de raciocínio, com um jogo de palavras intraduzível para o português - referindo-se ao fato de que um autor pode “influenciar” outros do mesmo modo que se pega uma gripe (*influenza*, em inglês) - pelo ar. No caso de Joaquim, Reeves e Gould chegaram a algumas conclusões interessantes sobre o exagero dessa apropriação, pela posteridade.

Poucos pensadores modernos parecem ter tido a oportunidade de ler os originais dos trabalhos de Joaquim; entre esses, são especialmente importantes o *Liber Concordie* e a *Expositio super Apocalypsim*. O último deve ter sido mais consultado, já que esclarece bem o método alegórico de Joaquim para a interpretação da história; mas ambos não são leitura fácil, em termos tipográficos inclusive. Portanto, a maior parte das passagens de autores modernos que fazem referência a Joaquim não revelam necessariamente influência de suas idéias; a idéia de uma terceira era vindoura é, segundo Reeves e Gould, muito freqüente nos começos do séc. XIX, amiúde sem referências a Joaquim. Por fim, muitos intelectuais podem ter tido contato com o pensamento joaquimita apenas pela mediação de outros autores, como Guillaume Postel, um dos poucos joaquimitas do séc. XVI a ser lido séculos depois.⁴³

Reeves e Gould fazem ainda muitas restrições à liberalidade com que se detecta a presença de vestígios joaquimitas toda vez que uma imagem de três eras da história aparece; segundo eles, o “pensamento trinitário” (*thinking in threes*, no original inglês) tem outro fundamento e difusão. Como sustentáculo teórico, colocam duas possibilidades distintas de entendimento da questão das influências de um autor sobre outros. Elas são, em primeiro lugar, a de que as idéias vagueiam “sozinhas” e são pegas “no ar” pelos influenciados; ou então determinados modos de pensar e certos símbolos são arquetípicos e, por isso mesmo, podem surgir em formas repetidas de experiência humana. Temos aí um interessante jogo de espelhos, já que o conceito de arquétipo remete, necessariamente, ao pensamento junguiano e o próprio Jung (que também aguardava o “terceiro *aion*”) ofereceu uma chave de entendimento para Joaquim - “agarrado”, segundo ele, pelo “arquétipo do espírito”, que não é a mesma coisa que um “arquétipo do pensamento trinitário”, cuja existência postulam Reeves e Gould.⁴⁴

Em defesa da idéia, de que tal arquétipo se faz presente entre pensadores modernos, os autores supra citados invocam alguns exemplos de tríades que não

têm relação aparente com o joaquimismo. A seqüência Roma-Constantinopla-Moscov e a Terceira Internacional, sucessora lógica da Segunda e da Primeira, são bons exemplos disso. Tampouco se pode falar com propriedade de traços de joaquimismo, na idéia de Terceiro Reich, primeiramente formulada por Möller van den Bruck, em 1922, sem qualquer referência ao abade calabrês - ainda que Oswald Spengler a tenha explicitado, em 1923, na *Decadência do Ocidente*: “o Terceiro Reich é o ideal germânico, um eterno amanhã, ao qual todos os grandes homens, de Joaquim de Fiore a Nietzsche e Ibsen ligaram suas vidas”.⁴⁵

Entre os casos em que se pode questionar ter havido apropriação do joaquimismo por um especulador moderno, o mais significativo me parece o de Gotthold Ephraim Lessing. Autor da *Aufklärung*, notável pela diversidade de campos aos quais dedicou seus esforços, Gotthold Ephraim Lessing foi também filósofo da história, cujo texto mais maduro sobre o tema é “A Educação do Gênero Humano”, de 1780.⁴⁶

O texto está redigido sob a forma de cem parágrafos curtos, que por vezes constituem-se em aforismas: certamente que a escolha de uma cifra tão redonda teve motivações estilísticas por parte de Lessing. Seu estilo é claro, sem remissões a outros autores ou notas de pé de página.⁴⁷

Os cem parágrafos originais dão um total de vinte páginas de texto corrido, que lhes garante agilidade na leitura. Quanto aos assuntos tratados, poderíamos dividir “A Educação do Gênero Humano” da seguinte forma:

*Introdução (fundamentos e questões gerais): 1-7

*1ª parte: infância do gênero humano, 8-52

*2ª parte: adolescência, 53-76

*3ª parte: maturidade, 76-100.

Martha Waller sustenta uma partição diferente; para essa autora a divisão a ser observada é a seguinte:

*1ª parte: educação e revelação, 1-5

*2ª parte: ‘história das origens’ (*Urgeschichte*), 6-7

*3ª parte: história dos judeus, 8-50

*4ª parte: história da cristandade, 51-75

*5ª parte: o ‘Evangelho Eterno’, 76-100.⁴⁸

A divisão proposta por Waller merece atenção, mas parece-me pouco prá-

tica por ser excessivamente minuciosa (não faz uma divisão do texto análoga às etapas do desenvolvimento do indivíduo), razão pela qual prefiro a primeira possibilidade de divisão.

A introdução define claramente do que trata o restante da obra e quais as premissas teóricas de Lessing: “O que é a educação para o indivíduo, é a revelação para o gênero humano”.⁴⁹ Tal idéia não é nova; manifestação detalhada das intenções divinas para com o gênero humano, a ela se mostra portadora de uma proposta também nova, pois educar por meio da *Weltgeschichte* acaba engendrando o auto-conhecimento. Nas palavras de Peter-Hanns Reill, “esse desejo de educar pôde produzir grandes trabalhos, tais como a expressão joaquimita, em Lessing, da fé na futura expansão da consciência religiosa”.⁵⁰ O elemento pedagógico é traço característico de todo o idealismo alemão e da própria *Aufklärung* e, antes de Lessing, Semler já havia formulado idéias semelhantes acerca do sentido da história humana. Isaak Iselin foi além - numa obra importante de 1764, revisada em 1768, *Über die Geschichte der Menschheit* (*Sobre a história da humanidade*), ele compara o desenvolvimento da humanidade ao do indivíduo, num esquema trifásico semelhante ao que Lessing adotaria mais tarde - o qual não pode ser imputado ao abade Joaquim.

Resumindo, Lessing afirma que o desenvolvimento da história humana consiste numa progressiva revelação divina para o Homem. Essa revelação torna-se tanto mais racional quanto mais se avança cronologicamente na história, fazendo com que mesmo os milagres de outrora não sejam mais necessários para a aceitação das verdades divinas hoje. Além disso, pelo mecanismo da metempsicose, cada indivíduo isoladamente tem acesso a essa progressão; como duas séries paralelas, as três idades do mundo correspondem também a indivíduos reencarnados cada vez mais esclarecidos. (Se essa evolução se dá abruptamente ou por média de indivíduos em cada fase, Lessing não explica).

Temos as três idades associadas também ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo; aos judeus, aos cristãos e aos portadores de um saber racional (diríamos com alguma imprecisão *Aufklärers*); à infância, adolescência e maturidade. Concluindo as semelhanças, Lessing fala ainda num “Evangelho Eterno”.

O problema da influência ou não de Joaquim de Fiore sobre Lessing situa-se precisamente entre os parágrafos 86 e 90 da “Educação...”. Após responder afirmativamente se o homem chegará um dia a fazer o bem gratuitamente, sem expectativas de recompensa, Lessing diz que “...chegarà certamente esse tempo, o tempo de um novo Evangelho eterno que nos é prometido nos livros do Novo Testamento”.⁵¹

E aqui, os parágrafos decisivos:

- Alguns fanáticos dos séculos XIII e XIV talvez tenham captado um lampejo desse novo Evangelho eterno e se equivocaram somente ao anunciarem tão próxima a sua irrupção [...] Talvez não seja uma idéia tola sua terceira idade do mundo, e certamente não tinham nenhuma má intenção quando ensinavam que a Nova Aliança ficará tão antiquada quanto ficou o Antigo Testamento. Eles mantinham uma mesma economia de um mesmo Deus: sempre - para dizê-lo em minha linguagem - o mesmo plano da educação geral do gênero humano.⁵²

Aqui encontramos uma das idéias centrais do joaquimismo, a adequação de cada Evangelho aos homens de sua época, o que explica a futura obsolescência do Novo Testamento.

Incluirão os “fanáticos” medievais, a quem se refere Lessing, o próprio Joaquim de Fiore?

Uma investigação detalhada dos modos pelos quais Lessing pode ter travado contato com o joaquimismo faz-se necessária.⁵³ Tendo realizado esse trabalho, verifiquei a impossibilidade e o eventual exagero de se atribuir todo e qualquer pensamento que remeta à tríade a Joaquim - mas também que não se podem descartar apropriações apenas pela ausência da nota de rodapé.

O fato de Lessing não citar textualmente Joaquim, mas fazer alusões às três idades e a “fanáticos” do medievo que tiveram uma concepção da história semelhante à sua, me parecem elementos suficientes para se poder falar de uma presença de Joaquim, em Lessing. Em condições que devem ter sido precárias - como afirmam Reeves e Gould, os intelectuais europeus devem ter tido um conhecimento sempre muito truncado e imperfeito das idéias de Joaquim de Fiore; após o séc. XVI, o comentário de Joaquim ao Apocalipse era relativamente difundido nos círculos eruditos europeus, mas sua concepção, mais genérica, acerca do sentido da história não. Além disso, existiam também livros proféticos que circularam largamente na Europa e que contêm em si um profetismo de tintas joaquimitas muito vago e distorcido: exemplos são o *Mirabilis Liber* (Paris: 1522/1530); e o livro de Wolfgang Lazius, *Fragmentum Vaticanii*, 1547, além das falsas profecias sobre os papas.⁵⁴

Com tudo isso, concluo afirmando que, mais abstrusa que o pensamento

joaquimita, é a idéia de Marjorie Reeves e Warwick Gould, de que o “‘pensamento trinitário’ pode ser, por alguma misteriosa razão, uma prática universal da imaginação humana”.⁵⁵ Que o “autêntico” Joaquim não tenha sido utilizado pelos iluministas e seus sucessores (aí incluído Lessing), na escala normalmente imaginada, parece-me um raciocínio bastante correto - por outro lado, creio ter ocorrido uma vulgarização em larga escala de suas idéias, desde o “Evangelho Eterno”, do infeliz Gerardo. E o papel desse pseudo-joaquimismo (diríamos de um “joaquimismo possível”) afigura-se-me inquestionável na formação das concepções modernas acerca do sentido da história, em especial das filosofias do progresso dos séculos XVIII e XIX.

Notas

¹ João Lúcio d’Azevedo. *Evolução do sebastianismo*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947, p.35. Seria inútil tentar descrever o sebastianismo no pequeno espaço de que disponho; o livro de d’Azevedo ainda é excelente introdução ao assunto.

² Rudolf Bultmann. *Histoire et Eschatologie*. Neuchâtel: Delacháux et Niestlé, 1959. P.47.

³ Jerônimo (Eusebius Hieronymus), c.347-420, padre e doutor da Igreja primitiva, cuja grande obra foi a tradução da Bíblia para o latim (Vulgata). Manteve correspondência com vários personagens importantes na história da Igreja primitiva, entre os quais Santo Agostinho. O comentário de Jerônimo deve bastante à análise anterior do bispo Vítorino de Pettau, martirizado em 303.

⁴ Recordemos apenas a passagem bastante eloqüente: “Pois isto vos declaramos, segundo a palavra do Senhor: que os vivos, os que ainda estivermos aqui para a Vinda do Senhor, não passaremos à frente dos que morreram” (1Ts 4, 13; todas as citações bíblicas deste artigo seguiram a *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985).

⁵ Norman Cohn. *Na senda do milênio*. Lisboa: Presença, 1981.

⁶ O donatismo foi uma heresia fundada no séc.IV por Donato, bispo de Cartago. Os donatistas afirmavam que somente aqueles sem pecado podiam pertencer à Igreja, que os sacramentos ministrados por sacerdotes pecadores eram inválidos e que somente o batismo feito por outro donatista tinha valor espiritual. Eram rigorosos na disciplina; seus ensinamentos foram refutados por Santo Agostinho e condenados nos Sínodos de Roma (313) e de Arles (314). Os donatistas foram conquistados pelos vândalos (430) e desapareceram por completo depois da invasão árabe de 637.

⁷ A grafia do seu nome diverge bastante: segui aquela proposta por Wilhelm Kamlah. *Apokalypse und Geschichtstheologie*. Göttingen: /s.n./, 1935, pp. 9 e 11.

⁸ Hans Bietenhard. *Das tausendjährige Reich*. Zürich: Zwingli-Verlag, 1955, p. 8.

⁹ Para a exposição pelo próprio Santo Agostinho de seu modo de pensar acerca do Apocalipse, cf. *A Cidade de Deus contra os pagãos*. Livro XX, cap. 7 - “As duas ressurreições: os mil anos do Apocalipse e razoável modo de pensar sobre eles”. Petrópolis: Vozes, 1990.

¹⁰ Karl Barth. *Der Römerbrief*. Munique, 1926. Cit. por Johannes Feiner e Magnus Loehrer. *Mysterium*

Salutis V/3, “A Escatologia”, Petrópolis: Vozes, 1985. P.16. Por “quiliismo” entendo a crença na realidade efetiva do reino de mil anos prometido em Ap 20, ou seja, que esse reino terá existência efetiva na Terra (do grego *chilios*, “mil”).

¹¹ Para uma visão abrangente, ainda que por vezes superficial, das relações do homem com a percepção da história cf. Ivan Domingues. *O fio e a trama*. Belo Horizonte/São Paulo: Iluminuras/UFMG, 1996.

¹² Kamlah, op.cit., p. 116.

¹³ Bietenhard, op.cit., p. 71.

¹⁴ Kamlah, op.cit., pp. 118 e 69.

¹⁵ Cit. por Henri de Lubac. *Exégese Médiévale*, seconde partie, I. Paris: Aubier, 1960, p. 510.

¹⁶ Ainda que a cultura patrística de Joaquim seja considerada por alguns como totalmente ocidental. Cf. Antonio Crocco. *Sophia*, 23. 1955. Cit. por Lubac.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Cohn, op.cit., p. 90.

¹⁹ Karl Löwith. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 149.

²⁰ Cit. por Lubac, op.cit., p. 485.

²¹ Kamlah, op. cit., p. 122.

²² Lubac, op.cit., p. 509.

²³ Joaquim de Fiore. *Concordia Novi ac Veteri Testamenti*, 1.5, c.71. Cit. por Lubac, op.cit., p. 438.

²⁴ Cf. supra, p. 3-5.

²⁵ Idem, p. 9. As tradições de interpretação grega e espanhola não são levadas em conta como correntes de interpretação influentes do texto apocalíptico até o séc.XII, pois Kamlah as considera menos importantes na formação da reflexão teológica ocidental sobre o tema do Apocalipse.

²⁶ Idem, p. 19-20.

²⁷ Joaquim de Fiore. *Concordia Novi ac Veteri Testamenti*, 1.5, c.71. Cit. por Lubac, op.cit., p. 438.

²⁸ O esquema para as inteligências e a explicação dada no parágrafo acima podem ser encontradas nas seguintes obras de Joaquim: *Psalterium decem chordarum*, f.262, 4, *Concordia Novi ac Veteri Testamenti*, 1.5, c.1 (f.60,3) ou *Tractatus super Quatuor Evangelia*, 284. Cit. por Lubac, op.cit., p. 439.

²⁹ Lubac, op.cit., p. 446.

³⁰ Joaquim de Fiore. *Concordia Novi ac Veteri Testamenti*. f. 121,4 e *Liber Figurarum*, nos dois esquemas do quadro XI. Cit. por Lubac, op.cit., p. 450.

³¹ Lubac, idem.

³² Idem, p. 448.

³³ Cohn, op.cit., p. 90.

³⁴ Frank Manuel. *Shapes of Philosophical History*. Stanford: Stanford University Press, 1965. p. 39.

³⁵ Lubac, op.cit., p. 459-460.

³⁶ Millar Burrows. *Les manuscrits de la Mer Morte*. 1957. Cit. por Lubac, op.cit., p. 511.

³⁷ De todos os exemplos nesse sentido, o mais claro é talvez o da “Educação do Gênero Humano”, de Gotthold Ephraim Lessing, do qual falarei mais adiante.

³⁸ Manuel, idem.

³⁹ Embora muitas vezes os escritos ou as idéias de Joaquim sejam identificados sob esse nome, não há qualquer escrito seu que leve esse título. Evidentemente, Joaquim fala num “Evangelho Eterno”, mas a expressão foi retirada de Ap 14:6-7.

⁴⁰ Auguste Comte sustenta essa idéia. Cf. Löwith, op.cit., p. 155.

⁴¹ Marjorie Reeves e Warwick Gould. *Joachim of Fiore and the myth of the Eternal Evangel in the nineteenth century*. Oxford: Clarendon Press, 1987, p. 40-41.

⁴² Cohn, op.cit. p.89; Roger Garaudy. Faith and Revolution. In: *Ecumenical Review.*, XXV (1973), p.66 cit. Por Reeves e Gould, op.cit., p.4.; Löwith, op.cit., p. 160; Ernst Bloch. *Man on his Own*. New York: 1970, pp.137 e 139 cit. por Reeves e Gould, idem. John Passmore. *The Perfectibility of Man*. London: 1970, p. 213, cit. por Reeves e Gould, idem.

⁴³ Idem, p. 5.

⁴⁴ Idem, p. 318.

⁴⁵ Idem, p. 5.

⁴⁶ “A Educação do Gênero Humano” (“Die Erziehung des Menschengeschlechts”, no original alemão) encontra-se nas obras completas de Lessing, org. por Karl Lachmann e Franz Muncker. *Sämtliche Werke* (obras completas em 16 volumes, 1886-1924). Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1979. Existem ainda uma tradução espanhola numa edição muito bem cuidada, de Agustín Andreu Rodrigo. *Escritos Filosóficos y Teológicos*. Madrid: Editora Nacional, 1982, e uma edição brasileira de qualidade bastante duvidosa - Gotthold Ephraim Lessing. *A educação do gênero humano*. São Paulo: Edições Religião e Cultura, 1986. Optei pela tradução diretamente à partir do alemão, com eventuais consultas à edição espanhola.

⁴⁷ Com exceção da referência à Warburton, no parágrafo 24.

⁴⁸ Martha Waller. *Lessings Erziehung des Menschengeschlechts*. Berlin: Matthiesen Verlag, 1935, p. 4-5.

⁴⁹ Lessing, obra citada.

⁵⁰Peter-Hanns Reill. *The German Enlightenment and the Rise of Historicism*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press, 1975, p. 45.

⁵¹“Educação...” parágrafo 86.

⁵²“Educação...” parágrafos 87-88.

⁵³Não irei me estender aqui nas listas de títulos por meio dos quais Lessing pode ter conhecido a essência das idéias joaquimitas; para essa questão e bibliografia relativamente recente sobre o assunto, cf. Vicente Dobroruka. *A historiografia providencial de Gotthold Ephraim Lessing como secularização do pensamento escatológico de Joaquim de Fiore*. Dissertação de mestrado. PUC-RJ, 1995. P.59 e ss., e Hans Liepmann. *Lessing und die mittelalterliche Philosophie*. Stuttgart: Verlag W.Kohlhammer, 1931. Concluo que Lessing teve contato com o joaquimismo e que a referência aos “fanáticos medievais” não é gratuita - mas que ele não chegou a conhecer os textos originais do abade calabrés em primeira mão.

⁵⁴Reeves e Gould, op.cit., pp. 13 e 18.

⁵⁵Idem, p. 10.

Resumo

Este artigo discute as relações que se pode estabelecer entre as filosofias especulativas da história (em especial, a do filósofo alemão Gotthold Ephraim Lessing) e o joaquimismo. Tal derivação é particularmente notável no que diz respeito à divisão da história em três fases.

Palavras-chave: filosofia especulativa da história, joaquimismo, milenarismo.

Abstract

This article discusses the relations one may establish between the speculative philosophies of history (with special reference to the German philosopher Gotthold Ephraim Lessing) and joachimism. Such derivation is particularly noteworthy with respect to the division of history into three phases.

Key words : Speculative philosophy of history, joachimism, milleniumism.

Resumen

En este artículo se discuten las posibles relaciones entre las filosofías especulativas de la historia (con especial hincapié en la del filósofo alemán Gotthold Ephraim

Lessing) y el joaquinismo. Esta derivación es especialmente notable en lo que respecta a la división de la historia en tres fases.

Palabras clave: filosofía especulativa de la historia, joaquinismo, milenarismo.

D. Pedro, Duque de Coimbra (1436-1448): a frustrada emancipação dos concelhos urbanos

Assim como os ideais, as pretensões só se materializam na conjugação sincronizada de múltiplos intervenientes. Ainda que a férrea vontade desobstrua resistências infundadas, os objetivos humanos, não raramente, sucumbem às adversidades quando estas contêm em si a lógica das contingências. Essas afirmações tornam-se máximas quando tratamos de propósitos políticos governamentais. Essa é a epígrafe do artigo que se segue.

Ao assumir o reino de português, enquanto príncipe regente, o Duque de Coimbra, D. Pedro, divisou a possibilidade de cumprir teses que se alinhavam no espírito e que a si diziam serem oportunas para elevarem Portugal a um patamar superior de civilização: era impostergável a necessidade de desatrelar a velha aristocracia nortista da Corte para municiá-la com homens de novos tirocínios e com outros desígnios econômicos e políticos – os mercadores e mesterais urbanos e mercadores-navegantes assomavam aos olhos de D. Pedro como a geração que continha em si o novo mundo, o porvir.

No entanto, o ideal monárquico de D. Pedro esbarrou na contingência histórica: os segmentos sociais urbanos não eram suficientes para ombrear a base política que substituiria aquela oferecida pela nobreza terratenente. Somava-se a isso, o fato de que as lideranças políticas urbanas afinavam-se com os segmentos nobres que se haviam estabelecido na região entre os rios Mondego e Tejo. É mister dizer que os importantes mercadores consumiam, igualmente, o ideário da nobreza – os grandes comerciantes tinham, por sócios, nobres que se despacharam da lida no campo, ou deste foram excluídos, porque, ao apresentarem seus brasões familiares, tornavam os cofres reais mais generosos na concessão de benesses. Portanto, o projeto de D. Pedro vingaria se as bases materiais da sociedade portuguesa estivessem, de fato, assentadas numa outra produção sócio-econômica e o ideal das elites suspirasse uma sociedade de tela e moldura mercantilistas. Se esse ideal permeou algumas instâncias sociais não o foi o bastante para sepultar aquele forjado pela nobreza.

1. O itinerário social da centralização monárquica portuguesa

A centralização monárquica portuguesa adveio dos confrontos surdos e sonantes entre os próprios membros da nobreza, laica¹ e eclesiástica², entre uma e outra, entre a nobreza e os concelhos, entre os homens-bons concelhios e os mesterais³ e entre todos e o rei. Conflitos de muitas naturezas. Conflitos que sutilmente vão se dimensionando na Corte. E nesta não se assiste só a emulações pessoais por questões de prestígio: príncipes e princesas contra os bastardos legitimados, os bastardos contra os “grandes”, duques e pares; ainda há os oficiais superiores, escolhidos em geral entre a nobreza de toga, oriundos que eram de grupos sociais médios, pretendentes a formar um grupo à parte e, sabidamente, com ambições não tão médias quanto suas origens. Assim, homens provindos de diferentes estratos sociais e níveis hierárquicos unem-se e coligam-se. As alianças e os conluíus, a Corte é uma estrutura policéfala, sempre sob tensão ou equilíbrio instável⁴. Da complexa gama de atores na diuturna porfia de alguns em preservar os seus privilégios, outros de obtê-los e tantos outros de escapar à condição de excluídos e marginalizados, construiu-se a centralização monárquica portuguesa.

A centralização não correspondeu a interesses específicos de grupos ou classes sociais, porém o vetor da sua atuação favoreceu desproporcionalmente os integrantes da sociedade. Tal fato não causa estranheza. A teoria histórica forneceu-nos o apetrechamento indispensável para estabelecermos alguns parâmetros interpretativos.

No cenário da Idade Média tardia ocidental, dois intervenientes sociais se destacaram: a nobreza, embora condicionada às determinações do Estado centralizado e os mercadores que, por não possuírem lastro sócioeconômico sustentável, submetem-se às prerrogativas políticas da aristocracia⁵. Uma aliança agora – contradição latente –, uma crise insuportável no futuro: a História na sua ingênita mudança, processo de si mesma enquanto homens na perene luta para superar a sua ingênita condição de imperfeitos.

Desenhar o roteiro, ainda que fragmentário, desse processo de diferenciações e recomposições dos segmentos médios e superiores da formação social portuguesa, reportamo-nos a D. João I (1385-1424). Então desvelamos os indícios da formação daquela nobreza que, não tanto tradicionalista como a de Entre Douro e o Minho, enveredou-se nas atividades mercantis e sufragou as intenções de se conquistar Ceuta. O projeto de expansão ultramarina, ainda que os seus autores desconhecemos, fora concebido.

Quando nos referimos a essa nobreza não tradicionalista, estamos a falar de um realinhamento, que se foi processando, no estrato superior da sociedade portuguesa, desde a época de D. Diniz. Nesta quadra, à proporção em que as linhagens tradicionais portuguesas se afastavam da Corte, os bastardos régios desta se aproximavam; e tanto o fizeram que, nos acontecimentos de 1319-1324, delinearam-se novos arranjos no círculo do poder político⁶. Mais exatamente, nos finais do reinado de D. Fernando, sob a expressa influência de D. Leonor, agravaram-se os descontentamentos no seio da nobreza.

A conjuntura de crise presenciou – no reinado de D. Fernando, as reservas financeiras reduziram-se a patamares insustentáveis (ocorreram 12 desvalorizações cambiais e 4 empréstimos públicos) – a infiltração não só de filhos bastardos e filhos segundo, mas também havia aqueles “que procuravam a Corte para aí servirem como vassalos, por vezes em condições bastante miseráveis; eram também os próprios chefes de linhagens que esperavam do rei a solução dos seus problemas financeiros”⁷.

Para termos uma visão “sonora” dessas variações monetárias no quotidiano das pessoas, eis uma canção francesa que satirizava medidas idênticas do rei de França, em 106-1307:

Parece que o rei nos encanta.
Primeiro de vinte fez sessenta.
Depois de vinte, quatro, e de dez, trinta.
Ouro e prata, tudo está perdido.
E nunca mais será devolvido.
Ao pobre nem vintém.
Dos trigos, só tivemos a palha:
O trigo para o rei, a palha para nós⁸.

Na seqüência dos fatos, até desembocar no confronto da década de 1380, a nobreza sofreu reveses e finalmente, decorrido os cem anos que perfazem o reinado de D. Pedro I e o bisneto D. Afonso V, “houve 19 linhagens que se afundaram e 22 que emergiram. No quadro das linhagens ilustres apenas 7 se mantiveram: Albuquerque, Azevedos, Cunhas, Pereiras, Silvas, Sousas e Vasconcelos. Mas com reviravoltas importantes. E todas atrás dos Braganças... até que D. João II os decapitou, em Évora, no mês de Junho de 1483”⁹.

O moto *factum* deste artigo é abrir uma fresta interpretativa no episódio da regência de D. Pedro (1439-1448). E se justifica a seção cronológica, pois nessa conjuntura se intentou formar uma base sóciopolítica além daquela tradicionalmente obtida nos quadros dos terratenentes, sejam os aristocratas ou os aspirantes,

de diversos matizes, à aristocracia. Isso porque a trajetória da centralização monárquica portuguesa não primou pela solução de continuidade: as investidas centralistas de D. Diniz foram ensaios que não encontraram sufrágio em todo território nacional. Pois a aristocracia dos contrafortes dos seus senhorios foram entranhas de monta que só sucumbiram às intenções monárquicas às custas de muitas benesses e, sobretudo, pela incapacidade de conter a ação corrosiva das novas forças sócio-econômicas internas e externas. Nesse ínterim, os reis, à mercê da correlação das forças sóciopolíticas, ora fustigavam ora mitigavam os interesses da aristocracia. E durante a regência, D. Pedro, Duque de Coimbra – embora a controvérsia historiográfica acesse ânimos de poucas luzes esclarecedoras (prevaleceram as ações e intenções centralistas?) –, contrariou, com sanções, o que no reinado de Afonso V foi notório: o indiscreto à vontade da aristocracia.

2. Uma Regência controversa: o Infante D. Pedro

Analisaremos o incentivo e o espaço cedidos à dinâmica produtiva dos centros urbanos, objetivando formar uma base política além daquela oriunda do campo. Esse *locus*, a cidade, constituiu o útero no qual foi gestado, no Ocidente, uma nova formação social. Nesse contexto, as cidades interessam-nos enquanto móbil que, a despeito das diretrizes e objeções urdidas e difundidas pela aristocracia rural, prenunciou a vitória sobre o campo¹⁰.

D. Pedro continuou a tradição iniciada por seu pai: apoiou-se nas cidades¹¹. E o fez para afirmar que as cidades constituíram, desde o incremento das atividades mercantis, um trunfo contra as investidas dos senhorios feudais, embora, no decurso do processo, segundo a lógica dos fatos, a cidade, no conjunto da formação social, fosse além disso.

Quando a dinastia de Aviz optou pelo concurso das cidades o fez seguindo a emergência das mudanças que se avizinhavam: “que assim importava a seu negócio, pela confiança que sempre teve na gente popular; e por essa razão sempre em suas pretensões fez mais confiança dela que dos fidalgos e nobreza”¹². Porventura, fora este o entendimento de D. Pedro quando convocou as Cortes de Évora, face à ameaça da guerra com Castela.

Embora essas considerações não nos autorizem inferir que as cidades constituíram a condição *sine qua non* para a consumação do centralismo monárquico, não seria incorreto, contudo, apresentá-las como fator concorrente para esse desiderato. Portanto, advogando o pressuposto de que a compreensão da história exige a sincronia do antes e depois dos acontecimentos, verificamos, histórica-

mente, que às formações sociais adstritas às cidades depositaram o leme da embarcação rumo ao porvir¹³. Se assim o foi, é, porque há algum tempo as cidades vinham obviando essa realidade.

O nosso interesse específico na questão é entrever, nas jornadas urbanas, o novo caráter político que se ia espalhando no reino português e que, pelas suas exequibílicas sócioeconômicas, aliciavam e foram aliciadas pelos soberanos e que, no seu rastro, muitos aliciaram e a outros confundiram¹⁴.

Especificamente, D. Pedro inclinou-se a atender os avisos populares urbanos. Os capítulos deferidos nas Cortes de 1439 (Lisboa) parecem confirmar essa hipótese:

- Cap. 17: “que os capítulos gerais de cortes não tenham validade geral, antes apenas valham e obriguem em cada lugar aqueles capítulos que os respectivos concelhos escolherem e de que obtenham certidão da chancelaria”¹⁵;

- Cap. 25: “que oficiais de arcebispos e bispos e escrivães, procuradores e inquiridores perante os seus vigários não possam ser juizes, vereadores, procuradores, nem desempenhar qualquer outro cargo concelhio”¹⁶;

- Cap. 32: “que nenhuns meirinhos de correição possam actuar pela terra sem a companhia do alcaide pequeno ou de dois homens ajuramentados que o concelho lhes dê; não actuando nestas condições, não possam levar coimas dos gados e bestas que prenderem e trouxerem ao curral do concelho; que não possam fazer essa ‘guarda da terra’, a não ser quando ela for requerida ao corregedor pela maior parte dos moradores do lugar (agravado pelos **daninhos** e pelos poderosos)”¹⁷;

- Cap. 33: “que sejam abolidas as restrições impostas por D. João I sobre a liberdade de exportar, isto é, que qualquer mercador possa carregar as suas mercadorias em qualquer navio, nacional ou estrangeiro, sem ter de enviar ‘seu homem com elas’; que aqueles que abusarem desta liberdade, conluindo-se com estrangeiros para fugirem ao fisco, paguem ‘em dobro sem lhes ser quite’ o que tentaram sonegar, desde que o delito seja provado pelos oficiais competentes”¹⁸;

Esses capítulos confirmam a aquiescência do Regente às pretensões concelhias. Os municípios, escudados e alavancados por Lisboa, transformaram as Cortes de 1439 no palco onde se ratificava o golpe do regime: a tribuna do pronunciamento patriótico e masculino contra a regente-mulher-estrangeira¹⁹. E, na falta de contraprova, os **avisos populares** vão se fazendo a garantia da permanência do Infante na regência do reino.

Decorridos três anos, a orientação política ou as disposições governamentais, ou os dois simultaneamente, predispuseram-se a ouvir e a atender a outros **avisos**. Nas Cortes de 1442 (Évora) tivemos:

- Cap. 1: “que o rei dê ‘remédio e provisão’ ao ‘falimento de justiça’ que se verifica no reino, de modo a que os povos não padeçam tanto detrimento; que o rei ordene que, todas as vezes que um poderoso cometer força ou crime ou proteger malfeitor, o corregedor dessa comarca ou os juizes desse lugar, a requerimento de qualquer do povo ou de seu moto próprio, se junte com os vereadores e homens bons e provejam quanto à forma de repor a justiça, incluindo, se necessário, o recurso à mobilização forçada das populações; que seja estabelecida uma multa a favor da chancelaria contra os poderosos que acolherem ou protegerem os malfeitores e não os entregarem às justiças”²⁰.

A predisposição concelhia recrudesciu, se comparada com as deliberações de 1439: autonomia para os homens bons estabelecerem a forma de repor a justiça e, se necessário, para impor a lei aos poderosos, recorrer à **mobilização forçada das populações**. Apesar de evasiva a resposta do Infante a essa petição, ficou evidenciado o roubo – será que os cidadãos entreviam liberdade para materializarem as suas presunções? – dos dirigentes concelhios²¹.

Mas o referencial dos dirigentes políticos concelhios ainda não tinha a consistência necessária para fornecer com andaimes e socorrer com matérias-primas a edificação administrativa regencial. Daí porque:

- Cap. 4: “sejam respeitados os privilégios dos fidalgos e dos vassallos do rei segundo os quais estão isentos dos encargos concelhios e de servir na guerra com outrém os seus caseiros, lavradores, mordomos, amos e apaniguados”²².

Esse capítulo foi deferido. Tornou-se claro que a predisposição política senhorial, em 1442, não se intimidava, como se desejava, com as incursões dos representantes de concelhos na ante-sala do monarca e estes, comprovou-se, não encontravam o corrimão que os conduziriam às instâncias deliberativas do poder para fazerem vingar as suas demandas. Embora os mercadores continuassem a receber a atenção do Infante²³.

A insegurança do Regente – as críticas pronunciadas, notadamente, pelos aristocratas de Entre o Minho e o Douro faziam ressonância em todos os quadrantes da Corte – justificava o apelo que fazia em formato de categorias sociológicas: a aliança espiritual, natural e político-moral prescreve a ordenação da sociedade. D. Pedro serviu-se dos argumentos que se lhe apresentavam, não se inibindo sequer

em conjugar domínios da ordem clerical com as deambulações mundanas:

“E em aquesto ha desvayramento, porque segundo que o senhor he mais uniuersal, tanto deue seer mais deseiado a seu proveyto. E esto se entende se o proueyto he tall que faça melhoria em a comunityade. E em outra guisa ben sse pode acontecer de alguu seer mais obrigado ao senhor menos prinçipal por criaçom e merçees que delle rreçebesse, que a outro de que nom sentio pessoal bem fazer. E por exemplo desto saybhamos que mais deue o sobdicto querer o bem d’elrrey que do prinçipe. E primeyro deue deseiar o proueyto pera o duc que pera outro quall quer senhor somenos, que em ella aquella meesma terra uiue, em que elles todos teem senhorio. E aquesto se entende em caso de neçessidade, en que prinçipalmente o bem comuu deue seer sguardado, mas onde tall caso nom tem logar, deue cada huu acorrer aaquella persona, de que o seu coração tem sentimento mais doçe”²⁴.

A hierarquização e os laços de afetividade, ou submissão social consentida segundo essa escala, são fundamentos da compreensão política de D. Pedro. Torna-se compreensível, após essa transcrição, o indeferimento do Capítulo 1 e o deferimento do Capítulo 4. O insólito da questão era que o Infante devia, em parte, às forças populares a sua própria condição de regente.

O Duque de Coimbra, repetimos, titubeava nas suas decisões. Isso decorria do fato de a metodologia aplicada às diretrizes centralistas, da qual se propunha servir, esbarrava nos princípios da sua formação e na própria escala social a que pertencia. Essas inflexões de D. Pedro facultaram à nobreza, na intenção e ato dos seus maiores, instruir-se com reminiscência de uma feudalidade prima, porque estavam impedidos historicamente de ceder passagem aos populares. O Infante, nessa contingência, reservou para si a imolação de Alfarrobeira.

Ainda nos consta um aspecto de não menor importância a destacar. A saída de cena do Infante oportunizou aos seus êmulos o assalto ao jovem rei²⁵. Os fidalgos, ministrados pelo conde de Barcelos, promoveram uma revanche de caráter retaliativo a todos os feitos políticos de D. Pedro. A narrativa de Ruy de Pina ilustra bem a situação em que estavam os fidalgos e denuncia o quanto a guerra era necessária para que esses firmassem a sua importância perante os olhos do reino. Assinalava esse cronista que era imprescindível, segundo as interpretações do Conde, ocorrer desavenças para “meter o reino em necessidade de sua pessoa e casa, e lha averem de compoer com villas e terras como fizeram”²⁶.

D. Pedro, ajuizado no tirocínio político que amealhou ao longo da sua vida, confessava ao seu amigo, o conde de Abranches, as suas apreensões:

- “o que principalmente danou estes feitos, é quererem em estes reinos usar das práticas de Castela, e todos por seu proveito e por cada um levar a sua enxavata; e Portugal segundo bem sabeis não é para suportar isto; e se esta prática vai adiante, segundo se agora começa, nunca creio que seja muito serviço, nem del-rei meu senhor, nem de seus reinos”²⁷.

3. Enfim, Portugal abençoa a sua nobreza

A vitória da reação *feudalizante*, ou o “restabelecimento” do poder político aristocrático²⁸, não se explica pelo revigoramento da nobreza ou pela placidez, frente aos fatos, dos partidários do Infante. É preciso, sobretudo, atinar para um ponto crucial da questão. É indispensável para compreender o desfecho amargo desse episódio o comportamento das cidades. As inclinações das gentes urbanas, se não o fiel da balança, foram fatores de inequívoca importância para a derrota do Infante.

D. Afonso afirmava, ao decidir fazer guerra a D. Pedro, por meio de carta enviada às cidade e vilas do reino, que o Regente era um rebelde, que o Infante contestava a Coroa²⁹. Essa declaração reorientava as disposições dos súditos urbanos. A lealdade à Coroa estava acima dos desafetos e ódios à nobreza. Já quando da entrega da regência a D. Pedro, os lisboetas vincavam que ao atingir a maioria, o rei assumiria o reino porque “...Elrey nosso Senhor que sobre todos mais lealmente amamos...”.³⁰ E vão além no propósito da sua lealdade quando um barbeiro, que assumiu de porta-voz, afirmava: “Nos nom somos tredores; mas mui leases, e nom avemos de matar noso Rey e Senhor; mas porque o amamos avemos todos de morrer por elle, quando lhe compryr...”³¹.

Enquanto D. Pedro avançava para combater o conde de Barcelos e Afonso V, as suas tropas minguavam pela deserção.³² Lisboa, que um dia quis ornamentar-se com uma estátua sua, agora voltava-lhe as costas, pois “se porventura quysesse seguir contra Lixboa era maginaçam errada e certo perigo seu; porque já não era a Madre que o cryara segundo elle dizia e confiava, mas que a avya d’achar muy yrada, bem guardada Madrasta contrasy...”³³.

Outros intervenientes somaram-se a esses, naquele episódio em desfavor de D. Pedro: a inimizade do conde de Ourém, os ciúmes do duque de Bragança, a “indiferença” de D. Henrique, a timidez da rainha D. Isabel, sua filha etc.;³⁴ entendemos, contudo, que a causa maior de sua desgraça foi ter sido abandonado pelas cidades.

O Professor Baquero Moreno apresenta-nos um quadro com os beneficiários

de D. Pedro, que mais tarde apoiaram o rei, em Alfarrobeira.³⁵ Observamos que desses beneficiários (39), seis contemplados eram elementos pertencentes à casa do Infante D. Henrique. Conclui o mesmo autor que esse fato mostra “o bom entendimento e convergência de interesses que solidarizava os dois irmãos”³⁶.

Não podemos esquecer, no entanto, que a displicência do Infante D. Henrique, na qualidade de Duque de Vizeu e Mestre da Ordem de Cristo, para o recrutamento de forças militares a favor da causa régia, foi decisiva³⁷.

Todavia, é indispensável que se faça uma reflexão menos simplória da atitude dos cidadãos, além daquela que se configurou no sentimento de lealdade ao rei. D. Pedro foi um dos grandes magnatas do século XV português³⁸, e disso a sociedade era consciente. As suas jornadas contra a aristocracia fundiária foi endossada e aplaudida pelos segmentos populares e burgueses, enquanto esteve revestido do poder régio. São duas situações distintas. Enquanto regente, na acepção dos súditos, inclusive os urbanos, encarnava o rei e a ele devia-se obediência e lealdade. As sanções de caráter centralistas fomentavam o concurso dos segmentos não privilegiados e, até mesmo, dos segundos das famílias enobrecidas – um dos fatores explicativos do aumento dos segundos foi o implemento extensivo da lei Mental e, naturalmente, as crises que convulsionaram o baixo-medieval –; esses engrossaram o séquito de simpatizantes da política regencial. E fizeram-no com maior desembaraço quando o Regente se posicionou favorável à adoção de uma política ultramarina mercantilista³⁹.

Ao ser privado do Poder, da condição de regente – em 1439, D. Afonso V atingiu a maioridade e coroaram-no –, D. Pedro reassumiu a sua condição na hierarquia social: Duque de Coimbra⁴⁰; nesse estágio confirmou as suas convicções políticas em correspondência enviada ao conde de Abranches.⁴¹ Todavia, agora D. Afonso cobriu-se, ao tornar-se rei, com o manto mistificado da realeza⁴² e D. Pedro com o manto execrado, pelos povos, da nobreza⁴³.

Acreditamos ser ingênuo debitar à consciência crítica desses homens o discernimento necessário para essa leitura tão complexa. O cotidiano daqueles homens, no ímpeto de se escudarem das adversidades que tão amiúde os atormentavam, indicava-lhes observar a ordem dos fatores: o rei e, após, num patamar de subalternidade, a nobreza. Portanto, D. Afonso era o rei e D. Pedro um nobre, e, naquele momento, seu êmulo. Então, doutrinação de longa data a prescrever na consciência coletiva, a sumidade real não sucumbiria aos efeitos de uma prática política que, na verdade, há muito reivindicavam.

Os procedimentos governativos do Infante, à luz da compreensão dos populares, não diferiam dos adotados por monarcas precedentes. A severa vigília

utilizada em suprir os cargos com os seus partidários⁴⁴, as constantes escaramuças com os adeptos da rainha Leonor⁴⁵ e, inclusive, a desvalorização da moeda realizada em 1441⁴⁶ e os pedidos⁴⁷ provocavam atribuições e confrangimentos à sociedade, igualmente àquelas procedidas pelos monarcas anteriores.

A lógica da política prescrita por D. Pedro, em resguardar a suprema autoridade no rei, não estava imune à lógica das estruturas do tempo. O instrumental de que dispunha haveria de manipular a matéria-prima existente: os homens e as coisas. Aquela realidade social, como qualquer outra, agia segundo a métrica das suas contingências; portanto as suas respostas e demandas circunscreveram-se nesses mesmos fatos. Assim, o Infante utilizou expedientes próprios do seu tempo para governar, porque somente esses eram compreendidos e, conseqüentemente, teria retorno previsível às suas solicitações. Nessa inter-relação, D. Pedro era compreendido pelos súditos como um Regente e, como tal, dispondo de todas as prerrogativas de soberano no exercício do mandato, nada mais.

Os testemunhos dos documentos coevos nos confirmam que os segmentos populares e os grupos envolvidos nas atividades mercantis⁴⁸ conferiam ao rei, não à pessoa, mas à função, a competência e o dever de assimilar os anseios da sociedade. A subalternidade desses homens, arraigada nas prescrições dos costumes e fundamentada nas doutrinas dos ideólogos religiosos, não se revelava simplesmente no ordenamento social. A subalternidade era também dos desejos e especialmente do entendimento. A rudeza do tempo transparecia na matéria aquilo que era conteúdo nos intelectos. Nessa linha interpretativa, as cidades não traíram o Infante, foram fiéis ao rei e continuarão a ser, ainda que, em certos períodos, fossem traídas pelos seus monarcas.

A considerar os objetivos das Cortes que ocorreram durante a regência de D. Pedro, verificamos que o período foi de constantes apreensões quanto à segurança do reino. As exceções talvez seriam as Cortes de 1439 e 1446.

Conforme dissemos anteriormente, em 1439, procedeu-se um acerto entre os concelhos, sob a batuta de Lisboa, para assegurar a regência ao Infante. Em 1446, ao completar os catorze anos, o cetro deveria ser transferido para D. Afonso. D. Pedro, com hábeis insinuações elaboradas nos bastidores, tentou conservar em suas mãos, por mais algum tempo, a vara-símbolo da soberania. Segundo Armindo de Sousa, isso é incontestado: “que estas Cortes assemelham-se mais a uma cerimônia nacional de louvor ao regente do que a uma epifania do jovem rei”⁴⁹.

As demais cortes (1441,1442,1444,1447), já nos referimos, foram objetivamente convocadas para procederem aos **pedidos**. As justificativas para esses empréstimos foram baseadas na eminência do ataque estrangeiro e uma (1447)

para prover os gastos com o casamento do jovem monarca D. Afonso.

Nos capítulos da Cortes, destacam-se a preocupação em regulamentar as sisas. É curiosa a observação que Armindo de Sousa fez para dezoito capítulos de 1439, dos quais sete referem-se às sisas: os seguintes capítulos constam dum edital do Porto, que registra as decisões régias **sem qualquer referência aos requerimentos dos povos**. Não é possível, portanto, determinar o tipo de resposta, pelo que se deixará em branco a respectiva coluna. Anotaremos como assunto as decisões, em **estilo imperativo**⁵⁰.

Vejamos essa preocupação fiscal:

- Cap. 35: “os escrivães das alfândegas e das sisas não assentarão nada em seus livros sem a presença das partes; não poderão levar dinheiro pelas avenças nem pelos assentos e escritas que fizerem nos seus livros; pelos alvarás e cartas requeridos pelas partes para levarem consigo cobrarão emolumentos semelhantes aos dos tabeliões, a saber, ‘por cada regra um preto’; o escrivão que cobrar mais do que o indicado anteriormente pela primeira vez torná-lo-á à parte ‘enoveado, da cadeia’ e pela segunda vez perderá o ofício”⁵¹.

- Cap. 38: “os escrivães não assentarão avenças nos seus livros sem a presença das partes; os siseiros que mandarem assentar avenças sem as partes estarem presentes devolvê-las-ão às partes no dobro do que mandaram assentar; os siseiros que receberem avenças sem os escrivães as assentarem pagá-las-ão da cadeia anoveadas - metade para o rei e outra metade para o denunciante”⁵².

A preocupação com a escritura das sisas é patente. Independente da importância do imposto, o fato é que o Estado entende que o registro da arrecadação é a maneira pela qual poderá ter controle sobre o valor geral desse tributo. E a seguir, garantir aos contribuintes uma justiça na sua cobrança. Tal se obteria por meio de uma rígida disciplina sobre os escrivães.

- Cap. 39: “os concelhos ponham cada ano os juizes das sisas a contento dos rendeiros; uma vez postos, não poderão ser exonerados pelos oficiais régios a pedido dos siseiros, exceto se contra eles houver legítima suspeição ou prova que os dê por incapazes; os substitutos de juizes exonerados serão dados pelos concelhos”⁵³.

Sabe-se que a arrecadação das sisas ocorrem nas áreas de maior movimentação comercial. Naturalmente, nos centros urbanos. Para impedir uma cobrança indevida, exorbitante, do imposto pelos siseiros, o regente assegurou aos concelhos a nomeação dos juizes das sisas. Ainda que o Infante tenha instruído uma

prática econômica, que não diferia dos anteriores governantes, reconhecemos que houve uma preocupação de não sobrecarregar os setores mercantis. Ou, se possível, administrá-las com probidade.

- Cap. 40: “os regimentos das almotaçarias dados pelos reis aos povos serão guardados, desde que os almotacés em nada os inovem para iludir os artigos das sisas”⁵⁴.

- Cap. 42: “qualquer pessoa poderá advogar em feitos de sisas pelos simples e miseráveis e por criados ou apaniguados seus, sem embargo de legislação em contrário”⁵⁵.

É claro que se proibia os siseiros de se intrometerem em matéria de almotaçaria e que os despossuídos pudessem defender-se através de advogados.

Finalmente,

- Cap. 37: “quem trazer armas de fora do reino ficará isento de pagar dízimas e sisas delas”⁵⁶;

- Cap. 42: “os vassalos e os que com eles comprarem e venderem não pagarão sisas de armas e cavalos, salvo se forem ‘continuadamente cadimos regatões’⁵⁷.

Considerando o estado de guerra em que se vivia, tensões internas e externas, compreendem-se as isenções acima aludidas. Na verdade, a preocupação com as sisas foi uma constante nos séculos XIV e XV. As estatísticas evidenciam o **quantum** elas representavam na receita geral da coroa. Independente disso, as intenções mercantis de D. Pedro eram patentes e nada mais coerente do que normatizar o imposto que sobre esta prática incidia.

4. Epílogo

Ao registrar os capítulos em Cortes referentes às práticas mercantis, o fizemos com o propósito de vislumbrar as razões de alguns descontentamentos dos segmentos sociais urbanos. As sisas, impostos que incidiam em todas as transações comerciais, tornaram-se a política tributarista do governo e, naturalmente, fonte de dissabores para os tributados. O rigor, ainda que probo, na cobrança daquele imposto provocava recomposições na movimentação das trocas, na medida em que o imposto subtraía parte razoável dos lucros dos mercadores. Os mercados para manterem a taxa de lucro, por eles considerada satisfatória, impunham restrições aos preços apresentados pelos fabricantes de manufaturas. Essa engenharia trazia abusos e descontentamentos de toda ordem, enfim: as populações produtoras, aí também incluídos os produtores agrícolas que mercadejavam seus

produtos, andavam às turras com os meirinhos e almotacés, agentes de cobrança do governo.

Essas aflições, que somadas às explorações que sofriam os centros urbanos avizinados com grandes senhorios aristocráticos laicos e eclesiásticos, eram despercebidas, ou Regente estava impossibilitado de pôr um fim por intermédio de sanções restritivas. O poder era senhorial, D. Pedro era Duque de Coimbra, portanto um grande senhor, cujos laços e formação estavam enraizados nessa matriz e que não desentranhariam no curso natural do cotidiano – seria ingênuo acreditar que, assumindo a regência, D. Pedro abdicaria de sua condição de aristocrata para vestir o manto com todas as matizes sociais de outras classes sociais em desfavor da própria. Foram essas contingências que fizeram insustentáveis as convicções do monarca e igualmente insustentáveis o apoio popular às diretrizes políticas do Regente. Alfarrobeira – recontro entre as forças aristocráticas que apoiavam D. Pedro com as que apoiavam D. Afonso V, ocasionando a derrota dos aliados do infante Duque de Coimbra e a sua própria morte –, foi um desfecho, embora indesejado pelos próprios vitoriosos na contenda, previsto.

Notas

¹ Não havia harmonia entre os integrantes desse segmento social. Vejamos isto: *Senhor, muitas vezes se segue escândalos entre fidalgos por filharem uns aos outros os criados e chegados*, cf. Armindo de Sousa, *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, II, Lisboa, s/d, p. 458. Ao longo deste trabalho, apresentaremos diversas situações em que se expressam esses antagonismos e, mais precisamente, tentaremos relevar os conteúdos políticos, na perspectiva de entrever obséquios à centralização monárquica que porventura contivessem. Sobre esse item, conflito entre os nobres, é interessante o trabalho de Arthur Moreira de Sá, “O Infante D. Pedro e a crítica histórica”, in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº 3, 1956, pp. 117-127 e *Monumenta Henricina*, vol. IX, Coimbra, 1968. No doc. 211, pp. 344-356, temos o episódio do confronto de Alfarrobeira. Aí deparamos com um facto curioso. Uma carta do Infante D. Pedro ao Conde de Arraiolos diz-nos das perseguições dos partidários de Afonso V à sua gente:... *E logo o duque meu irmão o, vosso padre, trasnoutamdo asi como se ouuisse de fazer alg-ua grande caualgada, se vejo de Chaues a çidade do Porto, temdo ja em ella homens darmas escomdidos, lamçamdo fora della muj desomrradamente os meus que hi viuuiam, assi como se fossem malfeitores. E esto mesmo mandou fazer em Guimarães e em Pomte de Lima, deribamdo as casas de Lionel de Lima, por ser meu seruidor; asi como se fosse(m) de tredor*. Este grifo é para enfatizar que Leonel de Lima era um poderoso senhor na região Entre Douro e Minho.

² SOUSA, A., op. cit., p. 435: *olhados em si mesmos, os clérigos dos séculos XIV e XV revelam-se um grupo de muitos conflitos internos. Bispos contra cabidos, uns e outros contra monges e frades, regulares contra seculares, vice-versa etc.*

³ *o grupo popular, em termos de conflitualidade interna e de relacionamento com os nobre e os clérigos, seguiu a regra geral: divisão, efervescência, salve-se quem puder*; Idem, p. 471.

⁴ ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa: 1987, p. 93-94.

⁵ ANDERSON, P., *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto; 1984, pp. 16-18; A. Fernando Novais, *O Estado Absolutista*, S. Paulo; 1990, p. 56-60.

⁶ MATTOSO, J., *Fragmentos de uma composição medieval*. Lisboa; 1990, p.283.

⁷ Idem, op. cit., p. 285.

⁸ MOLLAT, M., *Les pauvres au Moyen Âge. Étude sociale.*. Paris; 1978, p. 195.

⁹ SOUSA, A., op. cit., p. 443. É interessante o Apêndice apresentando por M. J. P. Ferro, op. cit., pp. 88-89 e o quadro sintético das linhagens tituladas na 2ª dinastia, elaborado por Luiz Felipe de Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza - A titulação na 2ª dinastia”. In *Revista de História Económica e Social*, Jan-Abr., 1988, pp. 97-114.

¹⁰ MATTOSO, J., *Fragmentos...*, p. 275.

¹¹ O *Yfante Dom Pedro, que do povo era muy amado*, diz Ruy de Pina, *Chron. Afonso V*, cap. 23 e E. Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, I, p. 323.

¹² LANDIM, G. Dias. *O Infante D. Pedro*. Lisboa: 1892, cap. 23.

¹³ MARQUES, A. H. Oliveira. *Portugal na crise.*, p. 202.

¹⁴ Idem, p. 201-203.

¹⁵ SOUSA, A., *As Cortes...*, II, p. 328.

¹⁶ Idem p. 329.

¹⁷ Idem, p. 330.

¹⁸ Idem, p. 331.

¹⁹ Idem, p. 356.

²⁰ SOUSA, A., *As Cortes...*, II, p. 335.

²¹ “são respostas fictícias, pelas quais os governantes ladeiam decisões sobre matérias delicadas ou incômodas”. A. Sousa, I, p. 541.

²² SOUSA, A. II, p. 335.

²³ GODINHO, V. Magalhães, “Rumos da expansão”. In: *Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, 1962, pp. 139-145, informa-nos do desempenho de D. Pedro na exploração da costa africana. Desfavorável à política de fixação no Norte da África, D. Pedro de 1441 a 1447 empreendeu 20 viagens à costa africana.

²⁴ Infante D. Pedro, *O Livro da Virtuosa Benfeitoria*. In: *Obras dos Príncipes de Avis*. Porto: 1981, livro II, cap. XIII, p. 588-591.

²⁵ CAETANO, M. Op. cit., p. 515-516.

²⁶ PINA, Ruy., *Chron. Afonso V*, cap. 60.

²⁷ SOUSA, A. Caetano. *Hist. Geneal.* T. V, p. 120.

²⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira *Portugal na Crise...* pp. 558-559: “o senhorialismo campeou triunfante durante quase todo o reinado de D. Afonso V. Durante mais de dez anos pontificaram incontestados no País e na Corte os infantes D. Afonso, duque de Bragança e D. Henrique, duque de Viseu, chefe de fila da aristocracia terrenamente...”. A. Sousa. *História de Portugal.* II, p. 448, “Nunca em todo o período se viu tamanha soltura da arrogância como nos anos que vão de 1451 a 1477. São os anos neo-senhoriais. A que D. Afonso V assiste magnânimo e ingênuo - sonhando cruzadas, fazendo conquistas e marqueses e viscondes e barões, sorrindo aos bispos e prelados, compungindo-se perante os povos...”

²⁹ LANDIM, G. Dias. Op. cit., cap. 18.

³⁰ PINA, Ruy. Op. cit., cap. 37.

³¹ Idem, cap. 25.

³² Idem, cap. 101 e 118.

³³ Idem, cap. 120.

³⁴ FRANÇA, E. Oliveira. *O poder real em Portugal e as origens do absolutismo.* São Paulo: 1946, p. 313.

³⁵ *A Batalha de Alfarrobeira.* p. 309-318.

³⁶ Idem, p. 319. Este estudo apresenta ainda quadros de todos os envolvidos nesse episódio com sólida pesquisa documental.

³⁷ Idem, p. 547. Rui de Pina, op. cit., cap. CI, informa-nos que D. Pedro se vê com aqueles que contava “por seus filhos e netos pois todos eram seus criados e filhos de seus criados.

³⁸ COELHO, M. H. Cr. *O Baixo...*, p. 565-569.

³⁹ PERES, Damião *História dos Descobrimientos Portugueses.* Porto: 1943-46, p. 81 e segs; e Nota supra nº 148,

⁴⁰ COELHO, M. H. Cruz, op. cit., p. 565-568.

⁴¹ Cf. Nota nº 62.

⁴² Já apresentamos a condição do rei, símbolo e poder, no capítulo anterior. A compreensão dos teóricos franceses do baixo-medieval reflete claramente essa aura mística do rei segundo as palavras de Bernar du Rosier, arcebispo de Toulouse: o monarca francês é o rei “mais cristão” e superior a todos os outros monarcas. Ele distingue três conjuntos: os atributos simbólicos e taumaturgos (a unção, o poder de cura, “les lys”, a auriflama); os poderes soerguendo do galicanismo e da autonomia “vis-à-vis” do papa; enfim “l’indépendance temporelle vis-à-vis de tout seigneur en ce monde”; cf. J. Le Goff, op. cit., p. 154. Este tema é desenvolvido por B. Guenée, op. cit., p.133 e segs.

⁴³ LOBO, A. S. S. Costa, op. cit., p. 215 e todos os capítulos em Cortes que já apresentamos recriminando a nobreza: aposentadoria, dívidas, empréstimos, abusos jurisdicionais, extorsões, etc.

⁴⁴ MORENO, H. Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. p. 307 e segs.

⁴⁵ Idem, cap. VI.

⁴⁶ Os leais de prata passariam a valer não 10 mas 12 reais, cf. M. J. Pimenta Ferro, “ Política monetária do regente D. Pedro. (1439-1448)”, sep. *Nummus*, vol. II, Porto: 1979, p. 20-22.

⁴⁷ Iria Gonçalves, *Pedidos e empréstimos...*, p. 208, apresenta estes dados referentes a D. Pedro: Cortes 1440 (Lisboa) - pedido e empréstimo (Armindo de Sousa informa que as Cortes de 1439 terminaram antes de Janeiro de 1440, *As Cortes*, I, pp. 357-358); Cortes de 1441 (Torres Vedras) - pedido; Cortes de 1442 (Évora) - pedido e meio para defesa contra um possível ataque dos partidários de D. Leonor; Cortes de 1444 (Évora) - 2 pedidos pois os infantes de Aragão, irmãos de D. Leonor, estavam em maré de vitória sobre João II de Castela e isso era perigoso para o regente de Portugal: urgia ajudar o castelhano; cf. A. Sousa, I, p. 365; Cortes de 1445 (A. Sousa refere-se às Cortes de 1446-Lisboa, enfatizando as manobras políticas que aí desenvolveram-se) - pedido e meio; Cortes de 1447 (Évora) - dois pedidos e meio, além das dízimas.

⁴⁸ São “corsários” do Algarve, mercadores, armadores, alcaides do mar, almoxarifes, escudeiros (quase todos dizendo-se criados dos Infantes D. Henrique e D. Pedro) que avançam sobre a Costa africana. Tudo lhes serve como produto do saque desde que possa ser integrado nos circuitos mercantis, “mas privilegiam a captura de homens, mulheres e crianças que reduzem à escravidão em nome da necessidade de guerrearem os ‘infiéis’ ou de converterem os ‘gentios’ à religião de Cristo”, cf. João Marinho dos Santos, “A Expansão e a Independência Nacional - A acção do Infante D. Pedro”. In: *Biblos*, vol. LXIX 81993), p. 221.

⁴⁹ Op. cit., I, p. 367.

⁵⁰ Op. cit., II, p. 331.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem, p. 332.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem, p. 333.

Resumo

A Regência de D. Pedro, Duque de Coimbra (1436-1448), foi marcada pelas disputas entre as grandes linhagens aristocráticas portuguesas. De um lado, a aristocracia nortenha tradicional e, do outro, a nobreza que se apresentava no cenário

nacional tendo por base a região do rio Mondego e as cidades que se estendiam nessa faixa até às fronteiras de Lisboa. A expectativa de D. Pedro, de se criar uma base política a partir da coesão e desenvoltura dos mercadores, mesterais e os seus terratenentes esbarrou na própria carência material daqueles homens: os mercadores ampliavam suas margens de lucro com o consumo da nobreza perdulária e aquela nobreza supria-se com as benesses do Estado. Portanto, a pretensão inicial do Regente, em se tornar independente da nobreza de Corte, não se confirmou e o castigo que lhe reservaram pela ousadia foi a imolação, na batalha de Alfarrobeira.

Palavras-chave: aristocracia, fidalgos, concelhos urbanos

Abstract

The regency of D. Pedro, Duke of Coimbra (1436 – 1448), was marked by disputes among the Portuguese aristocracy. On the one hand, you had the traditional northern aristocracy and, on the other, the nobility gracing the center stage of the national scene and whose power base was centered round about the River Mondego and the towns strung out as far as the outskirts of Lisbon. The expectancy of D. Pedro in creating a political power base involving the cohesion and expediency of the merchants, guildsmen and landowners came up against the lack of stability and inadequacy on their part : the merchants expanded their profit margins playing up to the prodigal lifestyle of the squandering nobility and that very nobility, in turn, gorging itself on State privileges and largesse. For this reason, the initial intention of the Regent to become independent of the Court just didn't work out and the chastisement reserved for him for his boldness took the form of bloody immolation in the battle of Alfarrobeira.

Key words: aristocracy, fidalgues, urban councils

Resumen

La regencia de D. Pedro, Duque de Coimbra (1436-1448), se ha visto marcada por las disputas entre los grandes linajes aristocráticos portugueses. Por un lado, la aristocracia del norte tradicional y, por el otro, la nobleza que tenía como base la región del río Mondego y las ciudades que se extendían por sus márgenes hasta la frontera de Lisboa. La expectativa de D. Pedro de crear una base política a partir de la cohesión y el desarrollo de los mercaderes, menestrales y sus terratenientes

chocó con la escasez material de aquella gente: los mercaderes ampliaban sus riquezas con el consumo de una nobleza derrochadora que se mantenía gracias a los bienes del Estado. Por lo tanto, la pretensión inicial del Regente, de independizarse de la nobleza de la Corte, no fue posible y el castigo por su osadía fue el sacrificio, en la batalla de Alfarrobeira.

Palabras clave: aristocracia, hidalgos, *concelhos* urbanos

Todavia, a função da ambivalência como uma das estratégias discursivas e psíquicas mais significativas do poder discriminatório – seja racista ou sexista, periférico ou metropolitano – está ainda por ser mapeado (Bhabha, 1998:106).

Introdução

Nas comemorações do centenário de nascimento de Gilberto Freyre, ocorreram fatos interessantes: da discussão na imprensa à imobilidade da grande maioria da Universidades Federais, das análises bajulatórias a indagações críticas de quem nunca leu Gilberto Freyre. Houve ainda quem lembrasse de Gilberto Freyre na luta contra a ditadura Vargas, e quem indicasse a sua vinculação atuante com a ditadura militar. Muitos perguntaram: existe realmente o que celebrar nesse centenário? Celebrar, talvez não seja a expressão mais exata. Passado o furor do momento, deveríamos nos perguntar se Gilberto Freyre ainda suscita questões e problemas que merecem ser discutidos.

A intenção desse ensaio é fazer uma breve aproximação desse contexto, tentando ressaltar na obra gilbertiana os seus aspectos inovadores e as suas contribuições teórico-metodológicas para, em seguida, esboçar uma interpretação. A idéia principal que procurarei desenvolver nesse trabalho é a de que Gilberto Freyre edificou uma narrativa, que tenta construir uma identidade brasileira. Para tal, utiliza uma forma específica de narrar: a estrutura de seu texto busca salientar *performances* sociais que encenam histórias poderosas. Essas histórias contadas descrevem e adicionam afirmações de caráter ideológico e moral: são alegorias. No caso de Gilberto Freyre, as alegorias criam “fábulas de identidade” em um empreendimento “pedagógico e ético”,² que resgata os valores de classe dos senhores de engenho. Se, como quer Renato Ortiz (1985:45), Gilberto Freyre ofereceu aos brasileiros uma carteira de identidade, cabe então questionar: qual Brasil?

As contribuições teórico-metodológicas de Gilberto Freyre

Muitas foram as contribuições de Gilberto Freyre às ciências sociais no Brasil. Um exemplo poderia ser a de lembrarmos a importância que dá aos fatos cotidianos. Nota-se em suas obras – e esse é um traço característico de Freyre – a manifestação da vida cotidiana. Fato comum e até mesmo banal nos dias de hoje, mas que não era na data da publicação de *Nordeste e Casa Grande & Senzala*. Gilberto Freyre introduz, na literatura sobre o Brasil, a família, a cozinha, a vida sexual, os bons e maus hábitos. Daí a vivacidade de seus livros. O que hoje é amplamente admirado em um Nobeit Elias (*O Processo Civilizador*), Robert Darnton (*O Grande Massacre dos Gatos*), Carlos Ginzburg (*O Queijo e os Vermes*), Gilberto Freyre também o fazia em *Casa-Grande & Senzala* (1933), *Sobrados e Mucambos* (1936), *Nordeste* (1937), *Açúcar* (1939), entre outras obras.

Antes dos pós-modernos, Gilberto Freyre já sabia da importância da escrita e da literatura, escrevendo, ele próprio, na fronteira da literatura de expressão com a literatura de investigação. Em matéria de visão do homem, afirmaria ele, os cientistas sociais, perto dos grandes escritores, não passam de sacristãos; só entendem meia missa. E se somarmos a sua ênfase na interdisciplinaridade, poderíamos de novo compará-lo a uma linha de pensamento para qual uma psicologia, uma história, uma sociologia, uma economia – entendidas como especialidades fechadas – deveriam ser criticadas.

Dentro da tradição de Franz Boas, Gilberto Freyre entendia que os “emprestimos culturais” (sejam lingüísticos, religiosos, econômicos, institucionais, entre outras) não são simplesmente transplantados de uma cultura a outra, conservando sua artificialidade em relação aos meios culturais que os recebem. Traços culturais são integrados, amalgamados, recriados de forma específica e inseridos no conjunto de uma tradição. De acordo com tal concepção, a escolha da família patriarcal, como modelo do Brasil, não parece arbitrária: por meio dela se dá a miscigenação de raças e a assimilação de culturas. Hierárquica, autocrática, auto-suficiente, preeminente sobre outras formas de organização e poder, a família patriarcal se oferece como o modelo primeiro de organização social e política no Brasil, ponto fundamental e definidor do Nordeste.

Assim, a importância e a magnitude de Gilberto Freyre está em ser inovador em seu tempo, ao colocar a vida cotidiana como fundamental para a compreensão do País; de assumir a cara própria do Brasil, uma cara que não era convencional, numa época em que um certo pensamento brasileiro tinha dúvidas quanto à viabilidade e à autenticidade de nossa cultura; de não esconder o que existe de

perverso e de digno nos senhores de engenho; e de mostrar que, apesar de tudo, o patriarcado brasileiro foi capaz de criar uma civilização: a da cana.

Devemos nos questionar nesse momento *qual* civilização e *como* Gilberto Freyre a construiu.

As antinomias de Gilberto Freyre

A recepção da obra de Gilberto Freyre é ambígua. Muito de sua contribuição teórico- metodológica é simplesmente esquecida por alguns pensadores que centram suas críticas tanto na postura política de Gilberto Freyre como em aspectos conservadores de sua obra. Outros procuram sobrestimar as suas contribuições, minimizando ou encobrendo aspectos insustentáveis de seu pensamento. Segundo minha perspectiva, uma das explicações para esse fenômeno está na própria forma gilbertiana de estruturar o texto: o autor coloca lado a lado metáforas e imagens de forma antinômica. É como se quisesse dizer duas coisas ao mesmo tempo. Suas alegorias apontariam para duas lições, duas pedagogias diferentes? Antes de entrar diretamente no argumento, passarei rapidamente em revista um pouco dessas histórias poderosas que narram as performances sociais da colonização brasileira.

Gilberto Freyre conta-nos que os senhores mandavam queimar vivas, em fomalhas de engenho, escravas prenhes e crianças, que estouravam ao calor das chamas; um senhor de engenho mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces com o objetivo de fortalecê-los; as mulheres de engenho espatifavam, a salto de botinas, dentaduras de suas escravas ou mandavam-lhes cortar os seios, queimar o rosto, entre outros; as crianças serviam de bois de carro, cavalos de montaria, burros de liteiras; os índios eram amarrados à boca de peças de artilharias que semeavam a grande distância os membros dilacerados; tudo isso era feito com uma especialização macabra. Segundo o autor de *Sobrados e Mucambos*, temos no Brasil dessa época um senso pervertido das relações humanas.

Ao lado dessas imagens de terror, que representam um dos aspectos da colonização brasileira, Gilberto Freyre coloca outras que salientam a doçura nas relações entre senhores e escravos domésticos que, por sua vez, seriam muito maior no Brasil do que em qualquer outro país da América. Segundo ele, teríamos aqui uma fusão harmoniosa entre diversas culturas. De toda a América, o Brasil se distinguiria por ser aqui que se constituiu mais harmoniosamente as relações de raça.

Não é de se admirar que a obra tenha provocado manifestações as mais

diversas. Compare-se o que o marxista (gramsciano) Eugene Genovese (*apud* Merquior, 1981:272), fez questão de declarar:

O principal para Freyre não é que o preconceito racial não tenha existido (no Brasil), mas que “poucos aristocratas brasileiros eram tão rigorosos acerca da pureza racial quanto a maioria dos anglo-americanos do sul” e que o negro brasileiro “tem sido capaz de se expressar como brasileiro e não forçado a se comportar como um intruso étnico e cultural”.

Com a afirmação de Sueli Carneiro, uma teórica militante do Movimento Negro, em uma recente entrevista (fevereiro/2000) para a revista *Caros Amigos*:

José Arbex júnior – Mudando de assunto, que leitura você faz do Gilberto Freyre?

Sueli Carneiro — Ele é muito responsável por esse imaginário de uma sexualidade diferenciada das mulheres negras, de uma promiscuidade natural, intrínseca. Acho que ele é um dano para as mulheres negras, um dano psíquico, emocional, um dano brutal para as mulheres carregar esse estigma de mulheres com uma excitação genésica diferenciada e disponíveis.

José Arbex Jr. – O Roberto da Matta vai numa linha semelhante.

Sueli Carneiro – O dramático dessa tradição cultural é que ela folcloriza, carnavaliza toda a violência original que está subjacente nessas construções literárias.

Marcos Frenette. – O curioso é que o Gilberto Freyre foi recriminado nos anos 30 quando lançou *Casa Grande & Senzala* justamente porque deu um espaço para o negro a que a sociologia brasileira não estava acostumada, não é?

Sueli Carneiro – É, é o famoso apoio que afunda. (*risos*)

A explicação estruturalista de Roberto Da Matta

O antropólogo Roberto Da Matta (1987), em curto ensaio, buscará sugerir uma chave para compreensão das antinomias de Gilberto Freyre. Para Da Matta, o autor de *Sobrados e Mucambos* é um “tipo ideal” (utilizando livremente a terminologia weberiana) quando se trata de verificar como as idéias de um pensador refletem o arcabouço da cultura nacional. Da Matta ressalta que a obra gilbertiana, quando procura responder o que é Brasil, vai buscar nas relações da

casa, no complexo da casa-grande e senzala, aquilo que o definiria. Gilberto Freyre estuda a constituição do espaço de morada nobre e pobre, as práticas sexuais, os juramentos e as blasfêmias, os modos de homem e as modas de mulher, a cozinha e a comida. Tudo aquilo que é da “casa” é dignamente relatado e estudado, fazendo-nos perceber a grandeza de suas relações. Pode-se dizer, afirma Da Matta, que a obra de Gilberto Freyre é um estudo quase que exclusivo da casa e da família.

Para Da Matta, Gilberto Freyre parece obcecado pelas relações da casa, esquecendo-se quase que completamente do conjunto institucional-burocrático. Assim,

Para esse Gilberto Freyre sempre viajante e saudoso, não há um Brasil-Estado e um Brasil-Governo. Há, isso sim, um Brasil sempre Casa Grande ou Sobrado: um Brasil sempre sociedade. Um Brasil que é modo de ser e falar, comer, gozar e viver. (Da Matta, 1987:7)³

Daí sua obra possuir uma riqueza de observações sobre o nosso modo de vida, de nossas “informalidades”, de nossos vícios, e quase não possuir nada que descreva (criticamente ou não) o Estado brasileiro em todas as suas manifestações. Na verdade, uma visão sensual prevalece sobre a burocrático-estatal. Ou, em outras palavras, trabalhando em uma sociedade onde as relações da casa são privilegiadas em relação às da rua, elas acabam por prevalecer em sua obra, dando-lhe a feição principal. Pode-se explicar, talvez por aí, conclui Da Matta, o fato de Gilberto Freyre ter sido conservador, quando escrevia sobre a nação - ou a “rua” - e extremamente criativo, quando falava da sociedade da casa. Muitas das teorias dizem mais de seu próprio autor do que do tema analisado. Acredito ser esse o caso de Da Matta, que acaba muito mais por ressaltar e fazer evidenciar sua própria visão da cultura nacional do que destacar uma chave para compreensão do pensamento de Gilberto Freyre. Se a divisão entre a casa e a rua é um dos dilemas constituidores da nacionalidade brasileira, como quer Da Matta, tal fato não pode levar a uma relação imediata entre obra/autor e cultura. Qualquer grande escritor está, ao mesmo tempo, enfrentando os dilemas do seu tempo e propiciando condições para análise dos problemas futuros; está simultaneamente *insider* e *outsider* de sua própria cultura.

De qualquer forma, a idéia de Da Matta não explica uma questão fundamental: Gilberto Freyre foi conservador, não só quando sua análise tratava do universo da rua; pois mesmo quando construía sua abordagem do mundo da casa, era

conservador. Basta notarmos a maneira (apontada acima) como ele indicava a forma das relações entre os escravos domésticos e os senhores da cana. Resulta que a chave da explicação das desconcertantes antinomias gilbertianas estão para além da divisão casa e rua, tal como defendida por Da Matta.

Alegorias da colonização

Sem querer dar uma resposta definitiva a um problema tão complexo, pre-tendo sugerir que a abordagem da *forma* utilizada por Gilberto Freyre para construir sua narrativa, a *maneira* como tece suas histórias, pode nos fornecer uma chance de nos aproximarmos da compreensão de suas antinomias. Ou, de outra forma, poderíamos explicar por que Gilberto Freyre constrói simultaneamente metáforas infernais e paradisíacas sobre a colonização e sobre o caráter da identidade nacional. As narrativas gilbertianas possuem a “língua bipartida” que Homi Bhabha (1998) encontrou nos discursos colonialistas. Ao mesmo tempo, uma “estratégia complexa de reforma, regularização e disciplina que se apropria do Outro ao visualizar o poder” e um “signo inapropriado”, que se coloca como ameaça permanente aos “saberes normalizados” (Bhabha,1998:130). Dessa forma, tais discursos são marcadamente duplos: para ser uma visão autorizada, revela a ambivalência do discurso colonial, afirmando e ameaçando sua estabilidade. Para um discurso autorizado, uma narrativa antinômica.

Mas Gilberto Freyre vai além: como que consciente da ambigüidade de seu próprio discurso e de sua potência perturbadora, propõe lições. Toda narrativa gilbertiana direciona para “padrões de associações que apontam para significados adicionais coerentes” (Clifford,1998:65): elas são alegóricas. No caso, Gilberto Freyre, ao construir metáforas infernais e paradisíacas do processo de colonização, procura nos contar uma história que carrega uma moral e que propõe lições. Mas qual?

O antropólogo Ricardo Benzaquém de Araújo demonstra aquilo que considero o ponto principal, ao que se refere a essa discussão: o significado da expressão “equilíbrio de antagonismos”, empregada reiteradamente por Gilberto Freyre. A potencialidade da cultura brasileira parece residir toda na riqueza desse termo. O que essa enunciação indicaria? Aqui não se negam os conflitos, até porque o jogo contrastante de metáforas poderia provar justamente o contrário. O que Gilberto Freyre parece afirmar é que, no Brasil, resolvemos os conflitos de maneira mais tranqüila. Ao comparar histórias e contextos diferenciados, aponta um Brasil no qual a solução racial e as diferenças entre classes foram mais “harmônicas” do

que em outros lugares e situações. No Brasil, temos os dois lados convivendo. Apesar das imagens infernais e das paradisíacas, o Brasil não é nem inferno nem paraíso: ele é o meio termo dessas imagens antagônicas. O importante não é negar o conflito mas mostrar como o que nos caracteriza é o equilíbrio. A lição gilbertiana parece ser: apaguemos as marcas e as diferenças, amainemos os conflitos de raça e de classe, pois o Brasil se caracteriza pela harmonia.

Para quem Gilberto Freyre escrevia? Para quem ele construía esse Brasil? A quem interessava a formação de uma carteira de identidade com a fotografia de harmonia entre raças e classes, de conflitos sim (não haveria como negá-los), mas com “equilíbrio dos antagonismos”? Gilberto Freyre dirá em sua obra *Nordeste*, ajudando-nos a aproximar da resposta às questões acima:

Aí é que se aprofundavam as raízes agrárias que tornaram possível o desenvolvimento rápido de simples colônia de plantação em império de plantadores de cana, com senhores de engenho elevados a barões, viscondes, marqueses, senadores, ministros, conselheiros: títulos, quase todos, nomes de engenho. (...) E defendendo seus canaviais, seus rios, suas terras de massapê, começaram a sentir que estavam defendendo o Brasil.

É o *referendum* cultural do colonizador (ver Moema Selma D’Andrea, 1992) que Gilberto Freyre utilizará para falar da expressão mais autêntica da cultura nacional. A forma alegórica do “equilíbrio dos antagonismos” constrói uma imagem de um colonizador que erra e que comete excessos; todavia, aqui, eles edificaram a “civilização da cana”, resolvendo os conflitos de uma forma muito mais eficaz do que em muitos outros lugares. Por conseguinte, existe uma identificação do autor aos valores dos senhores de engenho: Gilberto Freyre fala do ponto de vista das elites e para elas: era, nessa perspectiva, um senhor da cana de açúcar. Destarte, as alegorias gilbertianas escreveram e propuseram um Brasil das e para as elites. Aqui uma trágica e clássica tautocronia: alegorias da colonização são as alegorias do colonizador.

É a essa tarefa que devemos nos dedicar nesse momento de comemorações do centenário de nascimento de Gilberto Freyre: desconstruir o seu discurso, ressaltar suas antinomias e tentar entender o que suas alegorias nos contam. Não se trata de submetê-lo a uma crítica negativa, nem enaltecê-lo; mas exercitar uma hermenêutica da suspeita. Condição ímpar para que o nosso discurso também não seja colado ao discurso dominante, dessa vez replicando a voz de Gilberto Freyre. Se a história ocorre a primeira vez como tragédia, sua repetição aparece como farsa.

Notas

¹ Gostaria de agradecer ao professor Josaphat Marinho pelo convite para participar do debate “Cem anos de Gilberto Freyre”, promovido pela Faculdade de Direito da UPIS, e pelo incentivo para escrever esse ensaio. Agradeço os comentários dos professores Berenice Alves, Eliana Veras e Manuel Moacir e a participação dos alunos do curso de Direito. Redigido para ocasião, procurei preservar o caráter de oralidade original do texto.

² Estou seguindo as concepções de James Clifford (1998:63-99). Sobre o conceito de alegoria ver também meu artigo *As Alegorias do Brasil* (1997).

³ Lembro que, para Da Matta, as noções de “nação” e “sociedade” são bastante caras. A primeira é uma entidade sociológica especial, que “engloba” o Estado e o Governo, tendo como unidade sociológica mínima o indivíduo, como valor e centro moral. A segunda, a sociedade, é, ao contrário, relacional e constituída por unidades como vizinhança e família. Ou seja, enquanto a primeira refere-se à rua, a segunda está ligada ao mundo da casa.

Referências Bibliográficas

- BHABHA, Homi K. “A Outra Questão: esteriótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo” In: *O Local na Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- CLIFFORD, James. “Sobre a Alegoria Etnográfica” In: *A Experiência Etnográfica. Antropologia e Literatura no século xx*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.
- DA MATTa, Roberto. “A Originalidade de Gilberto Freyre” In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. BIB 24*. Rio de Janeiro, 1987.
- D’ANDREA, Moema Selma. *A Tradição Redescoberta. Gilberto Freyre e a Literatura Regionalista*. Campinas: Unicamp, 1992.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ELIAS, Nobert. *O Processor Civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FREYRE, Gilberto. 1988. *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal..* São Paulo: Círculo do Livro, 1933.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado rural e Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da influência da cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- FREYRE, Gilberto. *Açúcar. Em torno da etnografia da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- GINZBURG, Carlos. *O queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- MERQUIOR, José Guilherme. “Na casa grande dos oitenta” In: *As Idéias e as formas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Alegorias do Brasil: uma análise de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*” In: *Revista Brasiliense Pós de Pós Graduação em Ciências Sociais*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Resumo

Este texto procura interpretar a obra de Gilberto Freyre tentando compreender como a sua narrativa buscou construir uma identidade nacional.

Palavras Chave: Gilberto Freyre, Alegorias, Discurso.

Abstract

This article endeavours to interpret the work of Gilberto Freyre by attempting to understand how his narrative sought to establish a national identity.

Key words: Gilberto Freyre, allegories, discourse.

Resumen

Este texto interpreta el trabajo de Gilberto Freyre e intenta entender como su narrativa buscó construir una identidad nacional.

Palabras clave: Gilberto Freyre, alegorías, discurso.

OPINIÃO

Luiz Carlos A. Iasbeck

Doutor em Comunicação Empresarial - PUC/SP.

Pesquisador Associado - FAC/ UnB - DF.

Professor de Comunicação Empresarial - UPIS (DF).

A Administração do caos

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro, nessa pequena reflexão sobre a arte de administrar, que o signo *administração* será aqui utilizado no sentido que lhe emprestam os empresários, num sistema econômico capitalista. E *caos* está sendo utilizado como sinônimo de *situação complexa, inadmissível, incapaz de ser administrada*.

Assim, propor uma administração para o caos - ou uma ordem ao caos - pode parecer, à primeira vista, uma tarefa inócua, porque em si a expressão já contém um paradoxo inconciliável.

Porém, a ciência semiótica, em geral, e a semiótica da cultura, em particular, têm uma especial atração pelos paradoxos e sofrem de uma irresistível sedução pela complexidade. Talvez por isso trabalhem com tanto interesse as questões culturais que estão na base, na atividade simbólica do homem: suas ficções, seus sonhos, suas alucinações deliberadas e aquelas perturbações tão comuns que, eufemicamente, se denominam “variantes psíquicas”.

A semiótica não tem, pois, grande interesse em simplificar a complexidade; ao contrário, propõe procedimentos que valorizam as diferenças e proliferam as significações. Não por coincidência, esse parece ser também o grande paradoxo que povoa as atividades simbólicas do homem: ao mesmo tempo em que necessita pasteurizar o grande espectro da riqueza perceptiva a algumas igualdades (pois como dizia Ezra Pound, *o homem não pode suportar muitas diferenças*), vê-se naufragado nas múltiplas possibilidades que a vida lhe oferece, sendo constantemente levado a optar, a discriminar, a exercer seu poder de deliberação.

O administrador de empresas, de modo geral e em todos os níveis, talvez seja o profissional que mais intensamente experimenta o exercício da decisão. A organização do trabalho, desde a instauração dos modelos fordistas e tayloristas, criou mecanismos capazes de evitar e contornar os inconvenientes transtornos causados pelas diferenças individuais, buscando classificar, de forma pausterizada e até mesmo estilizada, os diferentes estágios de processamento do trabalho, as disputas de poder dentro das empresas e a instabilidade geral criada pelas oscilações de mercado que a todo momento ameaçam a regularidade da demanda e da oferta

de produtos e bens de serviço.

O administrador é peça chave dos processos produtivos. E a decisão tem sido sua mais forte ferramenta no enfrentamento das adversidades.

Toda decisão, por menos significativa que possa parecer, se dirige para o afastamento da complexidade. Quem escolhe algo está, automaticamente, excluindo de suas possibilidades todas as demais situações que concorrem com aquela eleita pelo ato decisório. Está, também, aceitando tacitamente todas as decorrências naturais - e um novo conjunto de situações - que emerge do fato de ter decidido por alguma coisa.

Por isso, a procura da simplicidade que se dá em cada ato decisório abre um novo leque de complexidades que demandará, por sua vez, novas decisões, numa progressão infinita que não caminha necessariamente do maior para o menor, do mais complexo para o mais simples, do múltiplo ao indivisível.

Porém, tomar decisões não é privilégio do administrador de empresas. Estamos constantemente decidindo e não há possibilidade de deixarmos de fazê-lo pelo menos enquanto estivermos vivos. Mas é inegável que nossa cultura atribui, nomeia e qualifica administradores por esta competência. Os executivos só podem executar a partir de uma decisão. Também é preciso considerar que as decisões desses profissionais, por envolverem muita gente, muitos destinos alheios, ganham inegável importância social. O acerto ou um erro de decisão pode ser responsável pelo sucesso ou pelo fracasso de empresas e instituições. E há também situações em que uma decisão aparentemente errada pode ser um grande acerto.

Para decidir, o administrador enfrenta o risco. Como forma de minimizá-lo, procura acercar-se do maior número possível de informações. Normalmente conta com uma assessoria que examina todos os dados envolvidos, filtra (discriminando pertinências) e seleciona dados, organiza e apresenta pareceres técnicos. Quando não pode dispor desse aparato, ele mesmo se municia das informações e se impõe tal processamento como forma de assegurar para si e para quem trabalha um mínimo de segurança na decisão.

Esse mínimo de segurança, buscado à exaustão, só pode ser encontrado no território da terceira realidade, terminologia de Ivan Bystrina para designar o universo das criações simbólicas de que o homem se utiliza para enfrentar as intempéries, as imprevisibilidades da primeira realidade - a realidade biológica e a realidade social. Os artifícios simbólicos, por serem ambíguos e sujeitos a numerosas leituras, muitas vezes levam ao desfocamento do objeto da decisão. Nessas situações, por trabalhar mais no sentido de precaver-se do que no de

resolver o problema inicial, o administrador necessita reduzir o espectro das leituras possíveis, de forma lógica e argumental, a interpretações unívocas que só podem ser forçadas com o autoritarismo que o poder lhe confere. A busca da segurança associa-se, assim, à necessidade de proteção individual e de preservação da responsabilidade.

Outra forma muito recorrida de atenuar a agonia da decisão é a democratização do problema. Nesses casos, normalmente o administrador convoca todas as pessoas envolvidas para discutir a questão, ouvir a opinião de todos e, ao final, prevalece o consenso ou a opinião da maioria. Esse tipo de decisão comunitária socializa o risco e dilui a responsabilidade individual.

A estreita ligação entre o ato de administrar e o exercício da decisão parece derivar da necessidade de se manter a ordem. E toda ordem está a serviço de um objetivo, persegue uma finalidade, dirige-se para uma meta. A ordem possui, pois, um compromisso rigoroso com a linearidade.

Por isso o administrar precisa de metas, precisa saber o que quer, aonde quer chegar e como chegar até lá. Precisa, de certa forma, transformar o futuro num presente ficcional. Sente-se, assim, no dever de encarnar o mito do super-homem, para quem o futuro não é uma incógnita... apenas uma contundente exclamação que confirma suas expectativas ou, em caso de fracasso, um problema a ser superado.

É evidente que, para proceder a tal redução, o administrador tem de ter consciência do nível de complexidade do ambiente no qual está interagindo. Caso contrário, seria incapaz de promover recortes, escolher o que deve constar do rol de suas preocupações e o que deve ser expurgado por absoluta incompatibilidade.

Ao proceder dessa forma, o administrador demonstra ter consciência semiótica, demonstra conhecer operativamente a noção de texto cultural, tão exaustivamente discutida por Yuri Lotman em seu “Estrutura do Texto Artístico” e nas malfadadas teses eslavas, juntamente com Uspenski, Toporov, dentre outros estudiosos das escolas de Tartu e Moscou, nos anos 70.

Todo texto cultural é uma unidade informacional fechada em si mesma, onde diferentes códigos se articulam para produzir significação (Lotman 1978). Deve possuir, pois, uma organização interna que o transforme num todo estrutural, deve ter suas fronteiras claramente definidas, criando zonas limítrofes com outros textos cujos signos não podem pertencer ao seu conjunto e ser capaz de expressar-se como um sistema, identificado e reconhecido como tal.

Se considerarmos que as decisões administrativas tendem sempre a preser-

var seu espaço textual, a não permitir que perturbações de qualquer natureza tumultuem a dinâmica interna de suas organizações e a estimular, enfim, o desenvolvimento de sistemas e sub-sistemas fechados, poderíamos acrescentar ainda que o administrador não somente tem visão semiótica de seu espaço, como também sabe mantê-lo ativo e produtivo.

Porém, Lotman adverte que, mesmo sendo território de sistemas invariantes de relações, os textos culturais possuem inelutavelmente relações extratextuais. E esse sistema de inter-relações é tão importante que determina a escolha daqueles elementos que foram fixados num determinado texto. Ou seja, uma organização (ou sistema) qualquer só se define pelas diferenças que mantém com as demais organizações (ou sistemas) que lhe são externos.

É comum que os administradores pautem suas ações pelos interesses que possuem, consubstanciados, como dissemos, em metas e objetivos. Mas é estranho que tais procedimentos sejam pautados quase que exclusivamente por interesses intra-organizacionais, sem se levar em conta a multiplicidade de oportunidades que o acaso, o imprevisível, as dinâmicas incontroláveis das esferas extratextuais estão, a todo momento, lhes oferecendo.

Talvez a maior das dificuldades enfrentadas por quem tem a função de administrar o que quer que seja reside na eleição de procedimentos flexíveis, adaptáveis às novas situações e aptos a receber as contribuições do fortuito.

Todo processo supõe uma certa regularidade para que possa operar mecanicamente. Nas mesmas teses eslavas já citadas, há uma advertência para o fato de que, num sistema semiótico “dois mecanismos mutuamente opostos trabalham juntos: a tendência à diversidade, ou seja, a tendência a se tornar complexa (que justificaria os atos administrativos de inibição, proibição ou censura, todos da ordem do banimento) e a tendência à uniformidade, ou seja, a tentativa de interpretar a própria ou outras culturas como uniformes, rigidamente organizadas. A primeira tendência revela a irregularidade de sua organização interna; já a segunda evidencia a regularidade necessária para que o sistema se mantenha coeso e estável.

A atuação desses dois mecanismos contrários, mas não contraditórios, é essencial para o equilíbrio do sistema. As instruções, os regulamentos, tão comuns nas organizações empresariais, são, segundo Lotman, metatextos, “signos criados arbitrariamente que buscam o máximo de regularidade”. Já os modelos trazidos de outros sistemas e culturas evidenciam a necessidade que as organizações possuem de buscar suas próprias fontes de arejamento em “formações relativamente amorfas que somente se assemelham à sua estrutura”.

Tais considerações explicam, de certa forma, o fenômeno cíclico dos

modismos que invadem a área administrativa, tais como *Teoria Z*, *Qualidade Total*, *Benchmarking*, *Terceirização*, *Reengenharia*, *Just-in-Time*, *kan-ban*, dentre tantos outros, alimentados pelos também cíclicos gurus do marketing de vanguarda. Explicam também a natural dificuldade em se traduzir tais modelos para sistemas estranhos, mas não justificam o enorme consumo de energia pessoal e investimentos pesados numa duvidosa aventura pela clonagem desarticulada das “ligações extratextuais” que talvez não as teriam naturalmente demandado.

Não é nosso interesse, nessas curtas considerações, aprofundar críticas aos modelos empresariais adotados no Brasil, nos últimos anos. Mas não podemos deixar de apontar uma possível explicação para o retumbante fracasso da importação seqüenciada de modelos surgidos em laboratórios de retórica do Primeiro Mundo.

O empresariado brasileiro tem por regra de conduta cristalizada cobrar de seus administradores inovações e mudanças capazes de tornar suas empresas atualizadas e competitivas. Tal atitude, que poderia a princípio ser um hábito salutar, esbarra, por outro lado, no engano de que essas fontes de novidades devam ser buscadas em sistemas, onde tais modelos surtiram tecnicamente o efeito desejado, sem considerar as diferenças históricas, políticas e sociais que os fizeram emergir.

Assim, administrar sem considerar as diferenças é, sem dúvidas, gerir no escuro, o igual; é administrar o caos, entendido na concepção de Stephen Hawkins como “um estado de completa indiferenciação”.

Porém, conforme esclarecido no início desse texto, partirmos do entendimento comum de que o caos seria exatamente o contrário, uma situação de tamanha diferenciação que inviabilizaria toda e qualquer tentativa de organização.

Em ambos os casos, a mesma dificuldade emerge, indissolúvelmente ligada à falta de critérios capazes de permitir que o livre fluxo de ações e reações intra e extra-sistêmicas se processem naturalmente e façam emergir, em novas e constantes problematizações, sínteses provisórias.

Lotman nos diz que “a complexidade das estruturas é proporcional à complexidade das informações transmitidas e recebidas”. Se toda e qualquer estrutura organizacional é capaz de receber e transmitir complexidades - em maior ou menor grau - os modelos administrativos poderiam igualmente comportar múltiplas variantes. Mas, para isso, deveriam tornar-se antimodelos, deveriam pautar-se mais pela sensibilidade perceptiva do meio ambiente do que pelo compromisso em cumprir metas preestabelecidas.

Um novo modelo administrativo apto a administrar o caos seria portanto

um não-modelo cuja sustentação se daria na observação crítica, na ponderação oportuna e nas decisões provisórias. Assim, o fio condutor desse processo abandonaria o sistema de metas e objetivos, guiando-se num presente de oportunidades e de escolhas que, a cada momento, se transformaria num ‘futuro’ realizado.

Assim, os novos caminhos que se abrirão para os administradores serão marcadamente influenciados pelo adensamento da qualidade de percepção dos ambientes e de uma abertura, despojada de preconceitos, em direção às aparentes adversidades, antagonismos ou incongruências. Em suma, a competência administrativa terá necessariamente de passar pela consciência semiótica das interações ambientais.

Nada de antemão assegurará resultados satisfatórios, mas o simples fato de o administrador não se sentir mais coagido pela grande responsabilidade de estruturar o futuro abrirá espaços para diagnósticos mais amplos e, conseqüentemente, prognósticos mais plausíveis.

Nem por isso o caos seguirá abolido. Possivelmente será realocado naquele lugar que sempre será dele, a esfera da não-organização, da não-cultura, como abordado na tese 1.21. dos estudiosos eslavos liderados por Lotman:

- Pode-se dizer que cada tipo de cultura tem seu tipo correspondente de ‘caos’, que não é de maneira alguma primário, homogêneo, sempre igual a si mesmo, mas representa uma criação humana tão ativa quanto o âmbito da organização cultural. Cada tipo de cultura - historicamente considerado - tem seu próprio tipo peculiar de não-cultura.

Notas

Esse artigo é um resumo da monografia apresentada no III Congresso Internacional Latino-Americano de Semiótica, em 02.09.96, na PUC/SP.

Referências Bibliográficas

- LOTMAN, Iuri. *A Estrutura do Texto Artístico*. Lisboa: Estampa, 1978.
- LOTMAN, Iuri et alli. Tesi per un analisi semiotica della cultura. In: *La Semiótica nei Paesi Slavi*. Milano: Feltrinelli. A cura di Carlo Prevignano, p. 944-1020, 1979.
- MOTTA, Fernando P.C. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- SCHVARSTEIN, L et Etkin J. *Identidad de las organizaciones - Invariancia y*

cambio. Buenos Aires: Paidós, 1995.

Resumo

Os administradores de empresa são, talvez, a classe profissional que mais se utiliza de esquemas e métodos preestabelecidos para organizarem os sistemas produtivos sob sua responsabilidade. Administrar a complexidade corresponde, neste paper, à administração do caos, entendido como situação difícil, incapaz de ser organizada e reduzida às pretensas objetividades nas quais o Marketing e as estatísticas tanto se apóiam.

Palavras-chave: Administração, complexidade, decisões administrativas

Abstract

Company administrators are, perhaps, the professional class that makes most use of outlines and methods to organize the productive systems under their responsibility. The “chaos” referred to in this paper, is administrative chaos seen in terms of a complex situation, defying organization and reduced to the assumed objectivities on which marketing and statistics are so dependent.

Key words: administration, complexity, administrative decisions, company management

Resumen

Los administradores de una empresa son, quizá, la clase profesional que más uso hace de los métodos preestablecidos para organizar los sistemas productivos bajo su responsabilidad. Administrar la complejidad corresponde, en este *paper*, a la administración del caos, entendido como una situación difícil, incapaz de ser organizada y reducida a las objetividades en las que se apoyan el Marketing y las estadísticas.

Palabras clave: Administración, complejidad, decisiones administrativas

Haroldo Feitosa Tajra

Mestre em Economia pela Universidade de Brasília. Consultor Legislativo do Senado Federal. Professor do Dep. de Economia da UPIS.

Curva de Phillips na economia brasileira: 1994 a 1999

Introdução

O objetivo principal deste trabalho é analisar a possível existência de uma relação funcional inversa entre Inflação e Desemprego na economia brasileira, utilizando dados a partir do Plano Real.

Usando a terminologia técnica da Ciência Econômica, pode-se afirmar que o objetivo aqui proposto consiste em estimar os parâmetros da Curva de Phillips para a economia brasileira e testar a significância estatística dos mesmos.

A Curva de Phillips surgiu em 1958, quando o economista neozelandês William Phillips publicou um trabalho mostrando que, por aproximadamente um século (1861 a 1957), uma relação inversa e estável entre a taxa de variação do salário nominal e a taxa de desemprego podia ser observada, no Reino Unido. Esse trabalho rendeu a imortalidade a Phillips, tornando o seu nome onipresente nos manuais de macroeconomia.

Em termos gráficos, a Curva de Phillips corresponde a uma curva negativamente inclinada, considerando-se o plano cartesiano Taxa de Variação do Salário Nominal X Desemprego.

O trabalho de Phillips provocou uma grande repercussão entre os teóricos da economia. Muitos economistas tentaram verificar se a Curva de Phillips também podia ser observada em outros países. Iniciou-se amplo debate, que perdura até os dias de hoje.

De acordo com Jossa e Musella (1998,19) Samuelson e Solow foram os primeiros a argumentar que as conclusões de Phillips também podiam ser observadas se, ao invés de utilizarmos a taxa de variação do salário nominal na comparação com o nível de desemprego, utilizássemos a taxa de inflação, pois existe uma relação direta entre a taxa de variação do salário nominal e a taxa de inflação. Essa constatação faz com que os economistas diferenciem a *Curva de Phillips Salários* da *Curva de Phillips Preços*. É importante destacar que neste trabalho estamos analisando a Curva de Phillips Preços da economia brasileira.

Ao longo dos anos, a Curva de Phillips sofreu vários ataques e aperfeiçoamentos. As principais inovações consistem na introdução de elementos

de expectativas na relação inflação X desemprego; e percebeu-se que essa relação apresentava-se diferentemente no curto e longo prazos. Em geral, acredita-se que somente no curto prazo uma relação inversa, entre inflação e desemprego, possa ser observada. No longo prazo, a Curva de Phillips seria vertical. Os dados a serem utilizados neste trabalho compreendem o período jul/94 a dez/99; portanto, estamos analisando a Curva de Phillips Preços de Curto Prazo.

A crença da existência de uma Curva de Phillips é um dos principais pilares da condução da política econômica, entre os economistas ortodoxos. Para combater a inflação, esses economistas recomendam sempre a implementação de medidas que reduzam o nível de atividade da economia; ou seja, acreditam que o aumento do desemprego possa provocar reduções na inflação.

A Curva de Phillips também está presente nos debates entre os economistas brasileiros. Durante os anos 80, o grande debate consistia na definição da melhor política econômica a ser adotada para estancar o processo inflacionário. Estimativas da Curva de Phillips foram utilizadas como argumento em favor das teorias inercialistas, pois de acordo com os resultados obtidos, seriam necessários 10 anos de desemprego total (100 %) para reduzir a zero as elevadas taxas de inflação do período.¹

A reeleição do Presidente Fernando Henrique, em novembro de 1998, trouxe ao Brasil um novo debate que, em certo sentido, está centrado na crença da existência da Curva de Phillips para o nosso país. Como o Presidente foi o implementador do Plano Real, a política econômica do seu primeiro governo (1995-1998) foi centrada na manutenção das baixas taxas de inflação. No entanto, para o segundo mandato (que deverá durar até o ano 2002) há um grande anseio nacional por políticas que privilegiem o desenvolvimento econômico, a ampliação da produção e conseqüente redução dos níveis de desemprego que, segundo muitos, encontra-se em patamares muito elevados.

Todavia, para grande número de economistas, especialmente os integrantes do governo, a redução do desemprego poderá implicar na elevação das taxas de inflação e pôr em risco os resultados obtidos com o Plano Real, podendo inclusive culminar com a volta das espirais inflacionárias que destruíram a economia brasileira por mais de uma década.

Tendo em mente a existência desse debate, o presente estudo torna-se bastante interessante, pois poderá trazer a resposta para uma intrigante questão que se coloca: uma eventual redução do desemprego no Brasil atual causará algum impacto na inflação?

É importante salientar que tentaremos responder essa questão utilizando o

ponto de vista meramente empírico, ou seja, iremos estimar os parâmetros da Curva de Phillips para a economia brasileira e verificar a significância estatística dos mesmos. Para tanto, iremos utilizar as técnicas econométricas tradicionais, com base em um modelo definido em mínimos quadrados ordinários.

No Brasil, as estatísticas de desemprego e inflação são calculadas para o País como um todo e para as principais regiões metropolitanas. Assim, iremos trabalhar com dados globais da economia e com dados das seguintes regiões metropolitanas: Belo Horizonte (BH), Porto Alegre (PA), Recife (RC), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (SV) e São Paulo (SP). Para a taxa de inflação, iremos utilizar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e, para o desemprego, utilizaremos a Taxa de Desemprego Aberta - 30 dias fornecida pela Pesquisa Mensal do Emprego-PME. Ambos os dados são calculados pelo IBGE e foram obtidos diretamente no site deste instituto na Internet.

Gostaríamos de salientar que temos nos dedicado a esse tema desde a publicação da monografia de Orisvaldo Veloso Filho (1998), que tivemos a oportunidade de orientar. Podemos afirmar que este trabalho é uma extensão daquela monografia, com a devida atualização dos dados (na monografia em questão, foram utilizados dados de jul/94 a dez/97) e a utilização de um novo modelo econométrico nos foi sugerido pelo Professor Fred Joutz, da George Washington University, quando apresentamos nossa monografia final no Minerva Program da mesma George Washington University, em dezembro de 1999, que também trata desse tema.

Em sua monografia, Veloso Filho (1998) utiliza um modelo econométrico linear simples do tipo $\pi = \alpha + \beta \mu$

onde: π = inflação

μ = desemprego

α e β = parâmetros a serem estimados

Esse modelo foi utilizado nos dados gerais da economia brasileira, nas seis regiões metropolitanas listadas anteriormente e em Brasília, com base em dados da CODEPLAN. Veloso Filho definiu ainda, como curto prazo, o período de um ano e, longo prazo, o período analisado como um todo (jul/94 a dez/97).

Na monografia final do Minerva Program, utilizamos dois modelos simples:

a) modelo exponencial com os dados logaritimizados: $\pi = \alpha \mu \beta$

b) modelo inverso, conforme encontramos nos trabalhos teóricos de Yang (1992) e Golden (1994): $\pi = \alpha + \beta \frac{1}{\mu}$

Os dois modelos foram utilizados nas regiões acima listadas (Brasil e as seis regiões metropolitanas) para o período jun/94 a jun/99. As estimativas obtidas apontaram a não existência da Curva de Phillips na economia brasileira.

Diante dos resultados negativos, decidimos expandir o modelo exponencial com a inclusão de outras variáveis que influenciam o nível de preços, quais sejam: estoque de moeda, taxa de juros, déficit público, taxa de câmbio e o nível de atividade econômica. Esse novo modelo expandido foi utilizado apenas nos dados do Brasil e os resultados continuaram negativos, no que tange à existência de uma relação funcional inversa entre Inflação e Desemprego.

I – Metodologia de Análise

Um bom ponto de partida para qualquer análise empírica consiste na visualização gráfica dos dados a serem investigados. Dessa forma, iniciaremos com a análise gráfica das séries de inflação e desemprego com as respectivas linhas de tendência.

A análise econométrica será efetuada com base no seguinte modelo:

$$(1) \pi_t = f(\mu_t; \pi_{t-1}^e)$$

onde: π_t = inflação no período t

μ_t = desemprego no mesmo período t

π_{t-1}^e = expectativa de inflação para o período t formulada com base nas informações disponíveis no período t-1

Se tudo permanecer constante, é plausível supor que os agentes econômicos esperem que a inflação passada se repita no período subsequente, ou seja, *coeteris paribus*, podemos supor que $\pi_{t-1}^e = \pi_{t-1}$

Admitindo uma formulação exponencial para a função da equação (1) temos:

$$(2) \pi_t = \alpha \mu_t^{\beta 1} \pi_{t-1}^{\beta 2}$$

onde α , $\beta 1$ e $\beta 2$ são os parâmetros a serem estimados.

O modelo será estimado com base na sua transformação linear, que é obtida pela utilização dos logaritmos dos dados, na seguinte forma:

$$(3) \ln(\pi_t) = \ln(\alpha) + \beta_1 \ln(\mu_t) + \beta_2 \ln(\pi_{t-1})$$

Como a taxa de inflação apresenta valores menores do que 1, para que possamos calcular os logaritmos, iremos usar o mesmo “truque” utilizado por Phillips em seu famoso artigo: somaremos uma constante aos dados de inflação.

Assim, se definirmos $\pi_t^* = \ln(1 + \pi_t)$, $\mu_t^* = \ln(\mu_t)$ e $\alpha^* = \ln(\alpha)$, o modelo torna-se:

$$(4) \pi_t^* = \alpha^* + \beta_1 \mu_t^* + \beta_2 \pi_{t-1}^*$$

Este modelo² será utilizado para dados que cobrem o período jul/94 a dez/99, totalizando 66 observações amostrais. Todavia, como o modelo utiliza a inflação defasada (π_{t-1}^*), os cálculos deverão empregar apenas 65 observações (ago/94 a dez/99), para que a inflação de jun/94 (anterior ao real) não entre nos cálculos.

O modelo da equação (4) pode ser batizado como Modelo Aceleracionista da Inflação, pois, se $\beta_2 = 1$, então podemos escrever

$$(5) \pi_t^* - \pi_{t-1}^* = \alpha^* + \beta_1 \mu_t^*$$

ou seja, as mudanças na taxa de inflação ($\pi_t^* - \pi_{t-1}^*$ - a aceleração do nível de preços) dependem do desemprego. Com base nos resultados obtidos, iremos testar essa hipótese do modelo aceleracionista ($\beta_2 = 1$).

É importante deixar claro: as regressões serão efetuadas com base no modelo representado pela equação (4). A significância geral do modelo será examinada com base no Coeficiente de Determinação (R^2) e com base no teste F. Cabe lembrar que a Hipótese Nula desse teste, no presente modelo, é dada por: $H_0: \alpha^* = \beta_1 = \beta_2 = 0$.

A existência da Curva de Phillips será confirmada com base no teste *t* de Student para o parâmetro β_1 , ou seja, aceitaremos que existe uma relação inversa entre inflação e desemprego, se não pudermos rejeitar a Hipótese Nula: $H_0: \beta_1 = 0$.

Os testes de hipóteses (F e t) serão avaliados com base na probabilidade *p-value* associada ao valor calculado da respectiva estatística de teste. A probabilidade *p-value* é a área da distribuição de frequência teórica associada ao teste, fora do intervalo delimitado pelo valor calculado/observado do teste. No caso do teste *t* de Student, se $t_c > 0$, a probabilidade *p-value* corresponde a $P(t \geq t_c \text{ ou } t \leq -t_c)$. Admitindo o Nível de Confiança de 99 % e considerando que ambos os testes são bi-caudais, então, se *p-value* > 1 % aceitaremos as respectivas hipóteses nulas.

Sabe-se que os resultados do teste **t** de Student, são influenciados pela possível presença de autocorrelação, que induz o pesquisador a rejeitar a hipótese nula quando o correto seria aceitá-la. A presença de autocorrelação será testada com a utilização do teste **d** de Durbin-Watson. Segundo Matos (1998, pag. 240) os limites superior e inferior do teste **d** para 65 observações, considerando um nível de significância de 5% e duas variáveis explicativas, correspondem a $d_1 = 1,536$ e $d_s = 1,662$.

Se o valor calculado- d_c da estatística do teste de Durbin-Watson for menor do que 2, estaremos testando a presença de autocorrelação positiva. Se $d_c < d_l$, concluímos pela presença de autocorrelação; se $d_1 < d_c < d_s$, o teste não é conclusivo (nesse caso, a prudência recomenda corrigir o problema); e se $d_s < d_c$, rejeitamos a presença de autocorrelação.

Se $d_c > 2$, o teste de Durbin-Watson examina a presença de autocorrelação negativa. Nesse caso, se $d_c < 4-d_s$, concluímos pela ausência de autocorrelação; se $4-d_s < d_c < 4-d_1$, o teste não é conclusivo (novamente devemos corrigir o problema); e se $4-d_1 < d_c$, aceitamos a presença de autocorrelação.

Caso a presença de autocorrelação seja detectada, iremos utilizar a técnica interativa de Cochrane-Orcutt para corrigir o problema pela transformação dos dados, conforme descrito em Matos (1997, pág. 140).

As estimativas dos diversos parâmetros foram obtidas, utilizando-se o Microsoft Excel por meio da Ferramenta de Análise Regressão e de várias fórmulas desenvolvidas especialmente para o cálculo das estatísticas de autocorrelação.

II – Análise dos Resultados

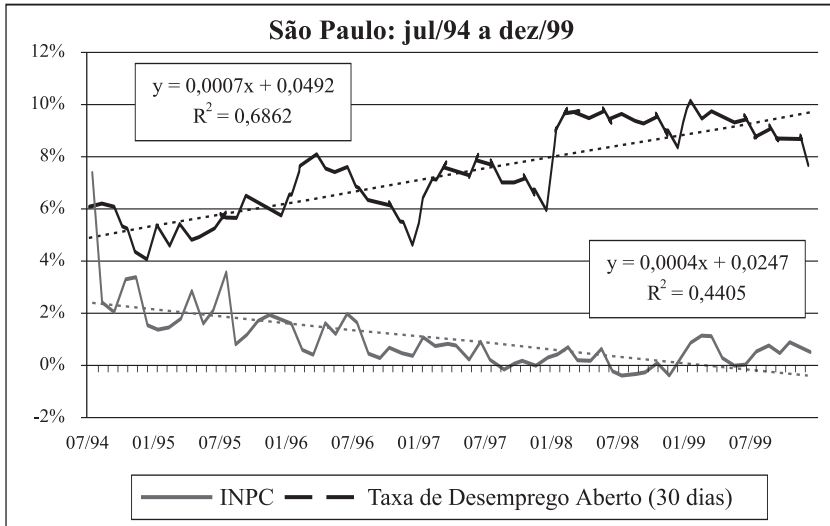
No Gráfico 1, apresentamos as séries de inflação e desemprego para o Brasil. Cabe frisar que a estatística de desemprego do Brasil é uma espécie de média das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE na PME.

Pela análise desta figura, percebemos claramente que as variáveis em análise apresentam tendências inversas, representadas pelas linhas pontilhadas. Nas caixas, apresentamos as equações das linhas de tendência com o respectivo R^2 . Observa-se que a linha de tendência do Desemprego apresenta um R^2 razoavelmente elevado, na faixa de 72 %.

A Inflação apresenta uma trajetória descendente, inclusive apresentando valores negativos em alguns períodos, e o Desemprego mostra-se crescente. O comportamento das duas séries aponta uma relação negativa entre as duas variáveis.

Todavia, a simples constatação gráfica de tendências em sentido contrário não é suficiente para garantirmos a existência de uma Curva de Phillips na economia brasileira. Pois necessitamos verificar a significância estatística desta relação.

GRÁFICO 1



No quadro abaixo apresentamos as estimativas dos parâmetros do modelo proposto, obtidas para os dados do Brasil. Os números abaixo das estimativas dos parâmetros correspondem, respectivamente, ao valor calculado da estatística do teste t de Student (valor calculado - t_c) e a probabilidade *p-value* associada a este valor.

QUADRO 1 - BRASIL (ago/94 a dez/99)

$\pi^*_t = -0,027183 - 0,011752 \mu^*_t + 0,009434 \pi^*_{t-1}$		
-3,280	-3,800	5,265
0,171 %	0,033 %	0,000 %
$R^2 = 54,101 \%$	$d = 1,110$	$F(\text{valor}) = 36,540$
$F(p\text{-value}) = 0,000 \%$		

Analisando tais resultados, concluímos que o modelo em geral pode ser considerado estatisticamente significativo ($R^2 = 54 \%$ e $F(p\text{-value}) < 1 \%$) mas nada podemos afirmar sobre a significância estatística da relação Inflação X Desemprego, pois detectamos a presença de autocorrelação positiva ($d_c = 1,110 < d_t = 1,536$).

Para eliminar a autocorrelação, foram necessárias duas interações com base na técnica de Cochrane-Orcutt, quando obtivemos os seguintes resultados:

QUADRO 2 – BRASIL** (ago/94 a dez/99)

$\pi_t^* = -0,004079 - 0,005998 \mu_t^* + 0,116300 \pi_{t-1}^*$
-0,821 -1,392 1,347
41,486 % 16,895 % 18,289 %

$R^2 = 20,465\%$ $d = 1,756$ $F(\text{valor}) = 7,977$ $F(p\text{-value}) = 0,082\%$

Analisando esses resultados, concluímos que o comportamento decrescente da Inflação não pode ser explicado pelo comportamento ascendente do Desemprego, pois não existe evidência estatística suficiente para refutarmos a hipótese do parâmetro β_1 ser igual de zero ($p\text{-value}$ do teste t para $\beta_1 = 16,895\% > 1\%$).

Esse resultado é reforçado, se adotarmos o critério de excluir o mês de julho do nosso conjunto de dados. Observe no Gráfico 1 que o valor da inflação em Jul/94 (aproximadamente 8%) destoa bastante dos demais valores da série, cuja média é aproximadamente 1%. Se eliminarmos esse valor da nossa amostra, limitando a nossa série para o período set/94 a dez/99, obteremos os seguintes resultados:

QUADRO 3 – BRASIL (set/94 a dez/99)

$\pi_t^* = -0,012152 - 0,005276 \mu_t^* + 0,697000 \pi_{t-1}^*$
-1,584 -1,797 7,705
11,833 % 7,725 % 0,000 %

x

$R^2 = 66,388\%$ $d = 1,801$ $F(\text{valor}) = 60,242$ $F(p\text{-value}) = 0,000\%$

Segundo os dados do Quadro 3, concluímos pela não significância do Desemprego na explicação do comportamento da Inflação, pois novamente a probabilidade $p\text{-value}$ para o parâmetro β_1 (7,725%) é maior que 1%. Logo, não podemos garantir que exista uma relação funcional que envolva diretamente as variáveis Inflação e Desemprego, o que significa que não podemos observar uma Curva de Phillips na economia brasileira.

Observe que nessa amostra não foi detectada a presença de autocorrelação.

Resultados similares são obtidos em todos os conjuntos de dados das regiões metropolitanas analisadas. No Quadro 4, apresentamos as estimativas obtidas nas regiões metropolitanas, considerando o período set/94 a dez/99.

Em todas as regiões metropolitanas, a probabilidade $p\text{-value}$ associada à

estatística do teste t é superior a 1%, o que nos leva a aceitar a hipótese de que o parâmetro β_1 seja igual a zero em todos os casos.

Observa-se também que nenhuma das regiões metropolitanas apresentam autocorrelação. Percebe-se que Recife e São Paulo apresentaram autocorrelação negativa.

É interessante observar que Belo Horizonte apresentou o melhor grau de ajustamento ($R^2 = 59,683\%$), enquanto o Rio de Janeiro apresentou o pior resultado ($R^2 = 32,695\%$).

QUADRO 4 – REGIÕES METROPOLITANAS (set/94 a dez/99)

BELO HORIZONTE

$$\pi_t^* = -0,013127 - 0,005772 \mu_t^* + 0,600508 \pi_{t-1}^*$$

-1,966	-2,296	6,039
5,381 %	2,513 %	0,000 %

$$R^2 = 59,683\% \quad d = 1,899 \quad F(\text{valor}) = 45,150 \quad F(p\text{-value}) = 0,000\%$$

PORTO ALEGRE

$$\pi_t^* = -0,009533 - 0,004471 \mu_t^* + 0,626768 \pi_{t-1}^*$$

-1,239	-1,574	6,358
22,020 %	12,066 %	0,000 %

$$R^2 = 48,598\% \quad d = 1,746 \quad F(\text{valor}) = 28,836 \quad F(p\text{-value}) = 0,000\%$$

RECIFE

$$\pi_t^* = -0,015112 - 0,007015 \mu_t^* + 0,557075 \pi_{t-1}^*$$

-1,635	-1,983	5,476
10,719 %	5,186 %	0,000 %

$$R^2 = 40,782\% \quad d = 2,080 \quad F(\text{valor}) = 21,005 \quad F(p\text{-value}) = 0,000\%$$

RIO DE JANEIRO

$$\pi_t^* = -0,014427 - 0,006053 \mu_t^* + 0,484424 \pi_{t-1}^*$$

-1,217	-1,547	4,311
22,800 %	12,698 %	0,006 %

$$R^2 = 32,695 \quad d = 1,932 \quad F(\text{valor}) = 14,816 \quad F(p\text{-value}) = 0,001 \%$$

SALVADOR

$$\begin{array}{r} \pi_t^* = -0,016624 - 0,007868 \mu_t^* + 0,564809 \pi_{t-1}^* \\ \quad \quad \quad -1,440 \quad -1,671 \quad \quad \quad 5,454 \\ \quad \quad \quad 15,493 \% \quad 9,994 \% \quad \quad \quad 0,000 \% \end{array}$$

$$R^2 = 42,029 \quad d = 1,934 \quad F(\text{valor}) = 22,113 \quad F(p\text{-value}) = 0,000 \%$$

SÃO PAULO

$$\begin{array}{r} \pi_t^* = -0,020089 - 0,009152 \mu_t^* + 0,548128 \pi_{t-1}^* \\ \quad \quad \quad -1,912 \quad -2,157 \quad \quad \quad 4,909 \\ \quad \quad \quad 6,055 \% \quad 3,493 \% \quad \quad \quad 0,001 \% \end{array}$$

$$R^2 = 55,904 \quad d = 2,103 \quad F(\text{valor}) = 38,668 \quad F(p\text{-value}) = 0,000 \%$$

Finalmente, nenhum dos conjuntos de dados analisados neste trabalho confirmaram a hipótese do Modelo Aceleracionista da Inflação ($\beta_2 = 1$). Em todas as regiões metropolitanas, as estimativas de β_2 mostraram-se positivas porém menor do que a unidade. Intervalos de Confiança ao nível de 99 % não incluem o valor 1 para este parâmetro.

Todavia, em todas as amostras analisadas, o coeficiente β_2 pode ser considerado estatisticamente significativo. Esse resultado indica a presença de uma memória inflacionária na formulação das expectativas dos agentes.

Conclusão

As tentativas de verificar empiricamente a existência de uma Curva de Phillips na economia brasileira mostraram-se infrutíferas. Os resultados obtidos nesse trabalho reforçam as conclusões que obtivemos anteriormente (Tajra, 1999), no sentido de que a existência de uma relação funcional inversa entre Inflação e Desemprego não possui significância estatística na economia brasileira.

Nesse trabalho, utilizando o Modelo Aceleracionista da Inflação e dados pesquisados pelo IBGE (INPC e a Taxa de Desemprego Aberto Aberta – 30 dias), concluímos que embora Inflação e Desemprego apresentem trajetórias contrárias, não existe uma relação de dependência estatisticamente significativa entre as duas

variáveis. O comportamento descendente da Inflação não está ligado diretamente ao comportamento ascendente do Desemprego. Provavelmente, as duas variáveis sofrem influências de uma terceira variável externa ao modelo. Essa variável determina conjuntamente o comportamento de Inflação e Desemprego.

Na prática, a conclusão aqui apresentada significa que a adoção de políticas que objetivem reduzir o desemprego não irá necessariamente provocar aumento de inflação. Porém, é possível que a redução do desemprego afete de tal forma a variável externa que, por intermédio desta, surjam pressões inflacionárias.

Na verdade, existe um conjunto amplo de variáveis que afetam conjuntamente inflação e desemprego e não uma única variável, tais como os agregados monetários, a taxa de câmbio, o resultado das contas públicas etc. Dessa forma, a redução do desemprego pode ser implementada em conjunto com outras políticas de tal forma que as pressões inflacionárias, se houverem, sejam mínimas. Todavia, discutir a combinação ideal de políticas econômicas a ser adotada no Brasil, visando a redução do desemprego com a minimização das pressões inflacionárias, extrapola os objetivos aqui propostos.

Notas

¹ Bacha (1988, p. 6).

² É possível comprovar que a utilização deste “truque” não afeta as estimativas dos parâmetros b_1 e b_2 e que a estimativa de a^* é igual a estimativa de a acrescida da constante.

Referências Bibliográficas

- BACHA, Edmar L. *Moeda, Inércia e Conflito: Reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil*. Pesquisa e Planejamento Econômico, V. 18(1) 1988, p. 1-16.
- DELORME, Charles D.; JANSEN, Dennis W.; EKELUND JR., Robert B. *Intermediate Macroeconomics*. West Publishing Company, 1994.
- EVANS, Charles L. *The post-war U.S. Phillips curve: a comment*. Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, V. 41, 1994, p. 221-230.
- FUHRER, Jeffrey C. *The Phillips Curve is alive and well*. New England Economic Review, março de 1995.
- GALI, Jordi. *How well does the IS-LM model fit postwar U.S. data ?*. The Quarterly Journal of Economics, V. 107-2, 1992, p. 709.
- GOLDEN, John. *Yet More on Misery: Optimazation Along the Short-Run Phillips*

- Curve revisited - a comment on recente papers.* The American Economist, V. 38-2, 1994, p. 92-94.
- HUMPHREY, Thomas M. *From Trade-offs to Policy Ineffectiveness: A History of the Phillips Curve*. Federal Reserve Bank of Richmond, 1986.
- JOSSA, Bruno; e MUSELLA, Marco. *Inflation, Unemployment and Money*. Edward Elgar Publishing Limited, 1998.
- KIM, Hak-Un. *A Study on Inflation and Unemployment*. Garland Publishing Inc, 1984.
- KING, Robert G; e Watson, Mark W. *The post-war U.S. Phillips curve: A revisionist econometric histor.* Carnegie-Rochester Conference, Series on Public Policy, V. 41, 1994, p.157-219.
- LAPPONI, Jean C. *Estatística usando Excel 5 e 7*. São Paulo: Lapponi Editora e Treinamento Ltda.
- LEESON, Robert. *The rise and fall and fall of keynesian economics ?*. Economic Record, V. 70, 1994, p. 210
- Matos, Orlando C. *Econometria Básica*. São Paulo: Editora Atlas, 1998.
- PHILLIPS, W. *The Relation between unemployment and the rate of change of money wage in the United Kindom, 1861-1957*. *Economica* V. 25, 1958, p. 283-299.
- SAMAVATI, Hedayed; DILTS, David A.; e DEITSCH, Clarence R. *The Phillips Curve: Evidence of a "lady or tiger dilemma"*. *Quartely Review of Economics and Finance*. V. 34-4, 1994, p. 333-345.
- TAJRA, Haroldo F. *The Phillips Curve in brazilian economy after Real Plan*. Washington-DC; Minerva Program, The George Washington University, 1999.
- VELOSO FILHO, Orisvaldo. *Uma análise da Curva de Phillips na economia brasileira (1994 - 1997)*. Brasília: União Pioneira de Integração Social - UPIS, 1998.
- WISLEY, Thomas O. *The Phillips Curve and Differing Inflation Expectations*. *Quartely Review of Economics and Finance*. V. 32-1, 1992, p. 116-122.
- WULWICK, Nancy J. *Two Econometric replications: The historic and Lipsey-Phillips curves*. *History of Political Economy*, V. 28-3, 1996, p. 391-439.
- YANG, Bijou. *Optimality on the short-run Phillips Curve revisited*. The American Economist, V. 36-2, 1992, p. 89-91.

Resumo

O objetivo deste artigo é detectar empiricamente a existência de uma Curva de Phillips na economia brasileira, após o Plano Real, utilizando o Modelo Aceleracionista da Inflação, cujos parâmetros são estimados com base em mínimos quadrados ordinários, utilizando dados do Brasil e das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Palavras-chave: Inflação, Desemprego, Curva de Phillips

Abstract

The aim of this article is to empirically detect the existence of a Phillip's Curve in the Brazilian economy after the Real Plan, using the Inflation Acceleration Model, whose parameters are estimated, based on minimum ordinary squares, using federal supplied data plus data from the metropolitan areas of Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador and São Paulo.

Key words: inflation, unemployment, Phillips Curve

Resumen

El objetivo de este artículo es descubrir empíricamente la existencia de una Curva de Phillips en la economía brasileña, después del Plan Real, usando el Modelo de Aceleración de Inflación, cuyos parámetros se estiman basados en los mínimos cuadrados ordinarios, usando los datos de Brasil y de las áreas metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Río de Janeiro, Salvador y São Paulo.

Palabras clave: Inflación, Desempleo, Curva de Phillips

A atividade administrativa

A administração é uma das mais importantes atividades humanas. Poderíamos catalogá-la como uma *meta-atividade*, presente em todas as outras atividades humanas associadas.

A importância da administração pode ser ilustrada pelas realizações do passado. Com efeito, ao serem consideradas nas eras seguintes, as grandes construções foram tidas como coisas impossíveis de terem sido feitas sem o auxílio de uma força mágica externa, quase sempre vinda de outro planeta, como é o exemplo da construção das pirâmides do Egito, há cerca de 4.500 anos, empregando cerca de 100.000 trabalhadores, por 30 anos.

O que fazem os administradores? O que significa ser gerente? São tantas as respostas que não têm ajudado o estudante de Administração a compreender o fenômeno gerencial. São tantos os gurus e contra-gurus, tantos os conceitos e idéias que transformaram a Administração Científica, na qual Taylor imaginou o gerente como aquele que descobriria o único melhor jeito de fazer as coisas, num complexo conjunto de conceitos, métodos e técnicas.

Esse artigo apresenta uma perspectiva histórica da Teoria Gerencial, ressaltando, de forma resumida, as principais contribuições ao desenvolvimento teórico da área. A abordagem é feita considerando-se os conceitos mais gerais da Administração, conectando-os aos conceitos mais particularizados de gerência, procurando-se, com isso, sugerir a existência de íntima ligação entre as duas teorias, bem como de uma tendência evolutiva, claramente delineada em seu arcabouço conceitual, no sentido de buscar maior compreensão dos valores, motivações e necessidades do ser humano no trabalho, seja ele gerente ou subordinado, líder ou liderado.

A gerência e a organização

A Teoria Gerencial está intimamente relacionada com a Teoria da Organização. Aliás, elas compõem as duas faces de uma mesma moeda. O fato gerencial

ocorre dentro da organização e é, ao mesmo tempo, um dos seus elementos essenciais. Dessa forma, as teorias desenvolvidas sobre os dois fenômenos (organizacional e gerencial) estão naturalmente entrelaçadas.

A gerência foi vista de diversas formas, ao longo da história da organização, e o gerente foi desempenhando papéis cada vez mais complexos e diversificados, à medida que as organizações também se tornaram mais complexas.

Na organização taylorista, o gerente era aquele que sabia “a única melhor maneira” de fazer as tarefas e orientava pacientemente os empregados, punindo-os, caso não concordassem em trabalhar “cientificamente” para obter a produção máxima.

O fayolismo, conhecido como “uma escola de chefes”, definiu o gerente como aquele que planeja, organiza, comanda, coordena e controla. Essa definição tomou impulso nos anos 30 com o trabalho de Luther Gulick, que deu à administração um dos seus primeiros acrônimos: POSDCORB (*planning, organizing, staffing, directing, coordinating, reporting, budgeting*). Tal acrônimo era apresentado como resposta à pergunta “o que os gerentes fazem?” e permanece até hoje na memória de muitos executivos como a resposta correta.¹

A gerência racional, ou burocrática, explicitada no trabalho de Max Weber, é exercida por um especialista, que age racionalmente com base no conhecimento do problema, dos objetivos a atingir e dos possíveis cursos de ação, podendo escolher aquele que maximize os resultados organizacionais.

Essas primeiras visões da ação gerencial trazem implícitas as idéias de que ao gerente cabe: decidir, transmitir ordens e controlar rigidamente. Aos subordinados cabe apenas obedecer.

Entretanto, o incidente de Hawthorne e as experiências de Elton Mayo, baseadas na hipótese de que a produtividade é função direta da satisfação no trabalho, trouxeram uma visão oposta à dos clássicos sobre o trabalho gerencial: sua principal atividade é cuidar para que haja satisfação entre os empregados, atentando para suas necessidades de segurança, aprovação social e afeto. Muda o método, mas o interesse pela produção máxima é o mesmo.

Os comportamentalistas não aceitam a concepção de que a satisfação do trabalhador gere por si só a eficiência. Desenvolvem a teoria da decisão, mostrando o gerente como responsável por um processo decisório que envolve a seleção, nem sempre consciente, de ações entre aquelas que são fisicamente possíveis para as pessoas sobre as quais exerce influência e autoridade. Para esses pesquisadores, além de não haver uma escolha necessariamente consciente e racional entre alternativas conhecidas, o processo decisório expõe as reais limitações dos gerentes,

tais como: não têm um sistema de objetivos explícitos; negligenciam a parte mais importante da tomada de decisões, que é a definição do problema; raramente conhecem com clareza as alternativas e suas conseqüências e, finalmente, as escolhas são feitas para obter uma solução satisfatória do problema e não para maximizar os objetivos.

Para os estruturalistas, o gerente é um administrador de conflitos, pois o conflito entre grupos é um processo social básico. Numa sociedade em mudança contínua, a resolução dos conflitos determina a direção das mudanças. Dessa forma, o desenvolvimento organizacional está na dependência do resultado dos conflitos. Embora muitos conflitos sejam indesejáveis, não podem ser negados, sob pena de exacerbação e posterior eclosão, geralmente com graves conseqüências.

A teoria de sistemas vem colocar o gerente numa organização que faz parte de um meio ambiente multidimensional e tumultuado, obrigando-o a “lidar com incertezas e ambigüidades e, acima de tudo, a preocupar-se com o ajuste da organização a novos requisitos, sempre em mudança”². Esse contexto é enfatizado pela teoria contingencial, que não só aprofunda a análise das características ambientais como também demonstra que essas variáveis ambientais atuam como determinantes das próprias características organizacionais e, conseqüentemente, da atuação gerencial.

Após essa breve revisão de diversas teorias enfocando a figura do gerente, serão apresentados estudos contemporâneos sobre as características do trabalho e os papéis gerenciais

Características do trabalho gerencial

Henry Mintzberg, um dos estudiosos da gerência, afirma: “Muito embora uma enorme quantidade de material tenha sido publicada sobre o trabalho gerencial, nós continuamos a saber muito pouco sobre ele”³. Sugere que a literatura gerencial fala muito sobre o gerente, mas muito pouco do que ele realmente faz. Assim, resolve realizar um trabalho de observação em que as atividades gerenciais são analisadas sistematicamente e as conclusões são descritas somente quando podem ser suportadas por evidências empíricas. Desse trabalho, resultou um conjunto de características e de papéis, a respeito. Naturalmente, há necessidade de adaptações à realidade brasileira, uma vez que as observações foram realizadas nos EUA, mas as conclusões podem servir tanto de base para reflexão de gerentes brasileiros como de ponto de partida para pesquisas similares.

Mintzberg define o gerente como o responsável por uma organização formal ou por uma de suas unidades. Pode ser chamado vice-presidente, supervisor, primeiro-ministro, sargento, arcebispo ou qualquer um de uma grande variedade de outros títulos. Seu trabalho pode ser realizado em qualquer nível da hierarquia organizacional (exceto no mais baixo de todos) e ele pode supervisionar pessoas em qualquer uma das várias funções organizacionais. Pode ter muita ou nenhuma experiência no trabalho. Pode descobrir que as demandas variam de acordo com o clima da organização e as necessidades do momento. De fato, há uma enorme quantidade de variáveis que podem influenciar o trabalho que os gerentes fazem.

Mintzberg colecionou 6 grupos de características do trabalho gerencial: (1) grande carga de trabalho num forte ritmo; (2) atividade caracterizada pela brevidade, variedade e fragmentação; (3) preferência por ações correntes, específicas e bem definidas ao invés de reflexão; (4) preferência por comunicação verbal; (5) relacionamento com grande número de pessoas, contatos internos e externos; (6) jogo de forças entre direitos e deveres.

A principal razão para o gerente adotar um forte ritmo é ter um trabalho que não acaba nunca. Como responsável pelo sucesso da organização, não há marcos tangíveis em que possa parar e dizer “agora meu trabalho está terminado”. Como resultado, torna-se uma pessoa com uma preocupação permanente, não importa que tipo de trabalho gerencial realize, e sempre carrega uma leve suspeita de que poderia contribuir um pouco mais.

Sua atividade é caracterizada por um sem-número de contatos e atividades, que não lhe permitem aprofundar-se em nenhuma. Com efeito, o gerente é encorajado pela realidade de seu trabalho a desenvolver um tipo de personalidade - sobre-carregar-se com trabalho, agir abruptamente, evitar perda de tempo, participar somente quando o valor de sua participação é tangível, evitar grande envolvimento com qualquer assunto. Ser superficial é, sem dúvida, um risco ocupacional do trabalho gerencial. A fim de obter sucesso, o gerente deve, presumivelmente, tornar-se proficiente em sua superficialidade.

A preferência por ação, ao invés de reflexão, é adotada como um resultado da natureza do trabalho. As pressões do ambiente gerencial, a despeito da literatura clássica, não encorajam o desenvolvimento de planejadores reflexivos. O tipo de trabalho gera pessoas adaptativas, manipuladoras de informações, que preferem situações vívidas e concretas num ambiente de estímulo e respostas.

Os gerentes demonstram forte preferência pela comunicação verbal. Parecem não gostar dos correios, utilizam-no principalmente para remessa de correspondências formais. Os meios informais de comunicação, telefone e reuniões não

programadas são utilizados para transmitir informações e solicitações informais. Reuniões programadas são utilizadas para situações formais, negociações e estabelecimento de estratégias. Diferentemente dos outros funcionários, os gestores não deixam a reunião ou o telefone para retornar ao trabalho, pois esses contatos são seu trabalho e sua produção pode ser medida primariamente em termos de informações verbais transmitidas.

O ocupante da gerência está colocado como um gargalo entre a organização e sua rede de comunicações interna e externa. As informações e solicitações fluem para ele de vários contatos externos. Deve filtrá-las e repassá-las. Outras informações e solicitações vêm de dentro da organização, algumas a serem utilizadas por ele, outras a serem destinadas a outras unidades e a contatos externos.

Finalmente, até que ponto o gerente controla suas atividades? Alguns autores sugerem que ele age como o condutor de uma orquestra sinfônica, criando um todo maior do que a soma das partes. Porém, Sune Carlson, que conduziu um estudo sistemático, não tem essa certeza:

- Antes de fazermos o estudo, eu sempre pensava em um executivo-chefe como o condutor de uma orquestra, impassível sobre sua plataforma. Agora estou em alguns aspectos inclinado a vê-lo como um marionete do *puppet-show* com centenas de pessoas puxando os barbantes e forçando-o a agir de uma forma ou de outra⁴.

Os dados empíricos não são conclusivos, mas há evidências de que os gerentes são impedidos de decidir sobre a maior parte de suas atividades. O telefone toca, a agenda aponta uma bateria de reuniões, os subordinados aparecem, problemas surgem inesperadamente e, subjacente a tudo isso, há o constante temor de falhar na análise da correspondência. Seguramente, o trabalho é desenhado para engolir os fracos e aprisionar os fortes.

Mas tudo isso indica que o gerente não controla suas atividades? O fato de as reuniões serem marcadas por outros, de receber mais correspondências do que enviar, de receber mais solicitações do que solicitar, de ser escravo da agenda, indica que ele não controla sua atividade? Talvez essas solicitações sejam uma boa medida do *status* do gerente. O número de pedidos de autorização, todos iniciados por outros, pode refletir o controle gerencial sobre o processo decisório da organização. A extensão em que as reuniões são marcadas por outros ou pelo relógio pode ser uma medida da habilidade gerencial. A quantidade de informações recebidas sem solicitação pode medir sua habilidade em construir efetivas linhas de comunicação.

Assim, o gerente pode ser descrito como um condutor ou uma marionete,

dependendo do modo de administrar sua própria atividade. Em particular, ele tem dois importantes graus de liberdade: (1) a possibilidade de tomar uma série de decisões iniciais, que definem muitos dos seus compromissos a longo prazo e (2) o exercício de sua própria vontade ao controlar, ou utilizar para seus próprios fins, aquelas atividades nas quais é obrigado a se engajar. Em outras palavras, ele pode tirar vantagem de suas obrigações. Um cerimonial proporciona ao chefe arguto oportunidade para obter informações. Um pedido de autorização permite-lhe injetar seus valores na organização. Uma obrigação de discursar propicia uma oportunidade para fazer *lobby* por uma causa. Um problema pode ser mais do que simplesmente resolvido e uma pressão pode ser mais do que simplesmente removida. Pode-se agir de modo a transformar problemas em oportunidades pela exploração de novas idéias em sua solução.

Talvez sejam esses dois *graus de liberdade* que mais claramente distingam os gerentes bem sucedidos. Todos, aparentemente, são marionetes. Alguns decidem quem puxa os barbantes e como; a partir daí tiram vantagem de cada movimento que são forçados a realizar. Outros, inábeis para explorar tal ambiente de alta tensão, são engolidos pelo mais exigente de todos os trabalhos.

Os papéis gerenciais

O gerente é a pessoa responsável por uma organização formal ou uma de suas subunidades. É revestido de autoridade formal sobre sua unidade e isso o leva a dois propósitos básicos. Primeiro, assegurar-se de que sua organização produza os bens ou serviços eficientemente. Para isso, planeja e mantém a estabilidade das operações básicas, adaptando-as, de forma controlada, às mudanças ambientais. Segundo, assegurar-se de que sua organização serve aos fins para os quais foi criada, isto é, da pessoa ou grupo que a controla (os “influenciadores”). Interpreta suas preferências particulares e combina-as para produzir definições sobre as preferências organizacionais que possam guiar o processo decisório. Por causa dessa autoridade formal, pode atender a dois outros propósitos gerenciais básicos: agir como um importante canal de comunicação entre sua organização e o ambiente e assumir responsabilidade pelo nível de operação do sistema organizacional.

Esses propósitos básicos são operacionalizados por meio de dez papéis inter-relacionados, agrupados em três categorias: (1) papéis interpessoais, que derivam da autoridade e *status* gerenciais; (2) papéis informacionais, que provêm dos papéis interpessoais e do acesso que eles propiciam a informações e (3) papéis decisórios, que emanam da autoridade e da informação.

Papéis Interpessoais

Os papéis interpessoais caracterizam o trabalho gerencial, ressaltando seu *status* e sua autoridade como representante da organização ou unidade, elo-de-ligação com o ambiente externo e líder do corpo funcional.

1. Como *representante*, o mais simples de todos os papéis, o gerente é um símbolo, requerido, por causa de seu *status*, para participar de numerosos eventos sociais, legais e cerimoniais. Além disso, o gerente deveria estar disponível para certas festas que solicitam sua presença em virtude *do status* e da autoridade. O papel de representante é mais significativo nos níveis mais elevados da hierarquia.

2. No papel de *líder*, define a atmosfera em que a unidade organizacional trabalhará. O líder delimita o relacionamento interpessoal com os subordinados e procura harmonizar as necessidades dos empregados e as da organização, para criar um clima no qual o trabalho seja realizado efetivamente. Também procura evocar a motivação dos seus subordinados, examina suas atividades e responsabiliza-se pelo trabalho, treinamento e promoção daqueles que estão mais próximos. Esse papel está claramente entre os mais significativos. A mudança da sociedade em direção a maior democratização organizacional levará os gerentes a despenderem mais tempo com o papel de líder.

3. O papel de *elo-de-ligação* ocorre quando o executivo-chefe lida com pessoas fora de sua unidade organizacional. Desenvolve uma rede de contatos, na qual informações e favores são trocados para o benefício mútuo e gasta uma considerável parte de seu tempo desempenhando esse papel, primeiro assumindo uma série de compromissos para estabelecer esses contatos, depois engajando-se em várias atividades para mantê-los. Para alguns gerentes é o papel mais importante de todos. Quando há uma dupla de administradores, gerente e subgerente, por exemplo, o primeiro geralmente assume o trabalho externo e o segundo concentra-se em operações internas (notadamente no papel de líder e nos papéis decisórios). Gerentes de vendas, por causa de sua orientação externa e interpessoal, dão especial atenção a esse papel e aos dois outros papéis interpessoais.

Papéis Informacionais

Pelos papéis de *líder* e *elo-de-ligação*, o principal gestor tem acesso a informações privilegiadas e emerge como “sistema nervoso central” de sua unidade. Somente ele tem acesso formal a todos os subordinados de sua própria área e um

acesso único a grande variedade de pessoas de fora, muitas delas “sistemas nervosos centrais” de outras organizações. Dessa forma, ele é um generalista sobre as informações de sua organização, aquela pessoa melhor informada sobre as operações e o ambiente.

4. Na condição de *monitor*, o ocupante da gerência procura e recebe continuamente dados internos e externos de variadas fontes para desenvolver um completo conhecimento do meio em que atua. Como a maior parte de suas informações são verbais e não documentadas, o gerente tem como primeira responsabilidade o desenho de seu próprio sistema de informações, que é necessariamente informal. Gerentes em novos cargos gastam considerável tempo nos papéis de monitor e elode-ligação, a fim de construir seus sistemas e atingirem o nível de conhecimento necessário ao efetivo estabelecimento de estratégias.

5. Como *disseminador*, o gerente transmite algumas de suas informações internas e externas aos subordinados. Dessa forma, mantém seu acesso exclusivo a certas informações privilegiadas. Algumas dessas são de natureza factual; outras são relacionadas aos valores das pessoas que exercem influência sobre a organização.

6. Como *porta-voz*, o gerente transmite informações para o ambiente externo de sua unidade organizacional. Ele age como relações públicas, faz *lobbies*, informa os formadores de opinião, comunica ao público o desempenho de sua unidade e manda dados úteis para seus contatos externos. Além disso, o gerente atua para o público externo como um especialista no negócio em que sua unidade opera. Administradores de assessorias especializadas e orientadas para análises, investem muito tempo nessa capacidade assim como nos outros papéis informacionais.

Papéis Decisórios

Por causa de sua autoridade formal e das informações especiais, o gestor assume a responsabilidade pelo sistema de estabelecimento de estratégia da organização — os meios pelos quais importantes decisões para sua unidade organizacional são tomadas e inter-relacionadas. As estratégias são operacionalizadas em virtude de quatro papéis decisórios: *empreendedor*, *administrador de distúrbios*, *alocador de recursos* e *negociador*.

7. Como *empreendedor*, o gerente é responsável pela iniciativa e pelo planejamento da maior parte das mudanças controladas em sua organização. Procura continuamente novas oportunidades e ameaças; a partir daí, inicia projetos de

melhoria para potencializar as oportunidades e neutralizar as ameaças. Uma vez iniciado, o projeto de melhoria envolve o gerente em uma das três maneiras: (1) pode delegar toda responsabilidade a um subordinado, permanecendo implicitamente com o direito de substituí-lo; (2) pode delegar o planejamento, mas reter a responsabilidade de autorizar a implementação das etapas; (3) pode supervisionar o planejamento e a implementação de todo o trabalho. Os gerentes de mais alto nível parecem manter permanente supervisão sobre diversos desses projetos. Cada projeto é trabalhado periodicamente, seguindo-se a cada passo um período de espera, durante o qual o gerente espera por *feedback* de informação ou a ocorrência de um evento.

8. Como *administrador de distúrbios*, é solicitado a assumir o comando quando sua unidade enfrenta um problema de maior importância. Uma vez que cada subordinado é responsável por uma função especializada, somente o gerente está habilitado a intervir quando a organização enfrenta um novo estímulo não relacionado com nenhuma função particular, para o qual não há nenhuma resposta programada. Com efeito, atua novamente como generalista da organização — aquele que pode encaminhar a solução de problemas originados por qualquer tipo de estímulo. Os distúrbios podem refletir uma insensibilidade a pequenos problemas que foram se agravando, mas podem também resultar de conseqüências imprevistas de um arrojado processo de inovação. Dessa forma, podem-se esperar muitos distúrbios no trabalho de gerentes encarregados de organizações com pouca sensibilidade ou inovativas. Pode-se também encontrar forte ênfase no papel de administrador de distúrbios durante um processo de inovação, em que um período de maiores mudanças é seguido por um período de consolidação dos novos métodos e processos. Além disso, gestores de pequenas empresas e aqueles que administram linhas de produção, especialmente nos níveis mais baixos da hierarquia, provavelmente dão maior atenção a este papel e a outros papéis decisórios, uma vez que estão mais envolvidos com a manutenção do fluxo de trabalho diário.

9. Como *alocador de recursos*, o gerente supervisiona a utilização de todos os recursos da organização e, dessa forma, mantém controle sobre o processo estratégico. Atua de três formas: (1) agendando seu próprio tempo, implicitamente estabelece as prioridades organizacionais e os assuntos que não chegam até ele não recebem suporte; (2) projetando o sistema básico de trabalho da organização e o programa o trabalho dos subordinados, decide o que será feito, quem fará e qual estrutura será utilizada; (3) mantendo um último controle ao autorizar, antes da implementação, todas as decisões importantes tomadas pela organização (as decisões são difíceis, os assuntos são complexos e o tempo que pode dedicar a elas é

curto), ele pode diminuir a dificuldade decidindo com base nas pessoas, em vez de nas propostas. Porém, quando tem de decidir sobre a proposta, faz uso de modelos e planos que desenvolve, implicitamente, a partir de sua posição de “sistema nervoso central” das informações. Os modelos descrevem, de forma conceitual, grande variedade de situações internas e externas vivenciadas pelo gerente. Os planos — na forma de projetos de melhoria antecipados - existem como visão flexível de para onde a organização deve ir. Tais planos servem como grade comum de referências com a qual pode avaliar e, dessa forma, inter-relacionar todas as propostas.

10. Finalmente, como *negociador*, o gerente assume a responsabilidade quando sua unidade tem importantes negócios com outras organizações. Como *representante*, como *porta-voz* e como *alocador de recursos* ele tem melhores condições de lidar com a outra parte.

Conclusão

Resumindo, o gerente planeja o trabalho de sua organização, monitora seu ambiente interno e externo, inicia mudanças quando são desejáveis e restabelece a normalidade quando surgem distúrbios. Lidera seus subordinados para trabalharem efetivamente a favor da organização, provendo-os de dados especiais — alguns das quais obtidas pela rede de contatos por ele desenvolvida. Além disso, o gerente desempenha certo número de deveres “domésticos”, transmitindo informações para o ambiente externo, servindo como representante e liderando as maiores negociações.

Assim, a caracterização popular do gerente, como alguém que deve ter visão geral, fazer o trabalho não programado e dar suporte ao sistema quando surgirem imperfeições é apenas parcialmente correta. Eles devem também desempenhar sua parcela de trabalho regular e envolver-se em certas atividades organizacionais.

Uma questão a ser discutida é se esses papéis são desempenhados por todos os gestores, em todos os níveis, de forma similar ou se há diferenças significativas no seu desempenho, dependendo das várias contingências em que se encontra cada gerente.

Mintzberg afirma que os estudos empíricos sobre o trabalho gerencial têm produzido mais evidências de similaridades do que de diferenças nas atividades. A literatura sobre comportamento e atitudes por nível organizacional conduz a uma impressão geral de que as similaridades sobrepujam as diferenças. Antes de esse veredicto ser aceito, entretanto, dois pontos deveriam ser considerados. Primeiro,

a escassez de informações sobre o comportamento administrativo. Segundo, se a literatura existente baseia-se em dados que foram influenciados por viés de resposta e de observação. Continua sua argumentação dizendo que talvez os trabalhos sejam muito parecidos entre si; talvez haja algo básico sobre esse tipo de trabalho, não importa qual organização. Sugere que não se pode aceitar que o trabalho dos gerentes difira grandemente em substância e em modos de operação, da mesma forma que não se pode concluir que são todos idênticos.

A partir de uma análise das características gerenciais — e tentando responder a perguntas tais como: papel de empreendedor é especialmente significativa para os executivos-chefes? Os administradores de assessorias são menos sujeitos a interrupções do que os outros? — Mintzberg procura construir um entendimento teórico sobre as variações no trabalho de gerenciamento e desenvolve uma estrutura conceitual que denomina “teoria da contingência do trabalho gerencial”, em que o desempenho dos papéis de executivo-chefe é visto como influenciado por diversos fatores, a saber: variáveis ambientais (as características do ambiente, a indústria, a organização); variáveis relativas ao trabalho (nível hierárquico, função supervisionada); variáveis pessoais (personalidade e estilo característicos dos responsáveis pelo trabalho); variáveis situacionais (temporal, características de um trabalho individual).

No entanto, a maioria dos autores concordam que o que todos os gerentes têm em comum é o fato de lidarem com o fator humano nas organizações. É tarefa básica de todos os administradores em todos os níveis e em todos os tipos de empresas projetar e manter um ambiente no qual indivíduos, trabalhando em grupos, possam cumprir objetivos e missões pré-selecionados. Em outras palavras, os administradores são incumbidos da responsabilidade de tornar possível que as pessoas contribuam mais efetivamente no atingimento dos objetivos do grupo que administram e do qual fazem parte.

Estabelecer esse ambiente e mantê-lo tão próximo do ideal quanto possível deve ser, lógico e moralmente, o objetivo de todos os administradores.

Notas

¹ Ver, a respeito das concepções de Gulick, MINTZBERG, Henry. *The Nature of Managerial Work*. p. 9.

² KAST e ROSENZWEIG. *Organização e Administração: um enfoque sistêmico*. p. 145.

³ MINTZBERG, op. cit., p. 28.

⁴ Idem, p. 49.

Resumo

Retrospectiva da Teoria Gerencial apontando as principais características do trabalho do gerente a partir de observações empíricas com ênfase nos papéis que desenvolve no dia-a-dia, sejam eles no âmbito interpessoal, informacional ou decisório, visando a esclarecer o objetivo e o campo de trabalho em novas bases, diferentes do tradicional planejar, organizar, dirigir e controlar ensinado desde 1916, a partir dos trabalhos de Fayol.

Palavras chave: Administração, gerência, papéis gerenciais.

Abstract

The Theory of Management put in retrospect singling out the chief characteristics of a manager's job with empirical observations as a starting point. The day-to-day roles are given emphasis whether they be in the interpersonal, informational or decision-making context, aiming at presenting the objective and the area of work on new bases different from the traditional ones of planning, organizing, directing and controlling in vogue since 1916 and modelled on the works of Fayol.

Keywords: Administration, management, management roles

Resumen

Restrospectiva de la Teoría Gerencial destacando las principales características del trabajo del gerente a partir de las observaciones empíricas enfatizando los papeles que diariamente desempeña, bien sea en el ámbito interpersonal, informativo o decisivo, con el fin de aclarar el objetivo y el campo de trabajo en nuevas bases, diferentes de planear, organizar, dirigir y controlar, tradicionales desde 1916 a partir de los trabajos de Fayol.

Palabras clave: Administración, gerencia, papeles gerenciales

“Nunca se fala tanto de comunicação quanto numa sociedade que não sabe mais comunicar-se consigo mesma, cuja coesão é contestada, cujos valores se desagregam, uma sociedade que símbolos demasiado usados não conseguem mais unificar”.¹ Lucien Sfez está se referindo a uma sociedade que se autodesigna “sociedade da comunicação”, o que seria, segundo ele, uma tautologia: com isso, a sociedade estaria apenas afirmando(-se): “sou sociedade”. Seria também “totalitária”, na medida em que uma comunicação dessa natureza teria relação apenas consigo mesma. O interessante é que a sociedade realmente se afirma na comunicação, desde que entendida como o “laço que une suas partes entre si”.² Enfim, parece estarmos diante de uma parte que se pretende maior que o todo.

O mesmo autor afirma que não apenas o termo “comunicação” assume conteúdos diferentes em função das técnicas, mas a própria comunicação acaba sendo o que as técnicas fazem dela. Definindo-se como “sociedade da comunicação”, a sociedade assume-se como *tecnologia*: “a sociedade produz, ela mesma, sua própria definição, já que é produtora de técnicas que, por outro lado, a definem”.³

Enquanto isso, o mundo mediático se globaliza e “mais se restringe o domínio da convivência cultural ao âmbito das escolhas subjetivas dos indivíduos, mais se atomiza a esfera da sociabilidade”.⁴ Mas, nessa atomização pós-modernista, os meios mediatizados ainda têm muito a oferecer a nossas interpretações.

Fiquemos com o exemplo que, embora enfatize o *meio*, tem ironia rude e infantil, capaz de tornar trivial a idéia um tanto sofisticada de que “comunicação em excesso gera silêncio”, ou a de que “a opulência de *meios* não garante o *conteúdo*”. Um dos tais “terroristas da *Internet*” (*hackers* ou *crackers* mais ou menos qualificados), supondo-se um novo “Unabomber”, autodenomina-se “Unamailer”. Seu tipo de atentado: canaliza para as caixas postais de seus desafetos *e-mails* às dezenas, às centenas, aos milhares. Muito mais do que alguém jamais conseguiria ler. Chega ao requinte de inscrever suas vítimas — jornalistas (“comunicadores” por profissão) foram os preferidos — em listas de correspondências, de maneira que mais e mais *e-mails* continuem chegando, em proporção geométrica. Até que o entupido “internauta” seja completamente desligado da rede, às vezes levando consigo o provedor de acesso e, conseqüentemente, todos os outros assinantes.⁵

Com isso, trazemos de volta o tom algo apocalíptico: “Num universo em que tudo se comunica, sem que se saiba a origem da emissão, sem que se possa determinar quem fala, o mundo da técnica ou nós mesmos (...) a comunicação morre por excesso de comunicação e se acaba numa interminável agonia de espi-rais”.⁶

Comunicação nas Organizações

Quando é vista nas empresas, a Comunicação parece ficar pouco à vontade, cheia de sorrisinhos amarelos, olhando meio desconfiada de um lado para o outro, sem saber onde pôr as mãos. Pensa em falar sobre o clima, mas se contém. O ar condicionado lhe sugere que, esteja chovendo, ventando, fazendo frio ou tudo azul com um sol de rachar lá fora, “aqui dentro a temperatura é sempre de 22 graus”. Além disso, podem pensar que ela estaria se referindo ao “clima organizacional” e a situação ficaria um pouco constrangedora... Escolhe palavras, tasteia. Procura não perder de vista o *hall* dos elevadores.

Mas não por culpa dos donos da casa. Estes até que são hospitaleiros, dão mostras de estarem contentes com sua presença. Esforçam-se ao máximo para que se sinta em casa. Insistem que ela está entre amigos, que pode abrir-se...

Nas empresas, a comunicação é vista como *estratégia*. É a matéria-prima do marketing e do endomarketing. Conta valiosos pontos a eficácia da divulgação, não apenas de um produto, mas da imagem da empresa para os públicos internos e externos. Os departamentos e os dirigentes preocupam-se em saber como “está chegando sua comunicação” até os destinatários. Os diretores, como parte de suas atribuições, zelam para que a “comunicação” com os seus públicos tenha critérios de eficiência que em nada atrapalhem os objetivos da organização. Ou, dito de outra forma, que a comunicação seja um poderoso recurso a serviço desses objetivos. Como se vê, considerando o desejo dos anfitriões, a Comunicação é uma visita muito bem-vinda.

Nas empresas, a comunicação é vista como *normalização*. As palavras e os gestos são regulamentados. Isso não quer dizer que seja costume (pelo menos disso não temos notícia) publicarem-se manuais sobre, por exemplo, “Como Gesticular em Público”. É óbvio que não. Mas publicam-se manuais às dúzias, não? Para isso serve a “comunicação”. Para fazer-se *norma*, estabelecer-se parâmetro, com feição de procedimento técnico, mas que na realidade afeta diretamente o comportamento. A vida, que por acaso, existir nas palavras empregadas, deve ser traduzida nos textos formais, de maneira direta e objetiva, denotando atos e situações

mensuráveis e que permaneçam sob controle. A lógica é a do jogo do bicho: “vale o escrito”. Vale mais do que a realidade. O que é isso — a realidade —, diante da catadupa de regulamentações que a “comunicação” põe diante das esquisitices do indivíduo?

Nas empresas, a comunicação *não* é tida como *expressão*. É estranho, porque é o espaço em que o detentor de emprego passa a maior parte de sua vida... útil (?). O que importa é que cada um se pronuncie a respeito do assunto que lhe compete, que esteja dentro de sua alçada, que esteja previsto na descrição de suas funções, que...

Não é nenhuma igreja ou religião, mas a palavra é sagrada: uma vez dada, não pode ser (re)negada. “Assim está escrito”. Quanto à *Palavra*, entidade indizível, existe concretamente ali. Mas parece ter algum tipo de acordo secreto com a direção da empresa, porque dizem, pelos cantos, que a Palavra é deles.

Além disso, parece mais comum do que deveria a idéia de que *nome* e *coisa* estão ligados numa espécie de força sobrenatural capaz de determinar os rumos da realidade. Parece existir a suposição, renovada a cada vez que muda uma tendência de mercado ou uma orientação política da direção da empresa, que basta mudar o nome para que a coisa toda comece a funcionar de maneira diferente. As empresas adoram mudar o nome de seus departamentos internos, de acordo com as tendências predominantes. Ou, como no caso da Qualidade Total, “enriquecer” nossa cultura com o desvairado contrabando de *nomes*.

As organizações sabem muito bem do dilema da comunicação versus a ordenação. A supressão radical da espontaneidade pode ser eficiente (?) para algumas organizações com estruturas petrificadas, mas dificilmente poderia ser admitida nas empresas que pretendem ter o profissional “empregável”, versátil e pluriprofissionalizado. Contidos no exíguo espaço das estruturas administrativas, os funcionários perderiam a oportunidade de detectar, no próprio ambiente em que se insere a organização, as respostas e oportunidades de que ela precisa para sua manutenção e crescimento.

Fiquemos descansados, há técnicas (novas e velhas) para a “inovação” pretendida pelos dirigentes; lembrando algumas: *brainstorming*, estágios de criatividade, jogos e simulações, dramatizações; *role-playing*, laboratórios de sensibilidade; sessões de *feedback*, trabalhos de grupo; andragogia, os persistentes seminários de desenvolvimento organizacional, descoberta dos mistérios do clima e da cultura da organização etc. Vale a pena ver uma dessas técnicas mais de perto:

- É oportuno esclarecer que, para jogar um Papel Profissional de modo

eficaz, confortável, resolvido, o tomador do mesmo deve sentir-se no eixo daquele papel, ou seja, num nível de consciência, equilíbrio e conforto que possibilite o fluxo de motivação necessária à espontaneidade que formula o prazer e o entusiasmo indispensáveis à qualidade de vida garantidora de qualidade de resposta em que se compreenda participação, envolvimento e comprometimento efetivos.⁷

Em “Jornada nas Estrelas - A Nova Geração”, seqüência da cultuada série de televisão do final dos anos 60, a nova e aperfeiçoada nave estelar *Enterprise* (“empresa”) tem, dentro de si, um espaço que está além dela mesma. Trata-se do “*Holodeck*”, um compartimento da nave no qual um portentoso computador pode simular as mais incríveis situações. A perfeição dos detalhes é tamanha, que simulação e realidade praticamente se (con)fundem. Ali, o tripulante pode interagir com as situações criadas pelo programa do computador e dar vazão (literal) às emoções e fantasias reprimidas durante o tempo em que está “de serviço” numa estrutura disciplinar rígida, em que só se admite a racionalidade.

No *Holodeck*, o papel é desempenhado de modo eficaz, o participante se sente confortável, resolvido. Ele é o eixo do papel que desempenha. O nível de consciência de suas ações e das conseqüências delas, garantem-lhe equilíbrio e conforto. Não se interrompe em momento algum o fluxo de motivação, não havendo comprometimento de sua espontaneidade. O prazer e o entusiasmo por estar fazendo algo de que tem completo domínio garantem qualidade de vida. A qualidade de resposta, um pré-requisito para que fizesse parte da empresa, mantém-se no nível desejado. A participação no jogo virtual gera envolvimento e comprometimento efetivos, criando energia bastante para que o funcionário sinta-se restaurado para voltar ao seu dia-a-dia.

Uma ordem verbal, seca, direta, e o computador interrompe o programa. O tripulante respira fundo. Aciona o sensor da porta.

Além dessa fronteira, a realidade da empresa e sua Missão no Mercado: descobrir e explorar pontos “onde nenhum homem jamais esteve”.

Ah, as definições!...

Sabemos que são inúmeros os termos que pretendem contribuir para esclarecer o sentido de *comunicação*: vão desde a troca comercial até o ato de compartilhar idéias ou interesses. Constata Lucien Sfez que as definições se referem a diferentes universos, podendo-se afirmar também que cada domínio de conheci-

mento tem a sua própria definição de comunicação.

No entanto, apesar do amplo consenso que envolve o termo, o que torna mais evidente a destacada presença da comunicação talvez seja exatamente sua multiplicidade de sentidos. Fiquemos com a reunião dos diferentes aspectos numa definição básica, que já se pode considerar clássica:

- *Comunicar significa estabelecer ou ter alguma coisa em comum.*

Não pretendendo generalizar — já que o nosso processo indutivo ficaria aquém de acanhado —, mas apenas ilustrar, com exemplos colhidos ao acaso na estante não muito farta dos livros sobre “comunicação administrativa”, vamos às delimitações de comunicação que esses livros apresentam.

Para Chappell e Read:

- A comunicação é qualquer meio pelo qual um pensamento é transmitido de pessoa a pessoa.⁸

Neste caso, parece-nos, a comunicação confunde-se com o *meio*, ou melhor, é o próprio meio. Assumiria, portanto, as características desse meio e, como tal, serviria a determinados objetivos que estão até mesmo além dela. Considerações éticas ou filosóficas que pudessem dizer algo a essa atividade humana ficariam fora de questão. Deveríamos admitir, em consequência, que, sendo meio, seria amoral como o próprio. Trata-se de uma perspectiva instrumental que faria corar, não sem fartas razões, aqueles que anseiam por uma razão comunicativa.

Um outro ponto interessante na definição de Chappell e Read é que nos apresenta um tipo de “comunicação-meio”, ainda sem comprovação empírica, capaz de fazer com que um pensamento seja transmitido (reforçamos duplamente o verbo) de pessoa a pessoa. Pelo que se sabe, não são muitos os tais meios — ou pelo menos não são significativos o bastante para constarem dos verbetes que definem comunicação. Com exceção, talvez, não da telepatia, mas da *simpatia* (com a acepção de “sentir com”) ou alguma outra forma prodigiosa de comunicação sem (inter)mediações — inclusive a da própria linguagem, tal como a (des)conhecemos.

Pensando bem, na comunicação como *meio* — salvo provável erro de interpretação nosso — sequer existe... comunicação. Existiria, isso sim, o processo... ou melhor, processo também não existiria. Enfim, estaria criado algo, ainda inconcebível em termos humanos, de transferência automática de pensamento entre seres.

Não havendo intermediação de linguagem, mas um mero transporte de dados apreendidos da realidade, mecanicamente convertidos em impulsos transmissíveis (“ex-mensagem”), sem as saudáveis (quem diria...) dificuldades da decodificação, não nos entenderíamos como seres humanos. Seríamos pouco mais (ou menos) que autômatos, empenhados não em comunicação, mas em *assimilação primária* de informações ambientais.

Sem a palavra, esses espectros inumanos não teriam o que trocar, não se distinguiriam uns dos outros — portanto, não seriam indivíduos, não teriam identidade. Alcançariam, no máximo, uma *existência posicional*, como parte de uma *entidade holística*, da qual nem mesmo teriam consciência, claro. (Por falar nisso, eis aí um “paradigma holístico” a-quem-interessar-possa..)

Aplicando-se esse tipo de definição de Chappell e Read ao treinamento, mesmo desconsiderando-se nossa interpretação, é de se imaginar o esforço descomunal a que se veria obrigado o pobre instrutor, para fazer uso do tal *meio* capaz de transmitir seu pensamento a seus treinandos — sem aquelas “indesejáveis” trocas, interações, embates por consenso, entendimento etc. — capazes de comprometer a eficiência desse meio.

Deve ser mais ou menos isso que fundamenta o que Paulo Freire chama de “educação bancária”: alguém que deposita “conhecimentos” num ente passivo e depois “saca” por meio de “cheques” nominalmente conhecidos como testes, argüições, exames, provas de que a sociedade não se contenta com os seres mecanomórficos que já tem de sobra.

Mais ou menos na mesma linha, apenas com um pouco mais de detalhes “picantes”:

- Comunicação é a técnica de transmitir uma mensagem a um público ou pessoa, fazendo que um *pensamento definido e codificado possa alcançar o objetivo* por meio de estímulo capaz de produzir a ação desejada.⁹

A falta de explicitação que sentimos na primeira definição — a comunicação transformada em técnica — já não é mais problema aqui. Ficamos um tanto na dúvida com relação a esse tal “pensamento definido e codificado”, principalmente sobre o fato de se considerar como comunicação algo de característica tão cristalizada e unidirecional.

Sobrevém, no entanto, certo “alívio” quando nos damos conta de que tudo isso se faz em nome de um objetivo, cuidadosamente trabalhado por um *estímulo* necessário para que se produza a resposta (“ação desejada”). Trata-se, sem dúvida,

de um pensamento poderoso, já que se materializa numa ação do *outro*. Convenhamos que é um pouco mais que telepatia; a menos que nessa categoria se inclua algo como uma “indução behaviorista” (fenômeno sobre o qual confessamos nossa ignorância). Mas, como sempre, nunca é demais ter certo respeito pelo poder da “técnica” e dos “estímulos” postos em ação.

Há que se ressaltar também que, de um lado, se tem um emissor e, de outro, um receptor. E ponto. Mas, como!?! Não acrescentamos nada ao já sabido? E para que, se a própria definição nos diz que se trata de uma “técnica de transmissão” a serviço de um objetivo, a respeito do qual não tem quase nada a fazer o receptor, senão agir em conformidade com um pensamento-estímulo definido, que lhe é completamente alheio?

Assim, podemos constatar “com que roupa” a “comunicação” vai às empresas:

- Para Ricardo Riccardi, comunicação “é a *transmissão* de informações ou mensagens entre vários elementos e níveis de uma estrutura de organização”, dando um sentido aplicado à sua conceituação como *instrumento de organização e administração*.¹⁰

- Um dos *objetivos* da boa comunicação é fazer com que todos fiquem cientes do que *a organização deseja alcançar*.¹¹

- O *objetivo* principal da comunicação é *levar uma mensagem* a seu destino certo, produzindo o *estímulo* capaz de influenciar no *comportamento desejado e considerando unicamente o propósito técnico*.¹²

Para não nos alongarmos em comentários já mais ou menos previsíveis, tomamos a liberdade de grifar nas citações anteriores as palavras e expressões que julgamos corroborar algumas das afirmações até então feitas.

Com um posto garantido no organograma empresarial, a “comunicação” tem garantida sua “empregabilidade”, pelos serviços que presta:

- No plano interpessoal, trata-se de *dirigir e controlar* as relações de uma pessoa com as outras e de garantir sua *produtividade*.

O papel da administração é, portanto, determinar e implementar os sistemas de comunicação (sistemas de informação e decisão), que melhor pre-

encham os *objetivos pessoais ou organizacionais* e que, ao mesmo tempo, desenvolvam ainda mais sua capacidade.¹³

A “comunicação” tem também, claro, uma atuação política de destaque, na medida em que serve a uma certa “política de comunicações”. Nesta, a julgar por dois dos autores mencionados, muito melhor que uma “caixa de sugestões (que nunca serão examinadas)” só mesmo uma “caixa de reclamações (-que-não-têm-por-que-serem-ouvidas)”:

- A vantagens de se ter uma política de comunicações por escrito é que todos os empregados devem compreender que existe um procedimento formal para registrar queixas. A maioria desses documentos salienta a necessidade dos empregados de recorrer ao seu supervisor *antes* de ir ao intendente sindical do seu setor.¹⁴

A esta altura, não temos mais como ser ingênuos (o marketing não nos perdoaria), a ponto de acreditar que a comunicação na empresa engrosse as fileiras dos que lutam pelo diálogo e por uma razão que não permita que sua face instrumental seja a protagonista da longa peça, há séculos em cartaz. A função organizadora da comunicação, se assim quisermos, é apenas uma dentre muitas das quais se pode valer o homem para ampliar seu conhecimento e viver num mundo de mais amplas possibilidades de entendimento. Não havendo essa perspectiva, as coisas passam a ter uma doentia fragilidade, perecíveis em demasia. E o real-pelo-homem-construído, na troca simbólica de todos os dias, parece ferir-se de morte na aspereza das pontas que o diálogo conseguiria dissolver.

Dito isso, soa como “construção de mais pontas ásperas” — embora real, não o negamos — um tipo de comunicação assim entendida:

- A orientação de nossas vidas e de nossas organizações depende do modo como são ou não *administradas*; e *dirigir* pessoas, dentro ou fora de organizações formais, depende, basicamente, da comunicação.¹⁵

E é nesse tipo de *real* (pode não ser o que merecemos, mas é o que temos, o que construímos) que até faz sentido pensar a comunicação como algo essencialmente estratégico, instrumental:

- Quando se organiza uma empresa coletiva de qualquer tipo (companhias, nações etc.), o que se organiza de fato é o fluxo de informações relaciona-

das com a empresa e, em decorrência, as relações estratégicas entre as suas partes funcionais.¹⁶

Chegados a esse ponto, voltemos à definição que, dentre incontáveis, nos pareceu a mais adequada, para humanos falando de humanos, formalmente organizados ou não:

- *Comunicar significa estabelecer ou ter alguma coisa em comum.*

Podemos, numa rabisçada de olhos, verificar que não se trata de uma simples equivalência de termos (do tipo $a = b$), mas, como costuma ocorrer entre humanos, envolve algo mais complexo e, de saída, podemos distinguir pelo menos três elementos que interagem por força das características que os distinguem:

- 1) *estabelecer* ou *ter* ou — por que não? — *fazer ter*
- 2) *alguma coisa*
- 3) *em comum*

O primeiro termo pertence, a nosso ver, à esfera da *ação*; o segundo, à do *conhecimento* e o terceiro, à da *experiência*.

Sem (muito) exagero, poderíamos dizer que a própria humanidade desenvolveu as páginas de sua história tendo por base os três elementos de que tratamos.

A esfera da *ação* corresponderia às lutas no espaço histórico por excelência — social, político e econômico, portanto — em que muitas vezes prevalece(u) a força do *estabelecer* meramente unidirecional ou do *fazer ter*, ficando em plano secundário o *ter*. Este, ao contrário do que poderiam desejar as “economias simbólicas” de diferentes matizes, está muito longe de significar *posse*, mas sua compreensão é a de um movimento que caracteriza a *emergência do ser*.

No espaço do *alguma coisa*, todo um mundo em *processo*. Um descobrir, um (re)velar contínuos. *Saber*, da mesma raiz de *sabor*. Conhecer que é um sentir o *sabor do mundo*. Mas que é também o conhecido, o construído: seja o concebido como identidade ou semelhança, seja a operação cognitiva que se dá num processo de transcendência. Seja, enfim, um saber com a marca do humano sujeito. Eis, pois, o espaço povoado de símbolos, para uma troca fundamental, inconcebível em termos mercantis, em que os objetos trocados não mudam de donos, mas passam a pertencer a todos e a nenhum, multiplicam-se, oferecem-se a novos parceiros, procuram por eles — para realmente serem *alguma coisa*.

No campo do *em comum*, a experiência humana. Essencialmente incompleta, por isso mesmo, profunda, vívida. Nutrida pela memória, fortalecida pela autoprodução humana e por seu desejo de emancipação.

A partir dessa compreensão, “Comunicação Administrativa” nada mais é que uma contradição de termos. Entretanto, não podemos negá-la. Mas nada nos impede, por outro lado, de colocá-la nos restritos limites dos *comunicados*. Mensagem instituída que pouco tem a dizer, pois o que pretensamente diz... já foi dito. Está nas regras, nas normas, no escrito, na decisão instituidora do fato administrativo que a (de)ge(ne)rou. Mero instrumento a serviço de um planejamento sistemático de maximização da produtividade.

Notas

¹ SFEZ, Lucien. *Crítica da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994, p. 20.

² Idem, p. 71.

³ Idem, p. 72.

⁴ RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e Cultura: A Experiência Cultural na Era da Informação*. Lisboa: Presença, 1994, p. 80.

⁵ E-Mail Bomba. *Revista.net*. São Paulo - Quark, 3 (3/3), março/97, p. 52-55.

⁶ SFEZ, op. cit., p. 33.

⁷ MEDEIROS, A. M. Técnicas de Simulação e Jogos de Empres. In: BOOG, G. *Manual de Treinamento e Desenvolvimento*. 2ª ed., São Paulo: Makron Books, 1995, p. 261 (os grifos do original não foram reproduzidos).

⁸ CHAPPELL, R. T. e READ, W. L. *Comunicação Interna na Empresa Moderna*. Rio de Janeiro: Forum, 1973, p. 1.

⁹ FARIA, A. N. e SUASSUNA, N. R. *A Comunicação na Administração*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/SESAT, 1982, p. 1, grifo dos autores.

¹⁰ Idem.

¹¹ CHAPPELL, R. T. e READ, W. L., op. cit., p. 2.

¹² FARIA, A. N. e SUASSUNA, N. R., op. cit., p. 3.

¹³ THAYER, L., *Princípios de Comunicação na Administração*. São Paulo: Atlas, 1972, p. 37, grifos nossos.

¹⁴ CHAPPELL E READ, op. cit., p. 3, grifo do original.

¹⁵ THAYER, L., op. cit., p. 29, grifos nossos.

¹⁶ Idem, p. 35.

Resumo

Para a maioria das pessoas, parece termos finalmente chegado à tão sonhada era da comunicação global. O artigo analisa alguns conceitos de comunicação encontrados em livros dirigidos à Comunicação Administrativa.

Palavras-chave: Comunicação administrativa, comunicação

Abstract

For most people, it would seem that we have at last arrived at the long awaited era of global communication. This article analyses several concepts of communication encountered in books geared towards Administrative Communication.

Key words: administrative communication, communication

Resumen

La mayoría de las personas creemos haber llegado a la tan ansiada era de la comunicación global. El artículo analiza algunos conceptos de comunicación encontrados en libros dirigidos a la Comunicación Administrativa.

Palabras clave: Comunicación Administrativa, comunicación

1. Introdução

O tema deste artigo abrange o estudo da transmissão de idéias entre os professores-pesquisadores na área de pós-graduação em Administração e as repercussões que a rede Internet estaria causando na área. Estuda como a ligação científica ocorreria nos diversos campos do conhecimento e se mudanças significativas teriam nexos com o advento da Internet. A outra parte, mais específica, foi verificar, na área da Administração, particularmente, entre os professores com pós-graduação, como estaria se sucedendo o intercâmbio de informações, interno e externo e se a rede estaria mudando ou afetando os hábitos entre esses docentes.

A pesquisa foi delimitada ao campo das Instituições de Ensino Superior (IES) que possuem programas de pós-graduação vinculados à Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Administração (ANPAD).

Esta pesquisa visa a responder a algumas perguntas, a saber:

- a) com o advento das redes de informações, via Internet, mudariam as formas de interação científica entre os pesquisadores na área da pós-graduação da Administração?
- b) como ocorreria esse desvio?
- c) quem estaria usando a rede?
- d) quem seria o típico pesquisador de Administração?
- e) como poderia estar se relacionando?
- f) estaria usando a rede intensivamente?
- g) quais seriam as dificuldades ou óbices para o uso da Internet?
- h) qual seria a tendência no futuro?
- i) quem estaria publicando e em que formas?
- j) que meios estariam sendo usados para se comunicar?
- k) quem estaria usando as novas tecnologias de informação como, por exemplo, o correio eletrônico?
- l) que fatores poderiam influir na interação científica e no uso da rede?
- n) que tipo, predominante, de informação seria veiculada nas transmissões científicas dos administradores pós-graduados?

Objetivo Geral:

Esta pesquisa tem por objetivo geral estudar as repercussões da Internet na comunicação científica entre docentes da área de pós-graduação em Administração.

Objetivos específicos:

- (1) identificar quem seria, como seria caracterizado o pesquisador de Administração, e se estariam mudando as formas de se informar em face do novo ambiente digital;
- (2) verificar que tipo de docente estaria usando a rede e como está utilizando esse sistema de computadores e se esta poderia acelerar o intercâmbio e a troca de informações nesse campo;
- (3) identificar os canais que os docentes estariam usando ou pretenderiam lançar mão, distinguindo o emprego de computadores isolados ou em redes, computadores socializados com *modem* e computadores para prática intensiva da Internet;
- (4) verificar os hábitos, os interesses e as reações do pesquisador em relação à Internet e se esse costume poderia provocar a melhoria da qualidade da produção científica nessa área;
- (5) verificar as barreiras ao serviço das novas tecnologias, as dificuldades do funcionamento, os óbices e as tendências futuras em relação mundo cibernético no campo da pesquisa em Administração;
- (6) verificar o possível impacto do uso do correio eletrônico no campo da Administração;
- (7) verificar até que nível o modelo de processo de comunicação científica de Lievrouw ocorreria entre os pesquisadores;
- (8) verificar os fatores influentes, segundo a teoria de Mullins, que concluiu na sua pesquisa, em 1968, não ser a proeminência ou a fama dos pesquisadores, ou a instituição, mas o genuíno interesse pelo assunto pesquisado que determinava as pessoas e a intensidade dos contatos realizados.

2. Desenvolvimento

A comunicação científica

O termo comunicação científica refere-se à troca de literatura e idéias entre cientistas. Menzel (1958) definiu-a como a totalidade das publicações, facilita-

des, ocasiões e arranjos institucionais que afetam, direta ou indiretamente, a transmissão das mensagens científicas entre os pesquisadores. É claro que Menzel não previu a Internet, mas esta se insere, facilmente, na definição de rede desse colégio invisível.

Evolução histórica

Kuhn (1970; 1978) afirmou que, na realidade, a atividade cotidiana de resolução de problemas limitados e específicos e, não somente os feitos espetaculares de observação, constitui o corpo principal do trabalho científico. Pessoas e eventos espetaculares não permitem conhecer a realidade do cotidiano sem a qual não é inteligível a própria existência dessas pessoas e desses eventos.

Ziman (1969) afirmou que a natureza do sistema de sinais é vital para a ciência, situando-a no âmago do método científico. A conclusão da tese de Ziman (1979) foi que a literatura sobre determinado assunto é tão importante quanto o trabalho de pesquisa a que se dá origem. O autor argumenta que existem várias redes de troca informal sob a camada superficial das publicações científicas oficiais. Os membros de um “colégio invisível”, isto é, profissionais que têm consciência de que trabalham no mesmo campo, como colegas ou rivais, produzem a literatura científica sobre a qual tentou-se proceder esta revisão. Segundo Hills (1983), filósofos e historiadores da ciência como Popper, Price, Merton, Ziman e Bordieu são os autores que mais têm contribuído para o reconhecimento da importância do sistema de interdependência dos informes da ciência. A circularidade e o *feedback* são as características marcantes do processo de comunicação doutra.

Karin (1981) no livro intitulado *The manufacture of knowledge: an essay on the constitutive and contextual nature on science* abordou, sob o ponto de vista antropológico, o processo de produção do conhecimento. Karin analisou o cientista como pensador prático e como classificador, pensador analógico, pensador socialmente situado, pensador literário e, finalmente, pensador simbólico.

A literatura sobre comunicação científica afirma que ela executa três funções fundamentais:

1) uma função própria para os cientistas e a ciência;

2) os vários canais pelos quais a ligação flui;

3) os fatores situacionais que influem em (1) e (2). Burton (1994) discorreu, quase trinta anos após Kaplan, sobre o correio eletrônico como o novo fórum de discussão acadêmica. Dessa obra pôde-se extrair as seguintes vantagens do correio eletrônico como nova modalidade de comunicação científica:

- a) distribuição direta da informação;
- b) transmissão compartilhada a grandes distâncias;
- c) mensagens processadas num tempo conveniente para ambos, emissor e receptor;
- d) mensagem lida quando o receptor quiser.

Os periódicos científicos

Conforme introduzido no item anterior, o periódico tem papel relevante nos avisos da Ciência. O grau pelo qual um corpo de conhecimentos é teoricamente bem organizado parece sofrer influência desse canal específico de interação. Menzel (1958) estudou o campo da Química, onde o conhecimento parece estar relativamente organizado e concluiu que 2/3 dos artigos relevantes que os cientistas químicos lêem podem ser encontrados nos três veículos impressos que eles citaram como os mais importantes. Comparativamente ao campo dos zoologistas, relativamente desorganizado, somente 1/4 dos seus achados podem ser encontrados nos três periódicos principais.

Mueller (1994, 1995), pesquisando sobre o impacto das tecnologias de informação na geração de artigos científicos, produziu revisão valiosa para a temática desta tese. A autora discorreu sobre os colégios invisíveis, discutindo os seus diferentes conceitos segundo os pensamentos de Merton, Price, Mullins, Crane, Lievrouw. Ao comentar as idéias desses cientistas Mueller concluiu: *- O conceito de colégio invisível surgiu do interesse pela relação informal entre cientistas e deve ser sempre entendida em concernência a uma área específica de pesquisa - são os cientistas de uma mesma área que formam um colégio invisível. (p. 311)*

Conferência e congressos

Menzel (op. cit.) estudando 76 cientistas da área de Biologia, verificou que eles freqüentavam a média de 2,5 encontros por ano. Garvey (1971), por sua vez, encontrou os psicólogos freqüentando a média de 3 congressos por ano. Contudo, poucos cientistas admitem que obtêm material significativo em reuniões ou encontros não estruturados.

Cientificação não estruturada entre cientistas, algumas vezes chamada de informal ou não planejada, freqüentemente proporciona informação específica relevante que os cientistas sabem que necessitam. Menzel observou quatro canais não estruturados, pelos quais as mídias alcançam os cientistas: determinado

cientista avisa um colega de seu corrente interesse e dá um item da pertinente disciplina;o colega transfere o conteúdo que ele sabe ser de interesse de outro cientista;mesmo com diferentes propósitos, informações de interesse mútuo são trocadas durante o período em que se relacionam;os cientistas passam a depender, assim, dos colegas que conhecem suas necessidades de notas específicas.A eficácia com que o cientista usa esses canais parece relacionada com a habilidade de fazer suas necessidades conhecidas e a frequência com que ele entra em contato com outros cientistas.

As novas tecnologias de informação

O embrião da Internet surgiu com a ARPA, uma agência de projetos de pesquisa do Departamento de Defesa americano, em 1969. Em 1960, a ARPA foi dividida em ARPANET e MILNET, esta com fins exclusivamente militares. Em 1986, a NSFNET, uma criação da National Science Foundation substituiu a ARPANET e, em 1990, passou a ser conhecida como Internet, interconectando ilimitado número de redes de diversos países.

A Internet como criatividade tecnológica na notificação científica

Zaltman *et al* (1973) discorreu sobre a natureza da inovação. Citou as teorias de March e Simon, com ênfase na resolução de problemas; destacou a teoria de Burns e Stalker, cujo exame desses procedimentos inventivos considerou as mudanças ambientais nas organizações; relatou a teoria de Harvey e Mills que abordava esse conceito, sob a perspectiva dos padrões de adaptação das organizações.

Intranet é uma palavra que se popularizou no vocabulário de informática, no Brasil, em 1996. Significa o uso da tecnologia da World Wide Web, no ambiente privativo da empresa. A Intranet nada mais é que uma Internet corporativa, com a grande vantagem do uso interno e controlado, utilizando a mesma infraestrutura básica da Internet. A Intranet pode estar ganhando das redes internas convencionais por motivos de custo menor, maior facilidade de uso e maior flexibilidade.

A Administração

A evolução da Administração no exterior pode ser entendida pela

análise da história da Administração. A Teoria Geral da Administração começou com a ênfase nas tarefas, a conhecida abordagem científica de Frederick Taylor; a seguir a preocupação básica foi a estrutura com a visão clássica de Henry Fayol e com as idéias da burocracia de Max Weber, seguindo-se mais tarde a concepção estruturalista de Robert King Merton. A reação humanista surgiu com Mary Parker Follett e Elton Mayo, na perspectiva das relações humanas desdobrada pelo comportamentalismo de Herbert Simon. A ênfase no ambiente surgiu com a teoria de sistemas sendo completada pela percepção contingencial que valoriza o impacto tecnológico e da informação.

Auster e Choo (1993) descreveram que o ambiente da Administração é voltado para a ação, preocupa-se em atender às necessidades específicas das organizações que encomendam conhecimento consolidado. Não há muita divulgação ou difusão dos resultados de trabalhos de pesquisa executados.

Em geral, a atividade de pesquisa não é incentivada nas empresas. Pouca ênfase é dada às buscas exploratórias básicas, preferindo-se a investigação aplicada.

Há grande interação entre professores e mercado de trabalho, mas as obras não são divulgados por motivos diversos.

Auster e Choo concluíram que os administradores:

- 1) necessitam de dados sobre o ambiente externo próximo, que regulamentam ou influem na organização em que trabalham;
- 2) precisam de material ligados à resolução de problemas imediatos;
- 3) preferem fontes de informações pessoais, têm sua própria rede interpessoal ou familiar ou de confiança como fonte de aconselhamento.

Choo e Auster citam Taylor, Katzer e Fletcher que, em trabalho de pesquisa, em 1986, chegaram a observações similares.

Nessa revisão de Choo, encontram-se também os resultados da pesquisa de noventa e cinco corporações multinacionais onde constam as seguintes conclusões:

- 1) mais de 53 % das firmas estão conduzindo busca de registros em sistemas internacionais;
- 2) quase metade dos executivos consultados usam computadorização em suas buscas de informações.

A Administração no Brasil

A Administração é uma área considerada muito jovem, com várias concepções sobre a sua natureza. Uma delas tem o enfoque dominante da reflexão sobre a prática e, daí, avançar à ciência. Assim, o laboratório do pesquisador em Administração é a organização.

Tabela 1: Evolução da pós-graduação em Administração no Brasil de 1987 a 1996

Ano	Cursos		Alunos Novos		Alunos Titulados		Docentes Permanentes		Artigos Publicados	
	Me	Do	Me	Do	Me	Do	Total	Doutores	País	Ext
1996	23	7	609	54	352	42	443	341	881	98
1995	25	7	676	82	288	40	442	341	580	97
1994	24	6	607	57	258	25	436	322	503	68
1993	22	4	603	53	292	26	426	303	396	78
1992	22	4	504	48	250	21	442	302	422	64
1991	22	4	609	123	199	33	494	330	306	72
1990	22	4	579	100	129	28	522	347	174	44
1989	20	4	512	37	141	24	515	307	159	13
1988	20	4	533	33	138	13	474	273	215	11
1987	20	4	561	52	125	14	370	209	150	17

Fonte: Capes - setembro de 1997

Nota: Me = Mestrado, Do = Doutorado

Os cursos de Mestrado e Doutorado na Administração no Brasil

Segundo a CAPES, o primeiro curso de Mestrado em Administração, no Brasil, foi criado em 1970, na USP/SP, seguindo-se o da PUC/RJ, em 1972. Em 1975, a USP iniciou o primeiro curso de Doutorado, seguido pela FGV/SP e UFRJ/RJ, em 1976. Em 1978, surgia o Doutorado de Controladoria e Contabilidade na USP e, finalmente, o da UFBA, em 1993.

Quadro 1: Classificação dos cursos de pós-graduação de Administração em 1996.

CURSO	SIGLA	NÍVEL	CLASSE
1. Administração	UFRN	M	C
2. Administração	UFPE	M	C
3. Administração	UFRJ	M, D	A, B
4. Administração, memória social e documento	UNIRIO	M	recredenciando
5. Administração	UFMG	M, D	A,C
6. Administração Rural	UFLA	M	B
7. Administração	PUC-SP	M	recredenciando
8. Administração de Empresas	FGV-SP	M, D	B, B
9. Administração Pública e Governo	FGV-SP	M, D	A, B
10. Administração	FES/ABC	M	recredenciando
11. Administração	UFPR	M	B
12. Administração	UFSC	M	B
13. Administração	UFRGS	M, D	A,
14. Administração	UFPB	M	B
15. Administração de Empresas	PUC-RJ	M	A
16. Administração	USP	M, D	A, B
17. Administração Rural	UFRPE	M	C
18. Administração	UFBA	M, D	A, C
19. Administração Pública	FGV-RJ	M	A
20. Administração	UNB	M	C
21. Administração e Ciências Contábeis	UERJ	M	C
22. Administração e Controladoria	USP	M, D	A, B
23. Administração e Ciências Contábeis	PUC-SP	M	C

Fonte: CAPES, 1997.

No universo de docentes, em 1996, segundo a CAPES, existiam 102 professores com Mestrado e 341 com Doutorado, totalizando 443 docentes trabalhando em 23 Universidades.

A população da pesquisa foi constituído de docentes, vinculados aos 15 departamentos, programas ou cursos de pós-graduação em Administração ligados à ANPAD.

Tabela 2: Relação entre as hipóteses e as perguntas

HIPÓTESES	PERGUNTAS		
	GRUPO I Perfil do docente	GRUPO II Hábitos	GRUPO III Internet
H1 Pelo menos 50 % dos pesquisadores estão usando Internet.	P6	P14 (V66) P8 (V47)	P 15 (73) p17 (v82-83)
H2: Os docentes acreditam que o correio eletrônico pode substituir parte da comunicação científica informal.			P24 P19 (v96) (V125) P23 V124
H3: Quanto mais favorável for o ambiente ao uso das redes maior a probabilidade de comunicação científica.	P2 v8, v9 P6v31	P9 P10 v56 P11v59	P15v73, P17v83 P18 v94

Análise dos dados

Para verificar a primeira hipótese (H1), cujo teor afirmava que haveria um percentual maior que 50% usando a rede digital, indagou-se, inicialmente, sobre a existência de Internet disponível na Instituição ou se o docente teria seu computador ligado a outro, mas sem acesso à Internet. O pressuposto era de que o pesquisador de Administração pudesse estar utilizando o Bulletin Board Systems (BBS) ou se comunicando com outro pesquisador, usando computadores ligados por *modem* e junção discada. Em graduação crescente, indagou-se a preferência sobre o tipo de fonte de informação, aí incluindo a variável de número 47, que era a Internet. Finalmente, nas questões 15 e 17, se indagava diretamente sobre o acesso à Internet e a proporcão de freqüência do uso.

A hipótese número um afirmava que “pelo menos 50% dos docentes usava a rede Internet”, acreditando que facilitava a qualidade da pesquisa científica. Ela foi rejeitada parcialmente, pois apenas 37% (n = 34) usavam essa modalidade conectados de casa, enquanto 44,6% (n = 41) usavam Internet conectada em alguma organização. Destacou-se que apenas 1,0% (n = 1) não pretendia usar Internet, porém 17% (n = 16) pretendiam se conectar na rede em breve. Entretanto, 57% (n=55) acreditavam que a Internet aumentava a qualidade da pesquisa.

No universo de 443 docentes, 76,97% (n = 341) eram doutores e 23,02% (n

= 102) mestres. Nesta pesquisa, os participantes foram 30,57% (n = 96), dos quais 68,8% (n = 66) eram doutores e 31,3% (n = 30) mestres.

Na pesquisa da Bishop (1994, p. 702) sobre o uso de rede de computadores na NASA, metade tinha acesso regular à Internet e 15% nunca a usaram.

Em 1996, Hurd e Curtis (1996, p. 194) relataram que o uso da Internet pelos cientistas da Universidade de Illinois era de 79%, dos quais 49% se conectavam de casa. Os autores citam o trabalho de Abel, Liebcher e Denman, que sugerem ser a acessibilidade o fator chave para o uso da rede.

A hipótese número dois (H2) tecia conjecturas sobre a possibilidade de o correio eletrônico substituir o periódico. Afirmava que “o correio eletrônico poderia substituir o periódico, como principal meio de transmissão”.

O trabalho de Richardson (1989), mesmo tratando das limitações da mídia eletrônica, na comunidade de pesquisadores, sugeria a possibilidade de o correio eletrônico e as conferências, via computadores, substituírem outros modos de interação. O autor citou a pesquisa de dois, Pelz e Andrews, os quais relataram a correlação positiva entre o nível da pesquisa e a frequência dos contatos com seus colegas. O livro de Pelz & Andrews (1978) foi consultado e verificou-se que, no capítulo terceiro, que tratava da ligação entre cientistas, a hipótese testada era de que, interagindo com outros cientistas, haveria contribuição maior para a eficácia das pesquisas de cada um.

Outro trabalho, realizado na St. John's University, sob a responsabilidade de Chu (1994), considerava que 14,4% (n = 13) acreditavam que isso pudesse ocorrer, dentro de três anos, e 17,8% (n = 16) somente dentro de 5 anos. Evidenciou-se que 32,2% (n = 29) dos docentes pensam que os meios de avisos vão conviver simultaneamente. Portanto, se conclui que a H2 foi confirmada, justificando-se pelas porcentagens acumuladas: 51,1% (n = 46) contra 16,7% (n = 15) acham que isso nunca vai ocorrer.

Em recente entrevista de 39 químicos na Universidade de Cornell, sobre a possibilidade de os periódicos eletrônicos substituírem os tradicionais, Stewart (1997) obteve os seguintes resultados: 41% afirmaram positivamente; 12,8% responderam parcialmente e 30,8% definiram-se negativamente. Esse caso dos químicos mostra reação maior que em pesquisa semelhante no Brasil, no campo da Administração (esse percentual que parece estar faltando para completar os 100% são ausências dos respondentes).

A hipótese número três (H3) afirmava: “quanto mais favorável for o ambiente organizacional ao uso das redes eletrônicas, maior a intensidade de comunicação científica”. Essa hipótese almejava testar os reflexos do ambiente, com uso

intensivo de rede na comunicação científica. Verificou-se que 44,2% (n = 42) dos docentes estão na faixa dos 46 a 60 anos de idade, concentrados no Rio, São Paulo e Minas Gerais. Nesse ambiente (definido pela faixa de idade e Estados), instados a escolher somente um fator mais influente, 20,7% (n = 19) dos docentes indicaram a existência de redes grande facilitadora da pesquisa, enquanto 35,9 % (n = 33) indicaram fator mais relevante, o interesse pelo tema.

Entre os 12,2% (n = 11) que declararam que o canal mais prioritário para comunicação científica era a Internet, dois respondentes estavam na faixa dos 25 a 35 anos, três participantes na faixa dos 36 a 45 anos e seis na faixa dos 46 a 60 anos.

Apesar de os respondentes doutores terem sido, aproximadamente o dobro dos mestres, na correlação do uso da rede como canal mais prioritário para a troca científica e formação, verificou-se que os mestres $x = 6$ (n = 30) priorizavam mais a Internet que os doutores $y = 5$ (n = 66); o porquê disso, possivelmente, pode ser associado à juventude relativa dos mestres 46,66% (n = 14/30), na faixa de 36 a 45 anos maior que os doutores 36,50% (n = 23/65).

Para aprofundar a análise dos hábitos de interação dos docentes de Administração, compararam-se os achados da pesquisa com o trabalho de MEADOWS (1994) que sustentou a idéia de a tecnologia da informação poder afetar a transmissão da pesquisa, nos próximos anos, de maneira significativa. Outra colocação interessante de Meadows foi que o conteúdo relativa à pesquisa, embora de considerável importância, é de interesse de uma minoria. Meadows citou o CD-ROM como exemplo de tecnologia que já está razoavelmente bem estabelecida. Meadows discorreu sobre as razões básicas que levam os cientistas a se comunicarem entre si: compartilhar suas idéias e avançar nas suas próprias carreiras.

Encaminhamento dos problemas levantados no início da pesquisa.

No capítulo I, quando da definição do problema, colocou-se que a pesquisa visava a responder algumas indagações, as quais foram numeradas de “a” até “n”. Nessa parte, discorreu-se sobre aquelas questões.

a) Com o advento das redes de informação, via Internet, mudam as formas de comunicação entre os pesquisadores na área de Administração?

Pôde considerar-se a mudança de hábitos na interação, pois 47,8% concordou parcialmente e 46,7% concordou totalmente, perfazendo o acumulado de 94,5% dos que acreditam na mudança, contra apenas 5,6% respondentes de que nada

seria mudado.

b) Como ocorre esse desvio?

Na questão de como estaria ocorrendo esse desvio, isto é, mudança de avisos por meios tradicionais para interação com uso de novas tecnologias, os resultados mostraram que apenas 41,9% (n = 39) dispunham de rede que poderia conectar o pesquisador a qualquer outro órgão de pesquisas.

Estimou-se, portanto, que a mudança, na área da Administração, vai ser gradual, pois 32,2% (n = 29) apontaram que o periódico iria conviver com a Internet e a estatística mais otimista indicou 17,8% (n = 16), acreditando mudança daqui a cinco anos.

c) Na questão, quem estaria usando a rede?

Dos 96 participantes dessa amostra, na questão, houve quatro ausências e a apuração mediante variáveis de nível nominal indicou 44,6% (n = 41) que usavam a Internet via Universidade. A pesquisa aportou, outrossim, que apenas 37% (n = 34) usavam a interconexão digital de casa. Ampliada a questão, no nível intervalar, sob forma de frequência de uso, obtiveram-se os seguintes resultados: 35,4% (n = 34) teriam acesso à Internet de casa e 42,7% (n = 41) da Organização. Foi indicado, na questão 17, a proporção de 57,7% (n = 45) que nunca usaram essa modalidade.

d) Quem é o pesquisador de Administração?

O pesquisador de Administração que se sensibilizou em participar da pesquisa possuía doutorado 68,8% (n=66; N=96) e 31,3% (n=30; N=96) eram titulados como mestres. O resultado foi coerente com os dados estatísticos dos 10 últimos anos, de que a Capes dispõe. Em 1995 e 1996, as estatísticas foram razoavelmente constantes e mostraram a totalidade de 443 professores, sendo 76,97% (n = 341) doutores e 23,02% (n = 102) mestres. Na população dessa pesquisa, 24,7% (n = 23) dos docentes eram do sexo feminino e 76% (n = 73) do masculino.

e) Como se comunica?

De modo geral, o pesquisador de Administração se entrevista com colegas de departamento, com frequência semanal, confirmando as proposições de Choo e Auster (op.cit., p. 292) de que os Administradores preferem a mídia verbal e a interlocução oral.

f) Estaria usando a rede intensamente?

Considerou-se a aglutinação da frequência semanal e mensal e a taxa de uso da rede foi de 15,1% (n=12), via Internet.

Para elaborar-se uma proposição mais consistente, teria que se proceder a replicação da pesquisa por três anos consecutivos e, por comparação, verificar o

aumento ou a diminuição da intensidade de uso da Internet

g) Quais as dificuldades para o uso da Internet?

Não há preconceito em relação à Internet. Só 5,9% (n = 4) declinaram receio de usar a rede. A barreira, mais significativa, se situou no campo do *hardware*, especificamente, falta de modem, 37,7% (n = 27) e na ausência de um provedor, 17,6% (n = 12)

h) Qual a tendência no futuro?

Pode ser plausível uma mudança gradual justificada pela indicação de 47,8% (n = 43) concordantes parciais e 46,7% (n = 42) concordantes radicais. Associando essas indicações, 94,5% (n = 85) acreditam na mudança de hábitos.

i) Quem estaria publicando?

Tomando-se o critério da publicação de artigo em periódico nacional, 24,4% (n = 21) pesquisadores publicaram em periódicos com frequência anual.

j) Que meios usa para se relacionar com outros cientistas?

Partindo de uma característica básica de que 25,3% (n = 23) só se conectam no ambiente próximo, verificou-se que o meio de conexão mais utilizado era o informal, na razão de 9,9% (n = 9) e, de modo formal, em 6,6% (n = 6).

l) Quem estaria usando as novas tecnologias como o correio eletrônico?

Os docentes de Administração em 38,5% (n = 37) estariam usando de modo semanal o correio eletrônico.

m) Que fatores influem na comunicação científica?

Os pesquisadores em 35,9% (n = 33) declararam que o tema ou assunto da pesquisa foi o fator determinante na intermediação científica, corroborada esse esclarecimento pela declaração de 30,8% (n = 28) que procuram se ligar para resolver problemas. Os congressos científicos foram indicados com valor de 20,4% (n = 19).

n) *Que tipo predominante de informação é veiculada nas mídias científicas?*

Trabalhou-se com as máximas frequências indicadas. Os achados da pesquisa indicaram que 29,8% (n = 14) tratam de bibliografia técnica; uma proporção de 19,5% (n = 8) procuram satisfazer curiosidades e 13,2% (n = 5) tentaram recuperar *softwares*.

Nesta pesquisa foram testadas três hipóteses cujos teores são comentados a seguir.

A hipótese número 1 (H1) declarava: *Pode-se afirmar que pelo menos 50% dos pesquisadores de Administração estão utilizando a rede Internet.* Concluiu-

se que, quanto a ela, os resultados apurados pela pesquisa rejeitaram-na, demonstrando ser falsa, pois somente 44,6% dos docentes usavam essa tecnologia. Apesar de que, no campo da pesquisa, esse índice ainda seja baixo, no amplo cenário da Administração Geral no Brasil a situação é boa. As pesquisas do Cadê?/Ibope (1996,1997) sobre o uso da Internet no Brasil, revelaram que o segundo campo que mais utilizou a rede, depois da área de Informática foi o campo da Administração Geral.

A hipótese número 2 (H2) sustentava: *Os docentes acreditam que o correio eletrônico pode substituir parte da comunicação científica informal*. Concluiu-se que quanto à segunda hipótese formulada, a pesquisa confirmou ser verdadeira, pois as percentagens de 51,1% (n = 46) dos que acharam que isso iria ocorrer, em oposição aos que eram contra 16,7% (n = 15). Porém, 32,2% (n = 29) entenderam que o periódico iria conviver com o correio eletrônico como principais meios de comunicação científica.

A hipótese número 3 (H3) afirmava: *Quanto mais favorável for o ambiente organizacional ao uso das redes eletrônicas, maior a probabilidade da intensificação da comunicação científica*.

Quanto à terceira hipótese, concluiu-se que essa ligação, na visão dos docentes de pós-graduação em Administração, é fraca. Embora a literatura tenha citado casos de forte correlação, no caso brasileiro de Administração, a associação não foi significativa. A pesquisa mostrou que 35,9% apontaram o interesse pelo tema como o fator que mais intensifica a interligação científica.

3. Conclusões

Oito ilações foram inferidas com relação aos oito objetivos. Com base na análise dos dados, as seguintes proposições foram extraídas.

O primeiro objetivo da pesquisa era caracterizar o docente de pós-graduação em Administração no Brasil. As seis primeiras perguntas respondidas possibilitaram formar uma idéia do perfil do docente de Administração.

A categoria modal, de nível nominal, da variável “faixa de idade” conduziu à idéia de que a maioria dos docentes encontra-se entre 46 a 60 anos e que a distribuição de frequências indicou 68,8% de doutores e 31,3% de mestres.

O segundo objetivo da pesquisa era caracterizar quem usava a Internet e como a estava usando. Verificou-se que dos 96 participantes da amostra, nessa questão, houve quatro ausências. A apuração, mediante variáveis de nível nominal, indicou a razão de 44,6% (n = 41) que usavam a conexão internacional de

computadores via Universidade. A pesquisa indicou, outrossim, que apenas 37% (n = 34) conectavam-se à rede de casa. Uma proporção de 42,7% (n = 41) conectavam-se da Organização e 35,4% (n=34) de casa. Foi indicado, na questão 17, a proporção de 57,7% (n = 45) que nunca usaram Internet.

O terceiro objetivo da pesquisa era verificar os canais de comunicação usados pelos docentes de Administração. A pesquisa mostrou que os pesquisadores se comunicavam preferencialmente no ambiente mais próximo 25% (n = 23). Todavia, foi apurada a interação face-a-face de 48,9% (n = 48), de modo a resolver seus problemas. Os docentes de Administração também utilizavam o material impresso 14,4% (n=14) e telefonaram pouco 7,8% (n = 7).

O quarto objetivo concentrava-se, primordialmente, no propósito de investigar os hábitos, atitudes e interesses dos pesquisadores. Constatou-se que o grande hábito do pesquisador de Administração ainda é a comunicação face-a-face e a utilização do periódico.

O quinto objetivo da pesquisa era descobrir os óbices ou barreiras ao uso da Internet. As dificuldades indicadas pelos respondentes foram atribuídas, na proporção de 22,1% (n = 15), por não terem modem e 17,6% (n = 12) por não disporem de um provedor de acesso. Os relatos indicaram que as barreiras estão mais ligadas ao *hardware*.

O sexto objetivo da pesquisa era descobrir como os docentes usavam uma rede de computadores, em especial, a Internet e em particular, o correio eletrônico. Inferiu-se que os docentes de Administração, em porcentagem de 30,3% (n = 27), usavam correio eletrônico diariamente, 13,5% (n = 12) utilizavam semanalmente e 16,9% (n = 15) se serviam mensalmente. Dentre os que empregavam computador, 24,7% (n = 22) declararam que nunca usaram o correio eletrônico.

A respeito do correio eletrônico 32,2% (n = 29) acham que o periódico vai conviver com o correio eletrônico, 14,4% (n = 13) pensam que o "E-mail" só vai substituir o periódico daqui a três anos, entretanto 16,7% (n = 15) acreditam que o correio eletrônico nunca vai substituir o periódico.

O sétimo objetivo era testar alguns modelos de comunicação científica. Selecionou-se a teoria de Lievrouw, verificando e comparando com os modelos estudados da revisão da literatura

O oitavo objetivo da pesquisa era testar a teoria de Mullins, cuja idéia central afirmava que não era a proeminência ou a fama de algum "medalhão" ou a instituição que determinava a comunicação científica e sim o genuíno interesse pelo tema que decide com quem e com que intensidade os contatos serão realizados.

Apreciação final

Concluiu-se que generalizações nessas teorias são correlações fracas; apenas algumas associações podem ser feitas. Relações de causalidade, nessa pesquisa, não foram possíveis de estabelecer; se fossem seriam pouco fidedignas. Observou-se que a teoria de Mullins pode ser considerada plausível e pode-se admitir uma associação entre a necessidade de informação ou interesse pelo tema e a comunicação científica. Acredita-se que, apesar do crescente uso da Internet, o periódico deve conviver com as novas formas de comunicação eletrônica. Percebeu-se que é grande o impacto dessa tecnologia entre os docentes, permitindo prever que cada vez mais docentes de Administração utilizarão mais e mais a Internet.

Notas

Artigo baseado em tese de doutoramento aprovada pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Brasília em 1998. Professor orientador: Dr. Murilo Bastos da Cunha.

Referências Bibliográficas

- AUSTER, Ethel e CHOO, Chun Wei. Environmental Scanning: Aquisition and Use of Information by Managers. *Annual Review of Information Science*, v. 28, p. 279-311, 1993.
- BISHOP, Paterson Ann. The Role of Computer Networks in Aerospace Engineering. *Library Trends*, v. 42, n. 4, p. 694-729, Spring, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura CAPES. Avaliação da pós-graduação em 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Situação da Pós-graduação em 1995. CAPES, Brasília, 1995. (Documento interno).
- BURTON, Paul F. Eletronic Mail as an Academic Discussion Forum. *Journal of Documentation*, v. 50, n. 2, jun, p. 99-110, 1994.
- CHU Heting E-mail in Scientific Communication. In: National On line Meeting, V. 15, New York. May, 1994. *Proceedings, Medford (NJ): Learned Information*, 1994, p. 77-86.
- GARVEY, W.D. e GRIFFITH. B.C. Scientific Communication: its Role and the Conduct of Research and Creation of Knowledge. *American Psychologist*, 26, n. 4, p. 349-362, 1971
- HILLS, P. J. The Scholarly Communication Process. In: *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 18, p. 99-116. 1983.

- HURDS, Julie M. & WELLER, Ann C. & CURTIS, Karen L. Information Seeking Behavior of Science and Engineering Faculty: The impact of New Information Technologies. ASIS Mid Year Meeting San Diego California, May 18-22, 1996. *Proceedings. Medford Information Today*. 1996, p. 188-196.
- KARIN, D. *The manufacture of knowledge: An essay on the construtivist and contextual nature of Science*. New York: Pergamon Press, 1981.
- KUHN, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2 ed. Chicago: The University of Chicago Press. 1970.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 257.
- MEADOWS, Jack. The future of research communication. *ONLINE & CD-ROM Review*, London: v. 18, n. 5, 1994, p. 301-303
- MENZEL, Herbert. *The Flow of Information Among Scientist: Problems, Opportunities and Research Questions*. Columbia University. Bureau of Applied Social Research, 1958.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico. *Ciência da Informação*. v. 23, n. 3, p. 309-317, set/dez, 1994.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O Crescimento da Ciência, o Comportamento Científico e a Comunicação Científica: algumas reflexões. In: *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte: v. 24, n.1, p. 63-84, jan-jun, 1995.
- PELZ, Donald C. & ANDREWS, Frank M. *Scientists In Organizations: Productive Climates for Research and Development*. Michigan: Institute for Social Research The University of Michigan. 1978, p. 401.
- RICHARDSON, John. The Limitations to Eletronic Communication in the Research. Community. *Proceedings of a Conference Held at Cranfield Institute of Technology*, July 1989. London, 1989.
- STEWART, Linda. User Acceptance of Eletronic Journal: Interview with Chemists at Cornell University. *Colleges Research Libraries*, v.57, n. 4, p. 339-349, July 1997.
- ZALTMAN, Gerald; DUCAN, Robert & HOLBERT, Jonny. *Innovations & Organizations*, New York, Wiley, 1973, p. 212.
- ZIMAN, John Michel. *Conhecimento Público*. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. USP, 1979.
- ZIMAN, M. Information, Communication and Knowledge. *Nature*, v. 224, p. 318-319, oct 1969.

Resumo

Este artigo teve como objetivo relatar as repercussões da rede Internet sobre a comunicação científica entre os pesquisadores da área da Administração. Selecionaram-se junto à Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ANPAD) 308 professores com mestrado ou doutorado. Nesse universo pretendeu-se analisar os meios de comunicação científica utilizados e verificar o impacto das novas tecnologias de comunicação, tais como rede de computadores, os serviços da Internet e faxes. A pesquisa visou investigar se a Internet facilitava o fluxo de comunicação entre pesquisadores de Administração, acelerando o intercâmbio e a troca de informações e melhorando a qualidade da produção científica.. Algumas teorias de comunicação científica foram testadas, sobressaindo nos resultados da pesquisa de campo a confirmação da teoria de Mullins.

Palavras-chave: Internet, comunicação científica, administração, novas tecnologias

Abstract

This text is aimed at reporting the impact of Internet on scientific communication among researchers in the area of Business Administration on the basis of information provided by 308 administration faculty members, all of whom have a master's or doctoral degree, selected from the National Association of Graduation Programs (ANPAD). The study is geared towards analysing the means of scientific communication and verifying the impact of the new communication technologies, such as Internet services and faxes. The research also envisages investigating if the Internet facilitates exchange of information with a view to improving the quality of scientific production.

Key words: Internet, scientific communication, administration, new technologies

Resumen

Este artículo tiene el objetivo de relatar las repercusiones de la red Internet sobre la comunicación científica entre los investigadores del área de la Administración. Fueron seleccionados junto a la Asociación Nacional de Programas de Pos-graduación en Administración (ANPAD) 308 profesores con "mestrado" o

doctorado. Se pretendía analizar los medios de comunicación científica utilizados y comprobar el impacto de las nuevas tecnologías de comunicación, a saber: la red de ordenadores, los servicios de Internet y de fax. El estudio pretendía investigar si Internet facilitaba el flujo de comunicación entre estudiosos de Administración, acelerando el intercambio de información y mejorando la calidad de la producción científica.

Algunas teorías de comunicación científica fueron probadas, destacando en los resultados del trabajo de campo, la confirmación de la teoría de Mullins.

Palabras clave: Internet, comunicación científica, administración, nuevas tecnologías

INFORMAÇÃO

Ludmila Maria Moreira Lima
*Mestre em Sociologia pela
Universidade Federal do Rio de
Janeiro-UFRJ. Doutoranda em
Antropologia Social na UnB.
Professora da UPIS.*

Reflexões sobre a relação sujeito e objeto do conhecimento nas ciências sociais

1 - Introdução

As reflexões apresentadas nesse artigo resultam de preocupações que sempre estiveram presentes em minha busca de compreender e interpretar os mais diversos fenômenos das sociedades humanas, dentre os quais destaco a produção de conhecimento científico sobre a experiência social.

Fruto de uma sociedade que elegeu a *racionalidade científica* como único modo legítimo de produção de verdades, a organização desse conhecimento deve ser entendida como parte de um longo processo de *racionalização do real em toda a sua abrangência*, o que implica a inclusão tanto da natureza quanto da sociedade dentro de um novo espectro de interesses e de modalidades de investigação.

Dentro desses horizontes e empenho intelectuais histórica e politicamente delineados, era de esperar-se que não só os contextos sociais definidos como *exóticos*, porque distantes, mas aqueles considerados *familiares*, porque relacionados de algum modo ao nosso cotidiano e contemporaneidade, tenham surgido e ainda hoje se constituam como objetos de estudo específicos de determinado campo de saber: o produzido pelas ciências sociais.

Pensar-se na produção de conhecimento científico sobre a vida em sociedade é um exercício constante na trajetória intelectual de todo cientista social. Em alguns momentos, esse esforço se revela imprescindível.

O presente artigo tenta sintetizar aquilo que resultou de uma *necessidade imposta por um objeto de estudo ao pesquisador que buscava investigá-lo*: a necessidade de pensar o seu papel como sujeito do conhecimento diante de um universo familiar, ou de uma realidade que se tornou parte de sua própria vida. Em suma, as preocupações sobre a relação *sujeito x objeto* do conhecimento, tão comuns a todo cientista social ganharam novas proporções e se intensificaram no processo de construção do objeto de estudo de minha tese de doutoramento em Antropologia Social, quando percebi a necessidade de “mergulhar como participante” e “emergir como pesquisadora” do universo que buscava investigar.

No decorrer do desenvolvimento de minha pesquisa de doutorado, senti que seria necessário ressignificar permanentemente minha relação com o objeto, na medida em que este foi sendo construído no contexto de uma experiência profissional que me entrelaçou de modo absoluto à realidade que posteriormente passei a investigar: um campo de lutas e um conjunto de relações desencadeadas no processo de implementação de um projeto governamental voltado para a regularização fundiária de uma extensão significativa de terras indígenas da Amazônia, para o qual fui contratada como consultora em antropologia.

Trata-se do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal- PPTAL, executado pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com recursos de organismos internacionais e com a contrapartida brasileira voltada ao pagamento de indenizações aos ocupantes não-índios que, sob determinação legal, seriam retirados das terras regularizadas pelo Projeto.

Essa experiência - incluindo seus desdobramentos na dimensão acadêmica - fez-me recuperar reflexões estimulantes sobre o problema da familiaridade e do distanciamento em relação ao universo investigado, no contexto das pesquisas realizadas sob o respaldo teórico e metodológico das ciências sociais.

Aproveitando-me do fato de ter sido *iniciada* nas ciências sociais pelas reflexões sobre a urbanidade e sobre os fenômenos pós-modernos, bem como do fato de algumas incursões de pesquisa anteriores terem me levado ao encontro de uma tradição de estudos desenvolvida no Museu Nacional, no campo da antropologia urbana, retornei às formulações de Velho (1975, 1978, 1986, 1987, 1995), Salem (1980) e Da Matta (1978,1993).

Nesses trabalhos, os autores trazem boas contribuições para os que se aventuram a estudar fenômenos das *sociedades complexas*, pelo viés de uma tradição antropológica criada, como acentua Velho (1987), a partir do trabalho de campo e da observação de sociedades de pequena escala e de cultura relativamente homogênea.

A orientação metodológica da *observação participante* no contexto do trabalho de campo, sem dúvida, propiciou rupturas teóricas da maior importância dentro do campo de conhecimento antropológico. Lembra-nos DaMatta (1993) que, além de ter se tornado uma exigência metodológica, essa prática passou a receber atenção especial, desde quando, no início do século XIX, o pesquisador abandonou o conforto de seu gabinete e se lançou nas incertezas do além-mar, numa espécie de aventura próxima àquela que caracteriza os rituais de passagem.

A partir de então, para se conhecer uma sociedade ou fenômenos que nela

emergem, fez-se necessário o contato direto e prolongado com o universo observado, sob o argumento de que nem tudo se explicita na efêmera temporalidade da empatia ou de um contato que não seja durável. Recomenda-se ao pesquisador um profundo mergulho na realidade investigada, de modo a tentar colocar-se no lugar do outro e assim captar suas experiências, no contexto em que elas se elaboram.

Contudo, cabe de antemão lembrar que esse mergulho em profundidade é difícil de ser definido em termos de tempo, assim como não existe garantia de que o conhecimento sobre a realidade será efetivamente alcançado, desde que se permaneça longamente junto àqueles que se pretende conhecer. Talvez a convivência seja o primeiro passo, ou a condição para que se extraia toda a potencialidade de um trabalho de campo. Todavia, não creio ser ela um passe mágico que leve ao conhecimento do outro.

A convivência e a subseqüente busca da compreensão das *categorias nativas* - como ingredientes do processo de produção de conhecimento - implicam uma interação social que envolve controle e interpretação de impressões manifestadas, tanto pelos observados quanto pelo observador.

Além disso, como acentua Peirano, “à parte o fato de que a distância necessária para produzir o estranhamento pode ser geográfica, de classe, de etnia ou outra, mas sempre psíquica, os conceitos nativos requerem, necessariamente, a outra ponta da corrente, aquela que liga o antropólogo aos próprios conceitos da disciplina e à tradição teórico-etnográfica acumulada.” (1995:19,20)

Daí se depreende que, se a pesquisa de campo e a observação participante se colocam como condições para o estabelecimento do diálogo com o “outro”, elas nos revelam o seu potencial, na medida em que propiciam, pela experiência do estranhamento, ou por um *jogo de espelhos*, para utilizar a expressão de Peirano, uma auto-reflexão e um confronto de teorias.

Está claro que o contato contínuo com o grupo ou objeto da investigação é um pressuposto para que se crie uma qualidade de relação entre observador e observado, a fim de que o primeiro possa melhor lidar com as barreiras sociais, emocionais, políticas e culturais que o separam daquele que estuda. Contudo, a démarche antropológica nos ensina que o problema consiste em tornar “o exótico familiar e o familiar em exótico”, o que envolve um movimento de elaboração de distanciamento, o qual se apresenta como uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais em sua busca da objetividade científica.

Sabemos que os *mandamentos* da objetividade exigem o isolamento do objetivo da pesquisa, uma separação entre observador e observado e a colocação

do pesquisador numa posição de exterioridade, a fim de evitar que sua subjetividade interfira no processo da investigação.

Em que pese o fato de tais premissas não serem inteiramente partilhadas ou reivindicadas pela maioria dos cientistas sociais, para quem elas assumem um tom dogmático e fictício diante do envolvimento inevitável que se instaura entre o pesquisador e o seu objeto, não há dúvidas de que aqui confrontamos uma tensão.

Embora não pretenda desenhar soluções, nem admitir a falência do rigor científico no estudo das sociedades e grupos humanos, creio ser necessário, antes de mais nada, assumi-lo como relativamente objetivo, inevitavelmente ideológico e sempre interpretativo.

Assim, vale relativizar as noções de distância e objetividade, tanto diante do que nos parece familiar, quanto do que nos soa exótico, bem como entender que ambos são apreendidos pelo filtro da nossa subjetividade e jamais por meio de uma neutralidade absoluta. Ou seja, um objeto de estudo está sempre interligado a quem o estuda, cuja subjetividade é sempre restabelecida e deve ser analisada como um fenômeno pertencente ao terreno considerado, cujo valor heurístico deve ser levado em conta.

Creio que a busca da objetividade dos dados, ou uma forma de se obter um certo controle sobre a subjetividade deva incluir uma reflexão sobre o processo de conceituação do objeto, pelo pesquisador. Cabe a ele, além de investigar acontecimentos e fenômenos, admitir que se utiliza de conceitos e teorias para informá-lo sobre o objeto em estudo, os quais serão verificados no processo da pesquisa. Assim, se as condições em que as observações foram realizadas e as informações obtidas na pesquisa têm um significado sociológico, a pesquisa, a qual expressa uma situação social específica, pode também verificar as teorias que a fundamentam.

Daí retornamos ao que se tem dito sobre a Antropologia: trata-se de uma ciência que estuda problemas e confronta teorias, num diálogo estabelecido entre tradições, paradigmas e dados etnográficos, na busca de um refinamento conceitual e teórico. Além disso, lembra-nos Peirano (idem) que a prática antropológica consiste em submeter conceitos preestabelecidos à experiência de novos contextos para, nesse processo de contraste, formular uma idéia de humanidade construída pela diferença.

Tudo começou com Malinowski, em 1913, com a publicação de “The Family among the Australian Aborigines”. Nesse trabalho o autor investe no esforço de confrontar o evolucionismo - como teoria explicativa das diferenças entre as sociedades humanas - com a cultura trobriandesa, que ele investigava em campo, ou no

próprio contexto em que ela se configurava.

Malinowski foi por muitos considerado um dos autores mais instigantes do pensamento antropológico, principalmente pelas rupturas que veio a consolidar no campo da interpretação das culturas humanas. Com ele, a antropologia inverte a relação até então construída - sob a égide do evolucionismo - com os *povos primitivos*, que de *inferiores* tornam-se apenas diferentes dos ocidentais.

O abandono da comparação e a ênfase na descrição cuidadosa de sociedades particulares se concretizam, ao mesmo tempo em que Malinowski formula uma teoria baseada em necessidades universais apresentada como instrumento básico de ordenação de uma análise funcional. Nessa abordagem, a aparência supostamente fragmentada e destituída de significação da realidade nativa decorreria da exterioridade do observador, cabendo-lhe a tarefa de construção de sistemas coerentes que promovam a integração do real, realizada inconscientemente pelos membros da sociedade observada.

Malinowski extrai o seu modelo explicativo das ciências da natureza, isto é, atribui à cultura a função de satisfazer às necessidades fundamentais dos indivíduos, o que se alcança pela elaboração de instituições econômicas, políticas, educativas etc. No seu entender, o homem deve ser estudado por meio da articulação do social, do psicológico e do biológico e, se a sociedade funciona como um organismo, o nível biológico deve ser considerado não apenas como modelo epistemológico que viabiliza a análise das relações sociais, mas como o seu próprio fundamento.

Sem enveredar aqui por uma análise crítica das diversas versões do funcionalismo cujo sentido básico, segundo Da Matta (1993), está associado à obra de Malinowski e de Radcliffe-Brown, cabe apenas lembrar que ele se constituiu como reação fundamental às teorias evolucionistas, a partir de uma mudança de centro de referência: o foco sai da Europa - centro de todas as lógicas e para onde todas as demais deveriam tender - e incide agora sobre outras culturas cuja observação e estudo levam o pesquisador a uma necessária reflexão sobre ele próprio e sua sociedade.

Essa perspectiva só se delineou por intermédio de uma *démarche* que aproximou o observador do nativo, isto é, a partir do trabalho de campo e da observação participante. Com o advento dessas práticas metodológicas, tornou-se impossível reduzir uma sociedade e/ou cultura a um conjunto de elementos e fatos desarticulados, apesar de inseridos no vasto repertório dos costumes humanos dispostos linearmente no tempo, como pretendiam os evolucionistas.

A partir de então, a Antropologia não mais parou de repensar suas rotinas

de pesquisa, de afirmar a necessidade imperativa da coleta de um bom material etnográfico e de enfatizar a experiência do estranhamento, como condição fundamental ao acesso à intelegibilidade da cultura investigada.

Quando as aldeias e tribos ampliaram-se diante dos olhos do antropólogo, com novos cenários e espaços marcados pela diversidade, numa verdadeira explosão de referências culturais, ou quando o antropólogo se viu diante da possibilidade de fazer da sua própria aldeia urbana e de seus nativos um campo de investigação surgiu o impasse: como *estranhar o familiar*, ou como torná-lo exótico?

Assim, a incorporação do trabalho de campo e da observação participante ao estudo das *sociedades complexas* não se constituiu sem que, no campo da Antropologia, surgissem resistências fundamentadas na afirmação da necessária posição de distanciamento e atitude de estranhamento, imprescindíveis à formulação de um saber que se constituiu em torno da questão da alteridade.

Ainda que esse novo objeto não coloque o pesquisador na situação típica e tradicional do trabalho antropológico; ainda que ele esteja determinado a estudar, por exemplo, o meio urbano em que vive, os passos de sua pesquisa estiveram indelevelmente marcados pela idéia da transposição de uma fronteira e pela entrada no universo de análise, com a apresentação dos mediadores do contato, responsáveis pela viabilização do acesso aos “nativos”. Não é de se surpreender que, em situações de grande familiaridade do pesquisador com o seu objeto, questione-se o fato do desvirtuamento de etapas e atitudes tradicionalmente recomendadas.

Gilberto Velho (1987) sustenta que, quando estudamos nossa própria sociedade, devemos ter em mente que a suposta familiaridade percebida desmonta-se tão logo atentamos para as especificidades da lógica simbólica do grupo investigado, ou para aquilo que o torna característico perante os demais e, simultaneamente, participante de um elenco de vivências e de valores comuns a outros segmentos. Ou seja, embora os membros de uma mesma sociedade possam compartilhar de certos pressupostos comuns, estão também permanentemente em contato com estilos de vida e concepções de mundo extremamente variados, de tal modo que essa produção da diferença passa a ser crucial, no sentido de demarcação de fronteiras entre os grupos sociais. Emerge daí o pressuposto de que o estranhamento faz-se presente, ou que é possível sentir-se estrangeiro dentro da própria sociedade, desde o instante em que nos movemos na hierarquia social ou entre grupos minoritários.

Por outro lado, é bom lembrar ainda que não devemos confundir a familiaridade com determinada realidade, seja ela um grupo ou um ritual, com o fato do seu conhecimento. Como nos lembra DaMatta (*idem*), pode-se ter familiaridade, por exemplo, com o sistema de transporte de uma cidade, o que não significa que

o conheçamos quanto ao seu funcionamento, dificuldades, recursos e fluxos.

Ter familiaridade não é conhecer: não se deve supor que se alguma coisa pertence ao meu mundo classificatório, isso significa que eu necessariamente a conheça. Se *esticamos*, para utilizar a expressão de DaMatta, o sentido social da familiaridade, supondo que conhecemos tudo o que nos cerca, assumimos uma postura do senso comum, o que não tem nada a ver com antropologia e sim com a aplicação das regras da minha cultura às situações que a ela são familiares.

Entretanto, se olharmos para alguma coisa aparentemente não estranha, e sobre ela elaborarmos algumas perguntas, nem sempre teremos a resposta, pois mudamos o olhar, ou assumimos uma outra atitude em relação ao objeto, o que privilegia o *prisma da situação*. Nessa perspectiva, a questão da familiaridade e da proximidade com o objeto - não mais física e sociológica - cede lugar à definição do prisma, a partir do qual o universo abordado será tratado, mesmo que, em termos etnográficos, ele possa ser definido como exótico ou familiar.

Após um estudo sistemático do bairro de Copacabana, que resultou na publicação do livro “A Utopia Urbana”, Velho faz uma espécie de retrospectiva sobre sua vida nesse bairro, deixando claro que esse esforço não tinha por objetivo “desfiar recordações sentimentais” sobre essa experiência, mas permitir com que ele se situasse melhor diante da realidade que buscava investigar.

Na procura de um certo distanciamento, Velho afirma que sua situação como pesquisador diante do objeto “Copacabana” não se identifica em absoluto com aquela vivida por um antropólogo europeu que chega a uma tribo do leste africano, por exemplo. Tal clareza diante do problema fundamental, enfrentado pelo antropólogo que decide estudar sua própria sociedade, não implica, segundo o autor, a impossibilidade da pesquisa; mas, sem dúvida, introduz uma nova dimensão para o trabalho antropológico.

Não se trata, ainda segundo Velho, da busca de fórmulas ou receitas que resolvam essa dificuldade, mas do reconhecimento da necessidade de um esforço de auto-definição permanente, a ser empreendido pelo pesquisador, desde o início e no correr de seu trabalho.

Essa conclusão do autor caiu como uma luva para ajudar-me na tradução da minha experiência como pesquisadora, pois tão logo elegi um determinado universo, como o campo a partir do qual o meu objeto seria construído, não mais parei de refletir sobre o problema da familiaridade. Até que, em dado momento, percebi que nada resultaria de minha habilidade em lidar com técnicas de distanciamento, mas de minha capacidade de entrar num processo permanente de auto-dimensionamento, em relação ao objeto: uma espécie de trabalho paralelo e com-

plementar, por meio do qual seria possível re-significar minha experiência e o objeto de que eu também fazia parte.

Há que lembrar ainda as formulações de Bourdieu (1998), sobre o processo de construção do objeto de estudo e sobre os fundamentos metodológicos de uma pesquisa. Primeiramente, o autor discute a existência de uma interdependência entre uma certa construção do objeto, um conjunto de hipóteses fundamentado em certos pressupostos teóricos e o método utilizado para coleta dos dados, sublinhando o fato da surpreendente constituição de “escolas e tradições” criadas em torno de uma técnica de recolha de dados.

Surgem, segundo o autor, verdadeiros “monomânicos” das distribuições estatísticas, da análise de discursos, da observação participante, da entrevista livre (*open-ended*) ou em profundidade (*in-depth*), ou da descrição etnográfica, onde a adesão a um método vai implicar a filiação a uma escola, por exemplo: o culto da etnografia enunciando os interacionistas e a análise do texto definindo os etnometodológicos que, por sua vez, ignoram a importância dos dados etnográficos tão valorizados pelos interacionistas.

Creio estar em jogo aqui, com novos desdobramentos, uma discussão que perpassa as ciências sociais desde suas origens, a partir da oposição de concepções de ciência, de prática, de racionalidade e da relação do ator com essa racionalidade e com o significado de suas ações: efetivamente o *objetivismo* e o *subjetivismo* não estão de acordo quanto à natureza da ação social, quanto ao papel atribuído ao ator. Será ele fruto de determinismos que o superam, cabendo ao cientista social desvendar a lógica oculta desses determinismos? Ou, ao contrário, não seria o ator capaz de compreender e de interpretar suas ações, cabendo ao pesquisador, nessas condições, analisar as racionalidades demonstradas pelo ator no decurso de suas ações cotidianas?

Pode antever-se o desdobramento desse antagonismo, no campo das ciências sociais: posicionamentos opostos a respeito do papel dos agentes e da estrutura social. O objetivismo definindo a estrutura como algo definido fora dos agentes, na forma de um conjunto de normas e instituições que se impõem a eles; o subjetivismo invertendo essa relação, supondo que os agentes contribuem para a produção da dimensão estrutural.

Assim, o debate entre ação e estrutura, ou entre indivíduo e sociedade é continuamente retomado, seja para acentuar o caráter contingente da ordem social e a primazia da negociação individual, seja para acentuar o papel da estrutura na determinação do comportamento individual e coletivo. Esses embates teóricos vieram contribuir para que se demonstrassem as próprias contradições de uma abor-

dagem estritamente unilateral, como também a necessidade da articulação entre ação e estrutura que, num movimento pendular, relacionam o coletivo e o individual, o macro e micro, o racional e o afetivo.

Retomando Bourdieu, ele vai afirmar que “a ciência social ainda não parou de tropeçar no problema do indivíduo e da sociedade”. Todavia, diz ele, o coletivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis - *habitus* - que fazem com que este não se oponha à sociedade, mas seja justamente uma de suas formas de existência. Isto é, a sociedade se apresenta na forma de instituições diversas e na forma de disposições adquiridas ou “maneiras duráveis de ser e fazer que se encarnam nos corpos”. Como se entre o corpo socializado e os campos sociais, dois produtos que são parte de uma mesma história, se estabelecesse uma cumplicidade infra-consciente, corporal. Trata-se, portanto, de articular dialeticamente o ator e a estrutura, para que a compreensão das práticas surja da relação que envolve a “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”.

Nesse sentido, em resposta à controvérsia que perpassa a produção de conhecimento sobre a realidade social - expressa na oposição epistemológica entre objetivismo e subjetivismo - e que situa em pólos opostos *ação e estrutura* e *indivíduo e sociedade*, por exemplo, Bourdieu busca construir uma teoria da prática centrada na mediação entre a ação subjetiva e a objetividade da sociedade.

Além disso, Bourdieu nos adverte para que não façamos confusão entre rigidez - contrária à inteligência e à imaginação - e rigor científico, ou, para que “nos livremos dos cães de guarda metodológicos”, sem, entretanto, nos esquecermos de dedicar uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, da sua adequação ao problema proposto e às condições de seu uso.

Em relação à minha experiência, percebi que mais importante que buscar a todo custo uma ruptura radical com um objeto próximo, na tentativa de “tornar exótico o familiar”, num infundável garimpo de técnicas de distanciamento, era tentar refletir sistematicamente e no correr do trabalho não só sobre aquilo que pretendia conhecer, como também sobre a forma e sob que condições eu me inseria no PPTAL: ora atuando como consultora, discutindo o desenvolvimento do Projeto, os acertos e erros inerentes ao processo; ora como pesquisadora e observadora participante, anotando, em meu caderno de campo, detalhes, falas, desabaços, críticas, etc ; relendo documentos, refletindo e refazendo a todo o momento o trajeto e a constituição de certos diálogos, episódios, rituais e relações desencadeadas em minha *aldeia*, ou universo de pesquisa.

Esse processo levou-me a desconstruir a ilusão do alcance de uma rigorosa

objetividade, assim como ensinou-me a trafegar melhor nos difíceis caminhos da subjetividade, onde confrontamos aprendizados, paixões, ideologias e inseguranças, no decorrer da própria pesquisa, na certeza de que “...o que podemos captar, dentro do nosso conhecimento, sempre é uma aparência ou, pelo menos, um lado, uma versão de um todo muito mais complexo, cujos mistérios se sucedem ininterruptamente, á medida que temos a ilusão de tê-los desvendado...” (Velloso, 1986:106)

3 - Ser nativa x ser pesquisadora: ressignificando identidades e papéis

Ao repensar, hoje, minha experiência como antropóloga/consultora no Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL, convém lembrar que, no período em que nele trabalhei (primeiramente por um ano e, após um intervalo de nove meses, por mais seis meses), pude conjugar duas posturas: a de uma consultora e a de uma observadora - participante - extremamente instigada pelos numerosos temas de reflexão gerados no contexto do próprio desenvolvimento do Projeto.

Em suma, o PPTAL não foi para mim apenas um campo de atuação profissional na qualidade de consultora, mas de reflexão extremamente estimulante, pelo fato de ter sido continuamente enriquecido - ainda que de maneira informal e “no calor da luta” - pelas intermináveis preocupações e discussões compartilhadas com a equipe - também de antropólogos - de trabalho formada para atuar na implementação do Projeto.

No contexto do PPTAL, fui contratada, como consultora, para atuar na gerência técnica, juntamente com três colegas (antropólogos também contratados especialmente para atuarem como consultores) e um indigenista (funcionário da FUNAI). Esse contrato previa minha atuação - como antropóloga - para a redefinição dos componentes “Vigilância e Fiscalização”, “Estudos e Capacitação Indígena” e “Divulgação”, os quais não se encontravam claramente definidos no desenho inicial do Projeto. Parte dessas atividades incluía também viagens a campo, contatos com as comunidades indígenas, levantamento de necessidades de capacitação, colaboração (junto com os grupos interessados) no planejamento e implementação das ações de capacitação e de vigilância das terras indígenas demarcadas.

É evidente que, nesse processo de contato com a realidade indígena, fui tomada por uma espécie paixão, movida pelo desafio de entrar num verdadeiro campo de batalha de interesses conflitantes e de tramas políticas, em que os gran-

des prejudicados eram os próprios índios, que pretendíamos beneficiar.

Mas, da mesma forma como essa realidade passou a fazer parte do meu mundo, outros fatos e processos começaram a se desenhar à minha volta e, embora fizesse parte desse mundo, era impossível não tomá-lo como uma preocupação à parte, como algo que merecia muita reflexão e despertava muita inquietação. Estou me referindo ao ambiente criado, no contexto da implementação do Projeto, a partir da relação cotidiana que se estabeleceu entre a unidade de gerenciamento, ou a coordenação do PPTAL - da qual fazia parte - e a própria FUNAI, cuja participação tornava-se imprescindível na medida em que lhe cabia executar, principalmente, as ações referentes ao componente fundamental do Projeto: o da regularização fundiária.

Afastei-me do PPTAL e, nove meses depois, quando retornei por um contrato de mais seis meses, algumas terras haviam sido identificadas, outras tantas demarcadas, mas os problemas persistiam.

Nesse novo período de contrato, com menos atribuições tentei exercitar um distanciamento maior de tudo e de todos para poder ver o todo com um outro olhar. E assim comecei a amadurecer melhor a idéia de fazer da relação PPTAL & FUNAI & cooperação internacional e dos conflitos desencadeados a partir da tentativa dessa parceria, o meu objeto de estudo.

Um dos primeiros problemas a enfrentar consistiu no gerenciamento da dualidade vivida por todo pesquisador: ao mesmo tempo em que ele tem de dar conta das interpretações dos atores, tem também de manter uma atitude desinteressada em relação a eles e às cenas de ação, o que se complica pelo fato de ali haver uma interação onde o próprio pesquisador, em certo sentido, também atua como ator.

Esse tipo de dificuldade terminou contribuindo para que eu retomasse, com mais cuidado, a infundável discussão sobre a dicotomia *sujeito* da investigação x *objeto* de estudo, principalmente quando a questão incide sobre a experiência da familiaridade que se constrói entre as duas partes. Essa reflexão tornou-se imprescindível, visto que, no caso específico de minha pesquisa, o próprio objeto se constituiu no contexto de uma experiência profissional vivida por mim, o sujeito da investigação.

Um debate importante para o amadurecimento dessa dimensão do trabalho - minha relação com o objeto - foi suscitada por Salem (1980), a partir da problematização do conceito de “papel” e de “conflito de papel”. Nessa discussão a autora parte do pressuposto da não existência de um consenso quanto ao modo pelo qual o conceito de papel é definido e utilizado pela reflexão sociológica.

Algumas conclusões de Salem pareceram-me importantes par a análise do meu papel como consultora e como antropóloga - e sobre os conflitos inerentes à conjugação dessas duas posturas.

Segundo a autora, no fluxo da interação social, os atores elaboram definições e redefinições permanentes sobre as ações dos outros, sobre as suas próprias e os papéis por eles assumidos.

Nesse sentido, estes são continuamente repensados na dinâmica em que o ator reveste o seu papel de uma dose de provisoriedade que o torna sempre sujeito a revisões.

Daí se depreende que, ao pensarmos a questão sob esse prisma, deslocamos da perspectiva que entende a vivência de um papel a partir do ajustamento mecânico a um padrão rigidamente prescrito, para centrarmo-nos em uma perspectiva que busca analisar a “elaboração de desempenhos” como experiência ininterrupta no contexto de um processo interativo, que supõe redefinições contínuas e muitas vezes contraditórias.

Essa reflexão, a meu ver, ajusta-se não apenas ao estudo dos papéis quando o foco incide sobre atores em interação, como também pode ser útil ao pesquisador quando ele se empenha em refletir sobre ele próprio ou sobre o que lhe ocorre quando se vê às voltas com a necessidade de redefinir a sua representação diante de uma realidade - e de atores - que ele pretende investigar.

Como acentua Salem, expectativas são criadas em torno da interpretação que cada agente deve assumir na vida social. Ele próprio interioriza essas expectativas para desempenhar o seu papel. Entretanto, não existem ajustes mecânicos entre o que é prescrito e o que se pratica, pois, o processo interativo em que se dá a ação sempre exigirá do que atua uma contínua reflexão e redefinição de seu desempenho.

A partir desse raciocínio, podemos pensar o pesquisador igualmente como um ator sobre o qual recai uma expectativa em relação ao papel que deverá assumir: e que pressupõe o exercício do distanciamento; um olhar sobre aquilo que ele extrai de sua experiência direta com o mundo e que o faz participar do senso comum, de certas ideologias e posições políticas; uma atenção especial às condições de realização da pesquisa, incluindo a prática da observação, coleta de dados e da realização de entrevistas. Um desempenho que exige do pesquisador a reflexão sobre uma cadeia de significados que ele constrói com base na observação e na troca de informações estabelecida com os informantes. Finalmente, um papel que pressupõe atenção especial também às novas pistas que vão surgindo no correr da investigação e que obrigarão o pesquisador a reconsiderar os seus passos analíti-

cos, as suas hipóteses iniciais e as suas bases teóricas.

Zaluar (1986) chama a atenção para a recorrente situação de envolvimento entre o pesquisador e o seu objeto, quando o necessário distanciamento desaparece na “força centrífuga” de uma realidade que une e aproxima o observador e o observado; por exemplo, quando ambos se envolvem em uma prática ou projeto político específico: “A própria tensão sujeito/objeto é negada pela afirmação de que todos são sujeitos críticos e autônomos numa mesma ação política, ou seja, a distinção e o conseqüente distanciamento entre observador e observado deixaria de ter cabimento, dissolvidos que ficam pelo engajamento num mesmo projeto político. Esta dialética... que faz a festa da antropologia, some na luta...”(idem:112)

Ao ler esse trecho das reflexões da autora, parei para pensar em minha experiência como *observadora/consultora* atuante em um Projeto também de natureza política, dentro do qual necessariamente me envolvi intensamente com todos aqueles que faziam parte do meu campo de investigação ou universo de análise.

Assim, além de buscar contextualizar minhas preocupações teóricas, voltei-me ao meu *capital cultural acumulado*, no sentido de investigar por que caminhos e influências amadureci minhas preocupações políticas e sociais e até que ponto elas não estariam marcando ou se refletindo no meu material teórico.

Por exemplo, em que medida minhas preocupações com a diferença expressa hierarquicamente, com os “excluídos” e com os rumos do imperialismo não estariam presentes na investigação? Ou ainda, como relativizar sentimentos “nacionalistas” acionados quase que inconscientemente dentro de uma realidade marcada pela interferência do elemento estrangeiro apreendido sempre como “colonizador”?

Lembra-nos Camargo (1984) que o conhecimento científico é permeado de idiosincrasias, ideologias e interesses que, muitas vezes, convertem-se em obstáculos à compreensão da realidade investigada. Daí o confronto permanente entre o conhecimento prévio do pesquisador e a práxis dos informantes/atores na constituição própria base para o trabalho científico.

De fato, não há como negar a tensão experimentada e construída nesse movimento pendular, da participação no sentido do envolvimento com o objeto, e da observação, no sentido da produção de um conhecimento sobre determinada realidade.

Essa situação revela, no meu entender, a fragilidade de uma concepção cientificista do trabalho sociológico e antropológico que, em nome de uma objetividade a alcançar, cria um curioso modelo de pesquisador “ator” supostamente

afastado do mundo que deseja estudar.

De tudo isso resulta que, por mais paradoxal que possa parecer, o envolvimento pessoal e seletivo do pesquisador com o seu objeto - não o distanciamento - como nos lembra Camargo (idem), é a forma racional de se alcançar maior objetividade: *a cumplicidade controlada passa a ser um sinônimo de neutralidade*. Daí se depreende também que jamais seremos tão neutros e imparciais diante de um mundo que transformamos em objeto, sob o respaldo de teorias e instrumentos metodológicos, assim como jamais nos perderemos ou nele sumiremos totalmente, sob a regência das nossas motivações pessoais.

Nesse sentido, caberia admitir a existência de uma tensão indissolúvel e inerente à produção do conhecimento nas ciências sociais, ao invés de se tentar negá-la. Se isso implica um desafio gerador de tantas inseguranças, diante da possibilidade de criarmos uma relação com o objeto marcada por uma artificialidade cega, em nome de um suposto distanciamento; ou, ao contrário, quando o desafio gera a aflição de entrarmos numa espécie de fusão com o objeto, jorrando sobre ele a composição da nossa subjetividade, em nome de uma postura anti-objetivista. Então, resta-nos, como pesquisadores, ultrapassarmos uma polaridade estéril e, com ciência e paixão, trabalharmos para a resolução dessa empoeirada dicotomia.

Assumir, portanto, a parcialidade e a subjetividade como inerentes à pesquisa social não implica a redução da importância da dimensão metodológica, mas aceitar o fato de que a realidade deve ser sempre vista como um crescente desafio e que sua interpretação e compreensão não podem ser exclusivas de nenhuma disciplina e modelo explicativo.

Além disso, como não existem receitas e ajustes mecânicos do pesquisador que lhe prescreve o campo científico, para utilizar a expressão de Bourdieu, visto que, na prática, a rigidez se dissolve sob a pressão do desconhecido - e para o benefício da pesquisa - resta ao cientista social, além do mergulho no campo e na teoria, *mergulhar em si mesmo*; isto é, repensar constantemente o seu papel e o seu modo de olhar. A realidade e a pesquisa também lhe propiciam esse humilde exercício de auto-conhecimento e de alteridade onde, ao buscar revelar o objeto, o pesquisador termina revelando a si próprio em meio às interpretações que formula.

Notas

O Projeto em questão (Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal-PPTAL) é parte integrante - ou o componente indígena - de um "programa maior" (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras-PP-G7) elaborado pelo Governo brasileiro, em parceria com organismos de cooperação técnica e financeira internacionais, cuja negociação com

os países do “Grupo dos Sete/G-7” - os financiadores do programa - começou em 1990, tornando-se efetivo em 1992. Seria importante ressaltar que, ao afirmar que o objeto foi sendo construído dentro de um campo de relações, busquei diferenciá-lo do PPTAL, em si, ou deixar claro ao leitor que o objeto de estudo não se confunde com o Projeto, enquanto tal, embora tenha surgido a partir dele. Isso significa também que não tomei o Projeto como um lugar estático de observação, ou, utilizando uma expressão de Velho (1987), como uma “unidade autocontida”, mas como uma situação apropriada para a construção de um problema do conhecimento.

O “trabalho de campo” surge como um divisor de águas dentro da antropologia e como a própria fonte da pesquisa antropológica, orientando, a partir do final do século XIX, a abordagem de toda uma nova geração de etnólogos. Instaura-se uma ruptura fundamental com o “evolucionismo” e sua busca de reconstituição das origens da civilização, e passa-se ao estudo das “lógicas particulares” de cada cultura. Boas vai investigar os Kwakiutl e os Chinook, formando e influenciando toda uma geração de antropólogos americanos (Kroeber, Lowie, Linton, etc.). Nos primeiros anos do século XX, Radcliffe-Brown estuda os nativos das ilhas Andaman; Rivers, os Todas, na Índia; Evans- Pritchard, os Azande e os Nuer; Nadel, os Nupes; Fortes, os Tallensi e, Malinowski, após longo período num arquipélago melanésio, passa a dominar a cena antropológica, após a publicação de “Os argonautas do Pacífico Ocidental” em 1922.

Vale lembrar que minha segunda inserção no PPTAL se configurou a partir de um contrato de seis meses, no decorrer dos quais eu teria, como atribuição principal, a definição de uma “estratégia de divulgação” para o PPTAL.

Para Salem o conceito de “papel” engloba dois aspectos, analítica e empiricamente distintos: refere-se, por um lado, às *expectativas de desempenho* que recaem sobre o ator pelo fato de ocupar uma certa posição social, e, por outro, ao *desempenho efetivo* levado a cabo pelo ator, no exercício de sua função. Esses pares de conceitos sugerem a inconveniência de se pressupor aprioristicamente uma relação de congruência mecânica entre aquilo que é socialmente prescrito e aquilo que ocorre de fato.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CAMARGO, Aspásia. Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites política. In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Vol. 27, nº 1, 1984.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- _____. O ofício do etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. (org.) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- SALEM, Tânia. *O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo. In: 1988.
- CARDOSO, Ruth. *A Aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- VELHO,G.& CASTRO,E.B.V. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica In: *Artefato*, 4, 1978.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- _____. Estilo de vida urbano e modernidade . In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8,nº16, 1995, p. 227-234.

Resumo

Com base em sua experiência como pesquisadora e a partir da investigação de um universo familiar, nesse texto, a autora procura repensar um dos dilemas fundamentais vividos pelo cientista social, particularmente o antropólogo, quando estuda fenômenos da sociedade da qual ele próprio faz parte. Discute a tensão entre a *familiaridade e o estranhamento* diante da realidade observada, articulada ao pressuposto metodológico do *distanciamento* como condição fundamental para a produção do conhecimento.

Palavras-chave: familiaridade, estranhamento, distanciamento, objetivismo, subjetivismo

Abstract

On the basis of her experience as a researcher and beginning from the investigation of the ‘familiar’ universe, the author sets out, in this article, to rethink one of the fundamental dilemmas experienced by the social scientist, more specifically, the anthropologist, when he goes about studying phenomena in a society to which he himself belongs. Under discussion is the tension between ‘familiarity’ and ‘alienation’ when faced with observed reality, linked to the methodological presupposition of ‘distancing’ as a fundamental condition for the production of knowledge.

Key words: familiarity, alienation, objectivism, subjectivism

Resumen

Basado en su experiencia como investigadora y, a partir de la investigación de un universo familiar, en este texto, la autora intenta repensar uno de los principales dilemas que se le presenta al científico social, particularmente al antropólogo, cuando estudia fenómenos de la sociedad en la que vive. Discute la tensión entre *familiaridad* y *extrañeza* ante la realidad observada, articulada al presupuesto metodológico del *distanciamiento* como condición fundamental para la producción del conocimiento.

Palabras clave: familiaridad, extrañeza, distanciamiento, objetivismo, subjetivismo

Neste ano, a intelectualidade brasileira está comemorando o centenário de nascimento de Gilberto Freyre. A celebração é um momento especial para se resgatar a memória do homem, do cientista social, do político. Mas, do ponto de vista do estudioso da sociedade brasileira, tal evento é, antes de tudo, o momento de se refletir sobre a herança deixada pelas idéias do autor e sobre os problemas fundamentais sobre os quais se debruçou e que estão ainda presentes em nosso cotidiano e na nossa história.

Celebrar, portanto, significa reconhecer a figura do grande vulto e, ao lado do reconhecimento, provocá-lo com as questões intrigantes levantadas por seus críticos. Sim, porque nenhum homem de idéias poderá ser reconhecido como genial se não houver provocado grandes polêmicas e dissidências, no seu tempo e para além dele.

O caminho que escolhi a fim de apresentar Gilberto Freyre no cenário das ciências sociais foi o da localização do seu pensamento no quadro de referência do pensamento social brasileiro. Para tanto, utilizei, como fonte, duas leituras recentes da obra de Gilberto Freyre: o ensaio de Mariza Veloso e Angélica Madeira *Gilberto Freyre, uma leitura crítica* e de Élide Rugai Bastos *Gilberto Freyre: Casa-grande & Senzala*, ambos publicados em 1999.

Gilberto Freyre nasceu em Recife em 15 de março de 1900 e faleceu nessa mesma cidade em 18 de julho de 1987. Apesar dessa localização precisa de nascimento e morte, nosso autor viajou, desbravou fronteiras e tornou-se conhecido e respeitado dentro e fora do País. Após concluir o bacharelado, Freyre prosseguiu estudos nos Estados Unidos e na Inglaterra. Sua primeira grande obra, *Casa Grande & Senzala*, foi publicada em 1933, tornando-se, imediatamente, um clássico da interpretação do Brasil.

E o que torna clássico um estudo?

No caso específico, a obra de Gilberto Freyre é clássica porque representa uma ruptura com uma certa linhagem intelectual de interpretação do Brasil que fundamentava suas análises na raça e na geografia (o clima, em especial) como os elementos centrais da investigação e interpretação da história brasileira. É sobre a

natureza dessa ruptura e o marco que ela representou na história do pensamento social brasileiro que nos deteremos a seguir.

O contexto histórico no qual Gilberto Freyre escreveu sua obra é caracterizado pelo intenso processo de modernização pelo qual passava a sociedade brasileira. A antiga sociedade agrária de formação escravagista e colonial estava passando por uma transformação radical das relações de produção, com a implementação do trabalho assalariado, o desenvolvimento da indústria, o processo crescente de urbanização. Os intelectuais brasileiros, de modo geral, preocupavam-se com as condições de modernização do País: teria o Brasil condições de se modernizar ou o atraso cultural colocaria em risco o desenvolvimento econômico pretendido? Qual seria o nosso estatuto diante das demais nações? Afinal, somos uma nação? Em que consiste nossa identidade nacional? Questões dessa natureza davam corpo ao debate intelectual e a vários movimentos políticos, artísticos e culturais que abalaram os primeiros decênios do século XX. Entre esses movimentos, um teve particular relevância: o movimento modernista desencadeado em 1922.

O movimento modernista procurava colocar o Brasil em sintonia com os « tempos modernos ». Precisávamos sair da margem da história e nos juntarmos aos atores que realizavam o cenário presente e delineavam o futuro. Os intelectuais brasileiros, modernistas ou não, tomaram para si a tarefa de descobrir e revelar o Brasil, sua tradição, sua cultura, nossos princípios de civilização, na tentativa de construir uma identidade nacional e um sentimento de nação que correspondesse a nossas origens e às possibilidades de transformação do País em nação. Desse modo, a missão do intelectual não se restringia à elaboração de um discurso sobre nós mesmos, ultrapassava as fronteiras interpretativas a fim de se ancorar na necessidade de agir politicamente em defesa de um novo « status » para a nação brasileira. Tratava-se, pois, de encontrar encaminhamentos racionais visando à solução dos grandes problemas nacionais.

A obra de Gilberto Freyre está situada exatamente neste limite: reinterpretar nosso passado colonial para construir um novo projeto de cultura nacional. Até então, o período colonial fora visto como algo funesto, herdeiros que éramos de degradados, povo mestiço e raça inferior, o que justificava sobremaneira nosso atraso econômico, político e cultural. Freyre irá substituir as categorias deterministas então vigentes, raça e geografia, pelas categorias de análise universais de história e cultura. Assim, o autor irá afirmar que não é por meio da raça, mas da cultura que devemos analisar o Brasil:

- Era preciso encontrar na nossa cultura, algo de civilização, algo de uni-

versalidade, para que atingíssemos a modernidade de que outras nações já participam.¹

Ao introduzir as categorias de história e cultura, Freyre irá buscar, no passado colonial, a especificidade da cultura brasileira, a singularidade que poderia definir nossa identidade nacional, nos reconhecendo como parte de um todo e nos integrando na universalidade da modernidade. Essa relação entre particular e universal se reflete também na concepção de nação do autor segundo a qual precisamos ser nacionalistas para que possamos ser universais.

O segundo aspecto que torna a obra de Gilberto Freyre clássica refere-se ao fato de ela ser revolucionária não apenas em relação às categorias de análise, mas também em relação à metodologia adotada. Inaugurando o que hoje se tornou conhecido como história do cotidiano, Freyre utilizou fontes documentais diversas daquelas utilizadas tradicionalmente pelos historiadores: trabalhou com diários, livros de viagens, folhetins, autobiografias, confissões, depoimentos pessoais, livros de modinhas e versos, cadernos de receitas, romances, notícias e artigos de jornais, a partir dos quais reconstituiu a vida íntima dos componentes da sociedade patriarcal.²

Gilberto Freyre construiu uma « introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil » na trilogia *Casa Grande e Senzala* (onde o autor tematiza a família patriarcal, focalizada no período colonial), *Sobrados e Mocambos* (onde o autor analisa transposição, para o mundo urbano, da família patriarcal rural - período imperial) e *Ordem e Progresso* (obra em que o autor focaliza o período republicano e a desintegração da sociedade patriarcal), percorrendo todos os períodos da história nacional.

Em *Casa Grande & Senzala* o autor apresenta como condicionantes das relações raciais a estrutura fundiária da monocultura do açúcar e a escassez de mulheres brancas. O primeiro condicionante, o complexo agroindustrial do açúcar, forjou a estrutura de dominação patriarcal. A segunda, a escassez de mulheres brancas, propiciou a miscigenação e o desenvolvimento de um tipo particular de dominação entre senhor e escravo, que possibilitou as condições de desenvolvimento de uma democracia social, fundada na « democracia racial ». Freyre retira a negatividade presente nas interpretações racistas e a substitui por uma visão otimista da miscigenação, destacando a contribuição de cada cultura (ibérica, africana e indígena) para a construção da singularidade brasileira. A marca cultural essencial de nossa cultura seria a acomodação de antagonismos.

Como Freyre irá construir sua teia de investigação? Segundo Élide Rugai Bastos:

- A família é a categoria nuclear da explicação freiriana. É na família que se torna possível perceber os elementos que caracterizam as relações e os processos que envolvem os homens. É aí que encontramos as formas fundamentais que a vida assume. (...) O complexo agroindustrial do açúcar visto como um microcosmo que se alarga e figura na sociedade. Os personagens- o patriarca, central na definição desse universo social; o escravo, a mulher, o menino, secundários, gravitando em torno do primeiro. Mas os sinais se invertem. Os atores aparentemente marginais ganham o centro do palco, mudam o rumo da história. São eles que recriam em outro patamar as relações sociais. Terminam por impor seu modo de vida, sua visão do mundo, seus costumes, sua estética, sua fala. Assim, altera-se a ordem social, mudam-se os papéis. O dominante acaba por ser dominado. E o dominado, por dominar, impondo sua cultura. Trata-se para o autor, da figuração da democracia.³ (Grifos meus)

Freyre estabelece uma continuidade entre processo de miscigenação e processo de democratização como também estabelece um *continuum* entre estrutura da família patriarcal e a formação do estado nacional.

A tese da democracia racial, que reinterpreta positivamente as raízes do Brasil, tomou conta do imaginário nacional, transformando-se tanto em discurso oficial como em senso comum. Essa tese tem sofrido diversas críticas que a denunciam como ideologia a partir da qual se procura mascarar a desigualdade existente entre negros e brancos na sociedade brasileira e a existência do preconceito racial.⁴

A segunda tese, que reeleciona a estrutura da família patriarcal como célula a partir da qual se configurou o estado nacional, nos remete à discussão sobre as interferências da esfera privada na esfera pública:

- A força da família patriarcal e o caráter autocrático e autosuficiente do complexo casa-grande e senzala geraram uma indistinção entre ordem pública e privada. No início de nossa formação cultural, a família e a religião fornecem as bases institucionais para a organização nacional. É possível depreender de uma leitura de Freyre sobre a sociedade brasileira que, da casa-grande, cria-se o Estado.⁵

Esta promiscuidade entre esfera pública e privada explicaria, em grande parte, a dificuldade em tornar universais normas jurídico-legais na sociedade bra-

sileira. Exemplo vivo dessa característica da cultura política brasileira é o debate no Congresso Nacional sobre a restrição da prática do nepotismo no âmbito do Estado.

A obra de Gilberto Freyre, por sua amplitude e profundidade bem como pelo caráter polêmico de sua abordagem e conclusões, deverá ser objeto de estudo das novas gerações de intelectuais responsáveis pela elucidação das ambivalências presentes nas vertentes político interpretativas dos dilemas da sociedade brasileira.

Notas

¹ VELOSO, Marisa & MADEIRA, Angélica. *Leituras Brasileiras. Itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

² Vide RUGAI BASTOS, Élide. « Gilberto Freyre, Casa-grande e senzala » In. DANTAS MOTA, Lourenço (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo, Editora SENAC, 1999.

³ Idem, p.232.

⁴ Vide FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus, 1965.

⁵ VELOSO, Marisa & MADEIRA, Angélica. Op. cit., p. 159.

Resumo

O presente texto - apresentado em homenagem realizada na Faculdade de Direito da UPIS por ocasião do centenário de nascimento de Gilberto Freyre – resgata aspectos polêmicos e inovadores do pensamento do sociólogo pernambucano ao tempo em que situa sua obra no contexto do pensamento social brasileiro do século XX.

Palavras-chave: Gilberto Freyre, pensamento social brasileiro, democracia racial, família patriarcal, estado nacional, modernismo

Abstract

The present article - presented during a commemorative event on the occasion of the centenary celebration of the birth of G. Freyre at the UPIS Law School - focuses on the polemic and innovative aspects of the writings of the sociologist from Pernambuco, as well as placing his work in the context of the Brazilian social

thought of the 20th century

Key words: Gilberto Freyre, brazilian social thought, racial democracy, patriarchal family, national state, modernismo

Resumen

El presente texto, presentado en un homenaje realizado en la Facultad de Derecho de la UPIS, con motivo del centenario del nacimiento de Gilberto Freyre, rescata aspectos polémicos e innovadores del pensamiento del sociólogo pernambucano al mismo tiempo que sitúa su obra dentro del contexto del pensamiento social brasileño del siglo XX.

Palabras clave: Gilberto Freyre, pensamiento social brasileño, democracia racial, familia patriarcal, estado nacional, modernismo

Virgílio C. Arraes

Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, UnB. Professor substituto no Departamento de Relações Internacionais - UnB.

A opinião pública brasileira e a questão da posse da ilha da Trindade (1895-96)

Introdução

Entre julho de 1895 e agosto de 1896, houve a disputa pela posse da ilha da Trindade entre Brasil e Grã-Bretanha. Esta era quase hegemônica na América do Sul, considerada zona de influência sua, desde a época das independências das antigas colônias. O Brasil, após a instalação do regime republicano (1889), não conseguiu se estabilizar, atravessando período de turbulências, com revoltas internas e desordem financeira.

A ocupação da ilha revestiu-se de significados diferentes para ambas as nações: para a Grã-Bretanha, a anexação de territórios ou a colocação de áreas sob sua zona de influência era ato rotineiro desde a segunda metade do século XIX; para o Brasil, exprimia uma ação despropositada e inesperada por parte de antigo aliado que, em detrimento de interesses comuns, espoliava-o para a satisfação comercial do setor telegráfico, um dos mais importantes, no período.

O objetivo do artigo é avaliar a participação da opinião pública do Brasil, basicamente representada pelo Legislativo e pela imprensa do Rio de Janeiro, no desenrolar do incidente. A opinião pública, na maior parte dos casos, é como um espelho da aprovação ou rejeição de uma política levada a cabo pelo Governo. As políticas internas refletem-se nas políticas externas, apesar de que o inverso nem sempre ocorre; decorre assim a importância das reações da população no campo da política internacional, visto que podem legitimar a ação do Executivo.

A ilha da Trindade situa-se a cerca de 1 140 quilômetros da costa do Espírito Santo, possuindo área de 8,2 quilômetros quadrados. Seu solo é imprestável para a agricultura, devido à origem vulcânica, e o desembarque é muito dificultoso, em face da agitação permanente do mar. Chove lá quase diariamente e é paraíso de inúmeras espécies de aves. É o ponto mais ao leste do território brasileiro. Foi descoberta por Portugal, no início do século XVI e chegou a ser ocupada pela Grã-Bretanha, em 1781, que a desocuparia no ano seguinte, ante as reclamações da diplomacia lusa.

1. O Legislativo republicano

O Legislativo brasileiro representou o principal centro de debates e estudos das questões nacionais, desde o início de seu funcionamento em 1826.¹ Até o fim da Monarquia, inúmeros foram os atritos entre Brasil e Grã-Bretanha, chegando-se mesmo ao rompimento de relações diplomáticas, quando da Questão Christie, na década de 60.²

Na mudança de regime, em 89, o Legislativo não participou de forma incisiva, mantendo-se alheio às primeiras implementações do novo Executivo, o qual rompeu com a condução tradicional da política externa, ao introduzir a ideologia pan-americana, republicana e federalista. Deteve, como processo de designação, a investidura eletiva, mantendo o princípio da soberania popular, conquanto, na prática, boa parte da população estivesse alijada do direito ao voto como as mulheres, os analfabetos, os menores de 21 anos etc. Manteve o bicameralismo, acabando-se, todavia, com a vitaliciedade do mandato dos senadores, representantes das unidades federadas. A sua influência era menor que no período monárquico, haja vista que o poder atribuído ao presidente foi maior que o conferido ao imperador, afora a questão da extinção do Conselho de Estado.³

2. A imprensa

A imprensa, no regime republicano, era considerada atrelada aos interesses econômico-políticos do Executivo.⁴ A falta de jornais de cunho partidário forçaria o governo a praticar “subvenções”, a fim de granjear o apoio da população. O próprio Presidente Moraes encarregaria o Ministro da Fazenda de organizar essa relação com a imprensa,⁵ embora na questão da Trindade isso não tenha acontecido. Para a presente análise, foram escolhidos três jornais da capital: *Jornal do Brasil*, *Jornal do Comércio* e *Gazeta de Notícias*.

3. A ocupação da Ilha

Os registros iniciais sobre a ocupação da Trindade foram de 20 de julho de 1895, por meio do *Jornal do Comércio* e da *Gazeta de Notícias*. Cada um a seu modo comentou o caso, podendo presumir-se que, pelo menos entre o círculo de leitores, já se tivesse alguma noção do fato, dado que as reportagens não abordaram a questão com tom de surpresa ou espanto.⁶ O *Jornal do Comércio* divulgou que, com a posse da Trindade, a Grã-Bretanha completaria seu “quadrilátero de

ferro”, que se comporia ainda das ilhas de Ascensão, Santa Helena e Cabo da Boa Esperança, sem considerar ainda as Malvinas. Destarte, a Grã-Bretanha tornar-se-ia senhora dos caminhos das esquadras que ambicionassem ir à Índia e Ásia Oriental.

A *Gazeta* entendeu que a ocupação era um “balão de ensaio” para que o governo britânico a tomasse do País e registrou que os periódicos argentinos criticaram sem reservas o gesto da Grã-Bretanha, classificando-o como “verdadeira violação de território”. O *Jornal do Brasil* tocou no tema, pela primeira vez no dia 23 de julho, ao comentar que o Ministro Plenipotenciário, em Londres, Artur de Sousa Corrêa, só soubera do episódio por intermédio do Brasil, via telegrama, e solicitava sua demissão.

A primeira comunicação no Congresso Nacional sobre a indevida ocupação da Trindade fez-se na Câmara pelo Deputado Belisário de Sousa. Este participou aos demais deputados ter expedido, ao Ministério das Relações Exteriores, uma solicitação para que fosse explicado o motivo de presença estrangeira na ilha.⁷ A ocupação desencadearia a apresentação de uma moção de repúdio ao governo britânico, proposta pelo então Deputado Nilo Peçanha, o qual lembrou ser “ (...) oposição constitucional do presente governo (...)”, mas pela “(...) pátria querida, e por cuja integridade territorial somos um só homem e uma só vontade, desaparecem os partidos e os atritos, as discórdias e as reações”. Enfatizou que, para os britânicos, o Brasil era uma espécie de protetorado. A moção receberia 152 votos.⁸

O *Jornal do Comércio*, em 30 de julho, por seu turno, reproduziu declaração do diário argentino *Standard*, de 24 de julho, favorável à ocupação estrangeira, ao afirmar que, edificando um farol e uma estação de carvão naquela ilha, “rocha desabitada, desolada e vulcânica”, estaria a Grã-Bretanha fazendo “enorme benefício para a civilização”. Em agosto, o *Jornal do Brasil* comentou que *El Diário*, da Argentina, asseverava que a Grã-Bretanha havia muito tempo que almejava a ilha para construir uma estação de carvão e instalar um cabo submarino até o limite ao sul do continente americano. Anteriormente, por diversas vezes, a marinha britânica estivera na ilha e constatara a ausência de ocupação humana. Para a Grã-Bretanha, essa desocupação já era suficiente para incorporá-la ao seu império, o que teria sido feito pelo navio *Barracouta*, aos 24 de dezembro de 1894.⁹

Em tom mais realista, a *Gazeta* escreveu que, com o fracasso da estação da ilha da Ascensão, a qual não gerara os resultados esperados, os britânicos cogitaram estender um cabo submarino até o rio da Prata, mas, para poupar tempo e despesas, a ilha da Trindade fora lembrada. Articularam do seguinte modo: autori-

zação do Brasil para construir a estação telegráfica e pedido de subvenção à Argentina porque propiciaria ao país platino mais uma rota, facilitando-lhe a comunicação. Com o passar do tempo, avaliou-se que o Brasil poderia colocar óbices na concessão e, assim, alegando abandono, ocuparam-na e declararam-na britânica.¹⁰

O *Jornal do Brasil*, em setembro, ponderou que as justificativas utilizadas pela Grã-Bretanha, para validar sua ação, não encontravam apoio teórico em seus tratadistas como Bentham, Chitty, Mackintosh, Philimore e Blackstone, cujas teorias sobre matérias relativas à soberania, império e jurisdição reprovariam a ação de seu próprio país.¹¹

Em outubro, o *Jornal do Comércio* ironizou o *Times* pela publicação de um “excelente” atlas geográfico, que estava sendo:

— “(...) apregoadado cotidianamente (...) em longos anúncios em que se lêem opiniões de eminentes autoridades que sufragaram a excelência do trabalho na sua exatidão científica e execução mecânica. Pois bem, recorrendo-se ao mapa da América do Sul, às páginas 99-100 do atlas, encontra-se a ilha da Trindade como brasileira. Uma prova cabal da soberania brasileira sobre aquela ilha”.¹²

No final do mês, a *Gazeta* publicou, indignada, um editorial em que reclamava das arbitrariedades executadas pelas grandes potências contra os países sul-americanos. Evocando o pan-americanismo, bradou que:

— “(...) estas repetidas violências (...) estão exigindo da parte dos países sul-americanos uma cousa qualquer que ponha a nossa dignidade ao abrigo daquelas arrogâncias. O espírito do americanismo não pode, nem deve continuar a ser uma fórmula sem significação, uma simples frase sonora (...) Não nos propomos decerto conquistar o mundo; mas uma boa aliança defensiva dos países sul-americanos talvez não fosse de difícil organização e com certeza seria de magnífico efeito. Pois é lícito às grandes nações da Europa ligarem-se (...) a pretexto de manter o equilíbrio europeu (...). Por que o governo inglês tanto demora na solução do caso da Trindade? Porque sabe que nós não temos força material para apoiar nosso direito. E no entanto esta ocupação, feita com um propósito meramente comercial e quase sem ciência do próprio governo em cujo nome foi feita, podia e devia ter sido anulada, logo nas primeiras reclamações, tão bem documentadas foram elas. O governo inglês, porém, entende que nada tem a perder prolon-

gando esta situação, que só é aflitiva para nós outros, os ofendidos; Parece que em tempos já se contentavam com a permissão para o assentamento do cabo telegráfico na ilha, apesar de saber que, depois da ocupação, não nos era lícito fazer tal concessão”.¹³

Em novembro, o *Jornal do Brasil* questionou o governo, pela demora na resolução do conflito e ponderou que isso era considerado “fraqueza imprópria de quem tem por seu lado o direito”, sendo já momento de um protesto internacional.¹⁴ No Congresso Nacional, o Senador Quintino Bocaiúva tratou com amplitude e competência a questão, salientando que “(...) algumas questões pendentes com potências européias (...) Algumas delas acostumadas a exercer nas suas relações (...) o cunho avassalador do seu predomínio e dos seus vastíssimos recursos”. Ressalvou a pouca força do Brasil ante uma potência esquecedora do direito, asseverando não ser perigosa a perda de “(...) nossa independência seja por invasão ou conquista, mas sim de sofrer por meio das políticas comerciais das potências as quais são bastante fortes”. Classificou como de “alguma gravidade” a contestação com a Grã-Bretanha e destacou o americanismo como:

— “Um princípio social e político no nosso continente. Representa a absorção, a adaptação do elemento europeu, que aqui se transforma como um cadinho purificador (...) é o (princípio) da simpatia em contradição ao daquele egoísmo (europeísmo) que é um princípio perturbador das boas relações(...)”.¹⁵

No mesmo mês, a Grã-Bretanha oficializaria a proposta de arbitramento para a resolução da questão, sugerindo países como Rússia, Bélgica, Holanda, Suíça ou até mesmo algum ilustre juriconsulto. O Plenipotenciário Sousa Corrêa, a princípio, era simpático, mas ponderava para o Primeiro-Ministro, Lorde Salisbury, que o Brasil recusava o uso desse instituto. O Brasil, de qualquer forma, sondara os Estados Unidos, que se mostraram francamente favoráveis porque firmaria princípio e ajudaria a Venezuela em sua divergência com a mesma Grã-Bretanha na disputa fronteiriça na Guiana.¹⁶

Poucos dias depois, no Rio de Janeiro, o Ministro das Relações Exteriores, Carlos de Carvalho, manifestou-se contra a adoção do arbitragem para a resolução do conflito, embora o Presidente Prudente de Moraes pensasse o contrário. Então, ante a firmeza do posicionamento de seu Ministro, Moraes resolveu consultar toda o gabinete ministerial, o qual se manifestaria a favor de Carvalho. O Presidente

então autorizou o Ministro a conduzir da forma que melhor lhe aprouvesse.¹⁷

Em dezembro, o Deputado Nilo Peçanha atacou frontalmente a hipótese da proposta de resolução do litígio da Trindade pelo instituto do arbitramento. Acrescentou que a situação externa da República era “(...) precária, dolorosa e grave”. Criticou a postura do Presidente, chamando-a de fraca e indecisa ao não ter repudiado logo toda forma de proposição de arbitragem.¹⁸

O *Jornal do Brasil*, em 5 de janeiro de 1896, noticiou que Prudente de Moraes recusara a proposta de arbitramento oferecida pela representação britânica. Três dias mais tarde, o diário informaria que a “ (...) Inglaterra não insistirá em sua pretensão, tanto mais que a nota foi feita nos termos mais próprios para que a Grã-Bretanha possa reconsiderar seu ato”.

No dia 21 de março, a *Gazeta* criticou o *Jornal do Comércio* por ter proposto o arbitramento como o meio correto para a resolução da questão, haja vista que não seria aplicável a todos os casos, como, por exemplo, no da ilha da Trindade. Entendeu que o Brasil ao ter rejeitado esse modo de resolução:

— “(...) recusou-o muito bem, por amor mesmo desse recurso de direito, para o não desprestigiar, transformando-o em panacéia para curar erros alheios (...) Primeiro que tudo, não era um meio jurídico o arbitramento, desde que nós, só porque somos fracos, o aceitássemos para um caso em que os especialistas condenam; em segundo lugar, não há graciosidade, não há favor da parte da Inglaterra em restituir-nos o que é nosso, que ela tomou indevidamente e às escondidas, e que nós não podemos reaver à força, mas não queremos nem devemos querer reaver por um meio de que só se servem aqueles que se consideram em igualdade de circunstâncias, o que não é este o caso do fraco contra o forte, quando este quer privar aquele daquilo que é indubitavelmente seu. Restituindo-nos a ilha, a Inglaterra não nos faz favor, faz simplesmente seu dever de nação honesta. Se a não restituir, tanto pior para ela, e menos perderemos nós ficando sem a ilha por algum tempo, do que ela guardando-a contra todo direito”.

Alguns dias depois, a Grã-Bretanha comunicou ao Brasil que, em rejeitando o arbitramento, cabia-lhe propor outro modo de resolução. O *Jornal do Brasil* comentou notícia da *Gazeta*, de 24 de abril, de que haveria mediação na questão por nação amiga de ambos os países, que prestaria serviço equivalente ao que lhe prestaram havia pouco tempo.¹⁹

— “ (...)as negociações, conduzidas com a maior inteligência e tato diplomático, podem dar-se quase por terminadas. A solução depende de questão de forma. Agora compreendemos a assiduidade do senhor Camelo Lampreia, representante de Portugal, nas recepções de terça e sexta-feira, na Secretaria do Exterior. Dessas conferências, deve resultar a solução amigável de uma questão em que se viram envolvidos o Brasil e a Inglaterra e na qual tem tido a mais amistosa das interferências o país irmão e amigo”.

No dia 1º de maio, Portugal, por meio de seu Encarregado de Negócios, João de Oliveira de Sá Camelo Lampreia, ofertaria os bons ofícios para ambas as nações. A Grã-Bretanha aceitá-los-ia no dia dez e o Brasil, no dia vinte. Em 13 de julho de 1896, o Deputado Holanda de Lima apresentou projeto de lei, subscrito por mais 25 parlamentares, extinguindo a representação diplomática brasileira na Grã-Bretanha. Justificou-o devido ao descaso e falta de respeito com que aquela nação tratava o Brasil, apontando que seria esse o único modo de contrapor-se.

O Deputado César Zama retrucou-lhe que, por lei local, a Trindade não seria devolvida ao Brasil. Todavia, apoiou-o à medida que protestava contra a inércia do governo. Após veementes debates, prevaleceu a expressão moderada de apoio ao Executivo. O sentimento foi de que o acirramento dos ânimos era prejudicial politicamente e prevalecera o entendimento de que se deveriam manter em bom termo as relações com uma nação possuidora de parte de território brasileiro e, dias depois, a Comissão de Orçamento reprovaria este projeto por estar em desacordo com a Lei Magna do país.²⁰

O *Jornal do Comércio*, dia 14 de julho, transcreveu comentário do *Times*, sem citar a data, de que a recusa do Brasil em aceitar o princípio do arbitramento decorreria da falta de confiança absoluta em seus direitos, dado que a arbitragem examinaria os títulos de cada lado, para a emissão do laudo final. Afirmou o *Times* que, se a ilha fosse restituída ao Brasil em troca da manutenção do cabo telegráfico, isso não implicaria na confissão dos direitos soberanos do Brasil.

No dia 5 de agosto, teve Portugal a satisfação de comunicar que a Grã-Bretanha aceitara o seu laudo e a ilha retornava ao Brasil. No dia 6, todos os três jornais informaram com grande destaque a devolução da Trindade. O *Jornal do Brasil* colocou-se como o centro das “(...) expansões patrióticas, que aliás se manifestaram moderadamente, por que a todos causou desagradável impressão o modo pelo qual a Inglaterra declarou reconhecer os nossos direitos”. Prosseguiu que eram incontestáveis os direitos do Brasil, tanto que as razões apresentadas “(...)pe- los nossos amigos portugueses, como mediadores, não aditaram uma linha às que

já o governo brasileiro oferecera à consideração da Inglaterra”. O *Jornal do Comércio* viu com “sincero júbilo” a remoção da pendência, que, durante mais de um ano, abalara as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha. Acrescentou que sempre fora favorável ao arbitramento, o qual teria sido o caminho “(...) mais reto, mais direito e, digamos mesmo, mais honroso para uma solução que desafrontasse o brio, a legítima altivez nacional (...)”.

Elogiou a atuação do Ministro Plenipotenciário em Londres, Artur de Sousa Corrêa, que graças a sua “(...) legítima influência devia o País as boas disposições em que se tinha achado Lorde Salisbury para reparar o erro de seu antecessor”. Já a *Gazeta de Notícias* opinou que:

— “(...) motivo de justo orgulho e grande satisfação para todos nós, brasileiros, que tão serenamente e com tanta firmeza mantivemos o nosso direito perante uma nação forte, sem ceder uma linha e sem sair durante toda discussão da linha da mais perfeita cortesia, de modo que nunca foram interrompidas boas relações entre os dous governos. E o júbilo nacional cresce de pronto pelo fato de ter o governo português, ao qual já tantos laços nos prendem do mais íntimo afeto, interposto os seus bons ofícios para que se chegasse a este resultado, tão honroso para as duas nações”.²¹

No Congresso, o Deputado Nilo Peçanha bradou que o reconhecimento do direito à ilha fora vitória apenas da diplomacia brasileira e não da colaboração da mediação portuguesa, no que foi apoiado pelo Deputado Bueno de Andrade, que afirmou ser “uma vitória puramente nacional”. O Deputado Medeiros e Albuquerque apresentou uma moção por meio da qual se congratulava a República com a população. A moção seria aprovada com 47 votos. Medeiros afirmou que não havia motivo para a alegria excessiva, uma vez que nunca se pusera em dúvida a posse da ilha. Julgou não ser necessário aludir aos préstimos de Portugal, parecendo-lhe que o caso fora conduzido e solucionado “em terreno perfeitamente calmo”.²²

Na edição do dia 7, a *Gazeta* foi de encontro ao pensamento de que a solução não era uma vitória completa da diplomacia brasileira, porque o governo nunca “cedeu uma linha (...) chegou até recusar o arbitramento, que a muita gente se afigurava recurso aceitável e honroso”. Com a proposta de bons ofícios de Portugal, caso ela não fosse favorável ao Brasil, segundo o jornal:

“(...) recusaríamos, sem melindrar o governo português, porque os bons ofícios não obrigam a quem quer que seja. Esta intervenção, vista pelo seu

lado prático e aplicada ao caso, significa a porta aberta a uma saída ainda para o governo inglês; teoricamente quer dizer que no espírito do litigante pesa a consideração de serem os argumentos da parte contrária aceitos como bons por terceiros, que não tem interesse algum ou indireto na questão. Este terceiro faz assim de funções de árbitro, com a diferença que a sua opinião é uma opinião e não um julgamento e, portanto, não obriga nem uma nem ambas as partes(...)"

Conclusão

No final do século XIX, houve um desenvolvimento maior da produção industrial, acarretando a necessidade de encontrar novos mercados e pontos de apoio de bases navais, que, por seu turno, geravam a segurança das comunicações. A Grã-Bretanha dispunha da maioria das ilhas do oceano Atlântico. Na época, pensava-se que uma nação que aspirasse a ser uma potência pujante devia ter bases terrestres e navais bem situadas pelo mundo, com várias linhas de comunicação.

Para os britânicos, a Trindade serviria para instalar uma estação telegráfica, ligando Londres a Buenos Aires, tirando do Brasil o monopólio da passagem das informações. A justificativa foi que apenas uma rota da América do Sul para a Europa era sobremaneira prejudicial ao comércio, visto que, devido às recentes vicissitudes políticas brasileiras, havia ocorrido a interrupção de informações, prejudicando países. A desistência poderia ser atribuída aos seguintes fatores: corte do subsídio da Argentina para o projeto, dificuldades para a instalação de uma estação na ilha e a inesperada reação do Brasil.

Em relação a este último, embora tenha havido convergência na defesa da soberania, o grau de coesão interna variou. Na imprensa, a manifestação foi bastante presente com uma cobertura recheada de críticas ao Executivo, indeciso e inseguro, em alguns momentos, por meio de seus agentes. O Congresso Nacional, desde logo, posicionou-se contra a atitude da Grã-Bretanha, externando, por meio de alguns parlamentares, comportamento mais radical em relação à condução da questão pelo Executivo. A afronta do governo britânico ressoou tão forte que se chegaria a apresentar projeto de lei extinguindo a representação brasileira em Londres.

No Executivo, dentro do desígnio de recuperar a posse da ilha, os pensamentos foram distintos. O Plenipotenciário Sousa Corrêa, diplomata de carreira, foi o mais inseguro e, portanto, tíbio em decorrência provavelmente da amizade pessoal que mantinha com os altos dignitários daquele país – incluíam-se, além do

Primeiro-Ministro Salisbury, o próprio Príncipe de Gales, futuro Eduardo VII.

Quanto ao Ministro Carlos de Carvalho, manteve-se intransigente no modo de conduzir a negociação, logrando sucesso em sua postura política, ainda que o Presidente não lhe reconhecesse o valor. Finda a missão, solicitaria seu desligamento do cargo, o que foi de bom grado aceito por Prudente de Moraes. Por fim, este, somente após o firme posicionamento de seu Ministro, é que explicitamente rejeitaria a proposta inicial da Grã-Bretanha, que era de arbitramento. A questão da Trindade propiciaria ao regime republicano a oportunidade para mostrar que possuía a mesma vitalidade que a Monarquia na defesa dos interesses nacionais. Situação e oposição se apresentaram unidas em defesa da soberania do país. A pressão da opinião pública reverberou no Congresso Nacional e na imprensa, os quais funcionaram como caixa de ressonância ante os desideratos da população. Ambos os setores forneceram reforços na recusa do Executivo quanto à primeira proposta de resolução do conflito. Essa recusa chegou, inclusive, a desagradar os norte-americanos, que queriam reforçar a adoção desse princípio para dirimir conflitos lindeiros no continente americano.

Notas

¹ CERVO, Amado. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Edunb, 1981, p.13 e 15

² Incidente entre o Plenipotenciário William Christie e o Brasil, por ocasião do naufrágio de um navio britânico (1861). Acusou-se o governo brasileiro de negligência, visto que o navio sofrera saque e seus tripulantes foram assassinados. Depois de várias negociações, uma esquadra britânica bloqueou o Rio de Janeiro. Devido a represálias populares contra seus cidadãos residentes no Brasil, a Grã-Bretanha aceitou proposta de arbitramento. O governo brasileiro solicitou indenização por perdas e danos e reparação pela agressão à soberania nacional; com a recusa britânica, houve o rompimento das relações (63), reatadas quando a Grã-Bretanha aceitou o laudo da Bélgica, que lhe foi desfavorável, inclusive (65).

³ RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.43

⁴ Idem, op.cit.,p.80-93

⁵ BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923, p.149-150

⁶ Optou-se por atualizar a grafia das transcrições nos moldes do Formulário Ortográfico, aprovado pela Academia Brasileira de Letras, em agosto de 1943, além da Lei nº5.765/71.

⁷ Anais da Câmara dos Deputados(ACD), sessão de 22 de julho de 1895, ano VII, p.234

⁸ ACD, sessão de 25 de julho de 1895, ano VII, p.283-284

⁹ O *Jornal do Brasil* informaria que o Plenipotenciário britânico, Constantin Phipps, esteve de posse de instruções de seu governo para conduzir o caso, incluindo também orientações sobre como portar-se ante as manifestações populares. Na opinião do jornal, pareceu mais prudente ao britânico ater-se apenas às instruções que levariam ao desenlace da questão, quais eram: reconhecer a soberania da ilha, desde que condicionada à concessão para instalação de um cabo submarino e construção de um depósito de carvão. Sousa Corrêa, no ofício reservado nº12 da Legação em Londres de 26 de julho de 1895, informou que a ocupação havia sido feita em janeiro de 95. A documentação britânica foi extraída das estantes 254 e 217, prateleiras 3 e 2 e maços 11 e 12 e 5 e 6 do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro. Edição de 8 de agosto de 1895. As citações dos jornais referem-se, sempre, à 1ª página.

¹⁰ Edição de 22 de agosto de 1895.

¹¹ Edição do dia 1º de setembro.

¹² Edição do dia 18 de outubro.

¹³ Edição do dia 23 de outubro.

¹⁴ Edição do dia 13 de novembro.

¹⁵ Anais do Senado Federal(ASF), sessão de 20 de novembro de 1895, ano VII, p.3027-3029

¹⁶ Ofício nº58 da Legação em Londres, de 15 de novembro de 1895 e ofício confidencial nº7 da Legação de Washington, de 5 de dezembro do mesmo ano. A documentação norte-americana foi extraída da estante 233, prateleira 4 e maço 11.

¹⁷ OCTÁVIO, Rodrigo. *Minha memória dos outros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p.104-5

¹⁸ ACD, sessão de 23 de dezembro de 1895, ano VII, p.3410

¹⁹ O Brasil rompera as relações com Portugal em 1894 em decorrência de este ter aceito asilar sediciosos da Revolta da Armada em navios militares seus. A Grã-Bretanha ofereceria os bons ofícios e reatar-se-iam os laços no ano seguinte.

²⁰ BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995, p. 336-339

²¹ Narrou que o júbilo foi tão grande que no teatro *Apolo*, por exemplo, ao saber o público da notícia da devolução, a orquestra tocou o *Hino Nacional Brasileiro*, ouvido de pé, e ergueram-se muitos vivas ao Brasil pela vitória diplomática.

²² ACD, sessão de 5 de agosto de 1896, ano VIII, p.1146

Resumo

O artigo pretende demonstrar a influência da opinião pública brasileira, representada por meio do Legislativo e da imprensa da então capital do País, no correr da

disputa pela posse da ilha da Trindade entre o Brasil e a Grã-Bretanha, entre julho de 1895 a agosto de 96. A pressão da opinião pública reverberou no Legislativo e imprensa, que funcionaram como caixa de ressonância ante os desideratos da população. Por fim, o Brasil teria seu direito à ilha reconhecido pela Grã-Bretanha.

Palavras-chave: ilha da Trindade, relações Brasil – Grã-Bretanha, imperialismo

Abstract

The article aims at portraying the role played by Brazilian public opinion, as represented by the Legislative power and the press of the then capital of Brazil, during the dispute over the ownership of Trindade Island between Brazil and Great Britain from July 1895 to August 1896. The pressure of public opinion reverberated throughout both the Legislative body and the press acting as a sort of sounding board in the face of popular aspirations. In the end of the conflict Brazil had its ownership rights recognized by Great Britain.

Kew words: Trindade island, Brazil and Great Britain relations, imperialism

Resumen

El artículo pretende demostrar la influencia de la opinión pública brasileña, representada por el poder Legislativo y por la prensa de la entonces capital del país, en la disputa existente en el poder de la isla de Trinidad entre Brasil y Gran Bretaña, entre julio de 1895 y agosto del 96. La presión de la opinión pública repercutió tanto en el Legislativo como en la prensa que actuaron como una caja de resonancia ante la población. Finalmente, Brasil vio reconocido por Gran Bretaña su derecho a la isla.

Palabras clave: isla de Trinidad, relaciones Brasil-Gran Bretaña, imperialismo

Albene Miriam F. Menezes

Profa. do Departamento de História da UnB, pesquisadora do CNPq.

***Dário Moreira de Castro Alves (Org.).**

Amado Cervo e José Calvet de Magalhães. Brasília: EDUNB, 2000, 398 p.

Depois das Caravelas, as Relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*

As caravelas chegaram em 1500 nas paragens do Hemisfério Ocidental. Os portugueses travaram contatos com os índios. E depois? 500 anos depois, dá-se um polêmico ciclo de comemorações e protestos. Para além dos significados das festividades oficiais, os historiadores, de um modo geral, procuram analisar os cinco séculos de marchas e contramarchas do processo histórico advindo, a partir daquele momento, ele próprio contraditório. (A data seria mesmo aquela? Qual o calendário então vigente e qual o que deve ser observado?). Simbólico, sem dúvida, foi o momento – independente das leituras que a ele se queira dar. Motivados e financeiramente incentivados, em alguns casos, pelo secular ensejo, muitos profissionais das letras e ciências humanas se debruçam, no presente, sobre seus instrumentos de trabalho e, com seus métodos próprios, tentam desvendar os significantes e significados desses 500 anos – com resultados de qualidade acadêmica variados.

Depois das Caravelas, as Relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000, obra organizada pelo diplomata e historiador brasileiro Dário Moreira de Castro Alves e de co-autoria do historiador e mestre da História das Relações Internacionais da UnB, Prof. Amado Cervo e do diplomata e historiador português José Calvet de Magalhães, com um capítulo assinado pelas historiadoras da UERJ, Prof^a. Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira e Prof^a. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, é um trabalho oportuno. Os vínculos históricos entre Portugal e Brasil são largamente analisados no âmbito de suas relações internacionais; a partir de 1808, ano em que a Corte portuguesa se transfere para suas possessões sul-americanas e faz a abertura dos portos, na prática quebra o monopólio comercial.

O talento de historiador do Embaixador Dário Moreira de Castro Alves se faz presente na analítica e minuciosa apresentação. Em cerca de 50 páginas, Castro Alves não só apresenta capítulo por capítulo da instigante obra, como analisa, interpreta e informa sobre os temas abordados, resultando seu texto em mais do que uma simples apresentação, um esforço de síntese histórica das relações entre Brasil-Portugal, de 1808 a 2000. Assim, tem-se na apresentação um condensado singular do texto da obra.

O tema do livro é dividido cronologicamente em duas partes. A primeira - O Século XIX - se estende de 1808, ano da chegada ao Brasil da Corte portuguesa em fuga das tropas napoleônicas, até 1894, ano da suspensão das relações diplomáticas entre a República do Brasil e a Monarquia de Portugal, face ao incidente envolvendo navios de guerra portugueses, no episódio que ficou conhecido, na História do Brasil, como Revolta da Armada. A segunda parte do livro – O Século XX - compreende o período que vai de 1895, quando as relações diplomáticas entre os dois países são reatadas, até o ano 2000, em curso e data simbólica dos cinco séculos do processo histórico da invenção do Brasil.

Autor da primeira parte do livro, Amado Cervo mostra-se em toda sua plenitude de historiador maduro. Com um português casto, propriedade das categorias, domínio das fontes de arquivo e relevante conhecimento bibliográfico, os dotes desse mestre da História das Relações Internacionais discorrem para o leitor de forma clara, concisa e segura, os variados temas em foco. Tratados são os eventos da história que elevam o Brasil da condição de Vice-Reino a parte do Reino Unido. Constituem também matéria de sua densa narrativa, as primeiras Missões de lado a lado e o reconhecimento da independência, a imigração portuguesa para o Brasil entre 1825 e 1889, comércio e finanças nas relações bilaterais de 1825 a 1889 e o impacto da implementação da República, no Brasil, sobre as relações bilaterais.

Uma das virtudes do texto de Cervo é passar em revista diferentes posições presentes na historiografia sobre os temas por ele abordados, inserindo, por sua vez, outros pontos de vista ao debate.

Cervo assinala que “a transição radical operada na metrópole, a *viradeira* como dirão os intérpretes portugueses, não foi bem a causa dos movimentos de insurgência na colônia”. A Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaixes (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) respondiam à onda revolucionária que perpassava o Ocidente e que, no Brasil, tinha a feição de movimentos anticoloniais ou pró-independência.” Ressalta que, “a transferência da Corte portuguesa para o Brasil viria surpreendê-los em razão da mudança que trouxe à condição de colônia” (p.66). Teses sobre vários temas são repassadas em debate. Assim, à página 68, Cervo contrapõe a tese de Jorge Miguel Viana Pedreira, (expressa em *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1839)*. Linda a Velha: Difel, 1994), à celebre tese de Novais. “O profundo vínculo existente entre a sorte de Portugal e seu esquema de comércio transitário ficava à mercê dos riscos que o Império enfrentava em razão dos conflitos entre as potências ocidentais. Esse caminho de investigação, brilhantemente explorado por Pedreira, reanima o debate acerca da

crise do regime colonial, confrontando as interpretações de configuração estrutural do anacronismo do sistema do exclusivo tão bem desenvolvidas por Fernando Novais (*Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial-1777-1889*. São Paulo: Hucitec, 1983), uma tese que carece de demonstração, com a da conjugação de circunstâncias fortuitas, particularmente aquelas decorrentes dos conflitos entre as potências ocidentais.” A lume vem também, dentre outros, o diálogo de Jorge Pedreira com o historiador português Valentim Alexandre, “para quem o fim do sistema colonial e a separação do Brasil teriam provocado impacto negativo sobre o processo de desenvolvimento auto-sustentado da economia portuguesa; como se tais rupturas houvessem posto Portugal no caminho do subdesenvolvimento. Argumentando que a macroeconomia do comércio transitário sequer havia engendrado tal processo,...estima a perda... não de monte a explicar o bloqueio do processo.” (p. 127). Cervo traz oportunamente à baila ainda outras interpretações conflitantes da historiografia brasileira, a exemplo da polêmica levantada por José Honório Rodrigues, segundo o qual “carece de fundamento a interpretação de Oliveira Lima de uma independência incruenta: de lado a lado, houve a determinação de fulminar o adversário e, para tanto, a guerra de Independência do Brasil reuniu as maiores concentrações de força de todas as guerras de independência das Américas.” (José Honório Rodrigues. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. 3 v. p. 102). Sobre essa querela Cervo conclui: “Embora tenha prevalecido a demonstração de força sobre o combate, levando-se em conta as operações de guerra e centenas de mortes, não há como negar que a Independência do Brasil tenha sido uma conquista das armas nacionais em uma guerra que se estendeu de junho de 1822 a agosto de 1823” (p. 104). Relativo à independência, na perspectiva de Cervo, “se torna difícil compreender porque o Governo de D. Pedro, com inabilidade política abruptamente reconhecida, desencadeou ofensiva diplomática em evidente detrimen- to dos interesses nacionais, com o intuito de obter o reconhecimento formal dessa Independência, que era desnecessária” (p.104). Essa interpretação parte da premissa dos interesses nacionais brasileiros. Como D. Pedro, antes de ser brasileiro, era português, seria interessante considerar os significados reais e simbólicos, para os interesses nacionais portugueses, desse processo de reconhecimento da independência política do Brasil. Aqui se revela o fato de que na historiografia o significado para o Brasil de ter-se tornado independente sob a batuta do herdeiro do trono português, é uma questão, ainda, com variáveis a serem analisadas.

Sobre o tema da imigração, Cervo conclui que “não havia, pois, diretriz política para a imigração, aliás nunca houve no Brasil do século XIX, que ensaiou várias e sucessivas experiências” (p.142).

As relações bilaterais Portugal-Brasil no século XIX são classificadas por Cervo, como de simpatia e de tradicional aliança entre os dois países (p.223).

As historiadoras Tânia Ferreira e Lúcia das Neves expõem os resultados de um produtivo esforço conjunto de pesquisa no capítulo “As Relações Culturais ao Longo do Século XIX”. Apresentam os intelectuais relevantes no âmbito dessas relações, discorrem sobre a questão dos direitos autorais, enfocam a questão das imagens do imigrante português no Brasil, abordam os aspectos da fundação das associações filantrópicas portuguesas no Brasil, lembram sobre hábitos e costumes introduzidos pelos imigrantes e concluem que, ao longo do século XIX, insinuante foi a ausência de uma política cultural sistemática entre os dois países. Não obstante, verifica-se que a presença portuguesa no campo cultural no Brasil foi mais marcante, devido principalmente ao fluxo migratório.

Se, por um lado, os aspectos políticos da imigração portuguesa para o Brasil estão bem contemplados, por Cervo, o significado das manifestações antiportuguesas do século XIX não foi, porém, densamente aprofundado. Assim, carece de uma análise mais específica a força profunda representada pelo patriotismo, ou patriotada, que contribuiu para gerar uma imagem negativa do português, advinda dos conflitos de rua entre brasileiros e portugueses, no Brasil dos anos 1830, que desencadearam sentimentos sob a pecha de Mata-Maroto. Lembra-se aqui que esse nacionalismo de rua transfigurou-se em expressões que na Bahia, por exemplo, se deixavam registrar, até os anos 1960, em trovas como “Maroto pé de chumbo, calcanhar de frigideira, quem te deu essa ousadia para casar com brasileira.” Sinalizavam para um estranhamento de longa duração da figura folclorizada do português no imaginário popular brasileiro. Depreciação que vem a ser objeto de diferentes registros nos capítulos de autoria de Calvet de Magalhães.

A segunda parte do livro – O Século XX – é da competência do embaixador José Calvet de Magalhães. Narradas são “As Relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953”. Abordados são também os temas “Do Tratado de Amizade e Consulta à Revolução Portuguesa de 1974”, “As Relações Recíprocas no Fim do Século”, “A Imigração Portuguesa no Brasil no Século XX” e “As relações culturais recíprocas no Século XX”.

Examinando as relações entre Portugal e Brasil no século XX, o diplomata e historiador português Calvet de Magalhães repassa, em elegante narrativa, suas análises sobre os principais eventos e episódios marcantes do entrelaçamento entre os dois países no último século. Busca identificar as evidências e significados profundos dos tópicos gerais acima arrolados, em seus desdobramentos mais específicos.

Assim é que o Tratado de Amizade e Consulta de 1953 é analisado em seus antecedentes e desdobramentos. A idéia de se formalizar uma comunidade luso-brasileira é enfocada em distintas passagens dos diferentes capítulos assinados por Calvet de Magalhães. O Brasil e o Problema Colonial Português mereceu detalhada abordagem. Atenção é chamada para o fato de que, depois da Segunda Guerra Mundial até 1966, as relações econômicas entre Brasil e Portugal limitaram-se “essencialmente, a simples trocas comerciais... que se assentavam em princípios de quotas dos produtos de exportação e dos pagamentos feitos pelo sistema de *clearing*. O Acordo Comercial de 1966 terminou com esses termos comerciais e restaurou, em seu lugar, o sistema de liberalização das trocas entre os dois países, assente em um regime de conversibilidade sem entraves” (p. 314). Assinala que “o conjunto de instrumentos que foram assinados em 1966 constituiu verdadeira viragem na história das relações econômicas luso-brasileiras, produzindo efeitos duradouros que se verificaram ao longo dos anos até os nossos dias.”(p. 315). “O Brasil e a Revolução Portuguesa de 1974” também foi objeto de uma criteriosa análise. Repensadas foram a importância e significados do “Acordo-Quadro de Cooperação entre Brasil e Portugal, de 1991”, dos investimentos portugueses no processo de privatização das estatais brasileiras, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), do “Problema dos Vistos de Entrada e do Reconhecimento dos Diplomas de Ensino”.

Enfocadas foram também as iniciativas governamentais e privadas no âmbito cultural, para promover e consolidar as relações bilaterais nesse fim de século e de comemorações dos 500 anos do achamento oficial desses quadrantes das terras americanas pelos portugueses. Todavia, o lugar do Brasil nos horizontes de um Portugal, membro da UE, e o desse país no panorama brasileiro, no contexto do MERCOSUL, não foram tema central da análise.

“Depois das Caravelas”, em primeira linha, supre enorme e inexplicável lacuna historiográfica e passa doravante a ser obra de referência para os estudos das relações luso-brasileiras dos últimos dois séculos.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente cada um, oitenta palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento



gráfica e editora inconfidência

fores: (61) 552.4024 552.2510 fax: (61) 386.2350

brasilã distrito federal

Site: <http://pagina.de/inconfidencia>
E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br

